UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

GRAMÁTICA NORMATIVA: MOVIMENTOS E FUNCIONAMENTOS DO "DIFERENTE" NO "MESMO"

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARCIA IONE SURDI

Santa Maria, RS, Brasil

2010

GRAMÁTICA NORMATIVA: MOVIMENTOS E FUNCIONAMENTOS DO “DIFERENTE” NO “MESMO”

Por

Marcia Ione Surdi

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Profª. Dr. Verli Fátima Petri da Silveira

Santa Maria, RS, Brasil

2010

© 2010
Todos os direitos autorais reservados a Marcia Ione Surdi. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor.
Endereço: Laboratório Corpus - Avenida Roraima, nº 1000, Bairro Camobi, Centro de Educação, sala 3302, 97105-900, Santa Maria/RS.
Fone: (0xx) 55 3220 8956; End. Eletr: misurdi@unochapeco.edu.br

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Artes e Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

GRAMÁTICA NORMATIVA: MOVIMENTOS E FUNCIONAMENTOS DO "DIFERENTE" NO "MESMO"

elaborada por
Marcia Ione Surdi

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Letras

COMISSÃO EXAMINADORA:

Verli Fátima Petri da Silveira, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Luiz Francisco Dias, Dr. (UFMG)
(1º Arguidor)

Amanda Eloina Scherer, Dr. (UFSM)
(2ª Arguidora)

Santa Maria, fevereiro de 2010.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal de Santa Maria

GRAMÁTICA NORMATIVA: MOVIMENTOS E FUNCIONAMENTOS DO "DIFERENTE" NO "MESMO"

AUTORA: MARCIA IONE SURDI
ORIENTADORA: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA
Data e Local de Defesa: Santa Maria, 26 de fevereiro de 2010.

O presente trabalho tem por objetivo investigar e compreender os movimentos e funcionamentos que fazem emergir a heterogeneidade no discurso que prefacia a gramática, ou seja, como se apresenta o "diferente" no "mesmo", na gramática normativa. O objeto que selecionamos para análise constitui-se de quatro edições da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** (GNLP), de Carlos Henrique da Rocha Lima, enquanto *corpus*. A proposta é desenvolvida de acordo com a perspectiva teórico-metodológica da Análise de Discurso, posta em relação com algumas noções próprias aos estudos realizados sob a égide da História das Ideias Linguísticas. O trabalho está subdividido em três partes, assim nomeadas e constituídas: na **Parte I**, "*O 'diferente' no 'mesmo': o objeto do olhar sob um ponto de vista discursivo"*, apresentamos o tema e a pesquisa teórica realizada, elegendo os conceitos e as referências que sustentam o dispositivo analítico. Na **Parte II**, "*E a Gramática Normativa vai surgindo...",* explicitamos o processo de circunstancialização do objeto de análise, considerando para tanto elementos histórico-discursivos, numa tentativa de resgatar os entornos teóricos de produção da GNLP e as condições de produção nas quais se insere o sujeito gramático. Na **Parte III**, "*Remontemo-nos de Rocha Lima à Gramática Normativa"*, desenvolvemos nosso gesto de interpretação em dois movimentos de análise. Iniciamos pela leitura das capas de nosso objeto de estudo, observando as diferenças e semelhanças entre as composições imagéticas e de como elas se transformam na linha do tempo, de maneira regressiva, remontando ao seu surgimento. No segundo movimento, reservamos espaço para o que prefacia a GNLP em verbo e não mais em imagem, observando e analisando como o "diferente" movimenta-se e funciona no "mesmo". De modo sucinto, podemos dizer que, em relação às discursividades analisadas, observamos o funcionamento do "diferente" no "mesmo" em vários momentos: nas capas tem-se a regularização verbal e renovação gráfico-imagética que mostram o funcionamento de sentidos diferentes, afetados pelas condições de produção do fazer gramática normativa no Brasil; nos textos que compõem o pré-faciamento da GNLP, identificamos marcas de resistência e de memória. O "diferente" mostra-se pela resistência marcada pela posição do sujeito gramático em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB); e pela entrada dos saberes da ciência Linguística. O "mesmo" mostra-se pela manutenção, pela regularidade do discurso gramatical em que emerge a memória do saber sobre a língua. A análise dessas materialidades discursivas mostra-nos que o projeto imaginário de gramática normativa também se constitui pelo o que falha na língua, pois o heterogêneo emerge, desliza e funciona, logo, movimenta-se no "mesmo", uma vez que o "diferente" é constitutivo da gramática da língua.

Palavras-chave: instrumento linguístico; gramática normativa; língua fluida e língua imaginária; discurso; normal; anormal.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Post-Graduation Program in Languages
Federal University of Santa Maria

NORMATIVE GRAMMAR: MOVEMENTS AND FUNCTIONINGS OF "THE DIFFERENT" IN "THE SAME"

AUTHOR: MARCIA IONE SURDI
COUNSELOR: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA
Place and Date of Defense: Santa Maria, February 26th 2010.

This study aims to investigate and comprehend the movements and functionings that make emerge the heterogeneity in the discourse that preface the grammar, that is, how "the different" is presented in "the same", in the normative grammar. The object that was selected to be analyzed is made up of four editions of the **Normative Grammar of Portuguese Language** (NGPL), by Carlos Henrique da Rocha Lima, as corpus. The proposal is developed according to the theoretical - methodological perspective of Discourse Analysis, placed in relation with some proper notions to the carried out studies under the aegis of the History of Linguistic Ideas. The study is sub-divided into three parts, named and constituted as: In **Part I**, *"'The different' in 'the same': the object of look under a discursive point of view",* the theme and the theoretical research conducted are presented, electing the concepts and the references that support the analytical device. In **Part II***, "And the Normative Grammar is arising...",* the circumstantialization process of the analysis object is set out, considering so the historical-discursive elements, as an attempt to bring out the theoretical over turns of the NGPL production and the conditions of production in which the grammatical subject is inserted. In **Part III**, *"Returning from Rocha Lima to Normative Grammar",* we developed our gesture of interpretation into two movements of analysis. We started by the covers reading of our object of study, observing the differences and similarities among the imagetic compositions and how they transform themselves into the time line, in a regressive way, returning to its appearance. In the second movement, we saved space to what preface the NGPL in verb and no longer in image, observing and analyzing how "the different" moves itself and functions in "the same". In a succinct way, we can say that in relation to the analyzed discursivities, we observed the functioning of "the different" in "the same" in several moments: in the covers we have the verbal regularization as well as the graphic-imagetic renewal which show the functioning of the different directions, affected by the production conditions of the doing grammatical normative in Brazil; in the texts that compose the pre-facing of NGPL, we identified marks of resistance and memory as well. "The different" shows itself by the resistance marked by the position of the grammatical subject in relation to the Brazilian Grammatical Nomenclature (BGN); and by the entrance of the Linguistic science knowledge. "The same " shows itself by the maintenance, by the grammatical regularity of the discourse where the memory of knowledge about the language emerges. The analyze of these discursive materialities shows us that the imaginary project of the normative grammar also constitute itself by the failures in the language, as the heterogeneous appears, slips and functions, therefore moves in "the same", since "the different" is constitutive of the language grammar.

Key words: linguistic instrument; normative grammar; flowed and imaginary language; discourse; normal; abnormal.

AGRADECIMENTOS

À Professora Dr. Verli Petri, pela orientação, leituras cuidadosas, rigor teórico exigido, disponibilidade, sensatez e atenção dedicadas ao desenvolvimento deste estudo.

Às Professoras Drs. Amanda Scherer, Eliana Sturza e Graziela de Ângelo, por disponibilizarem tempo, saber e experiência acadêmica, contribuindo para o aprofundamento de minhas reflexões.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Jandir e Irene, pelo suporte institucional.

Aos colegas do Laboratório Corpus e do Grupo de Estudos Michel Pêcheux, pelas discussões, problematizações e contribuições.

À minha família, pela torcida, cumplicidade e apoio constante.

Ao Juliano, pela motivação, companheirismo, paciência e carinho sempre presente.

À Neiva, pelas leituras compartilhadas, problematizações e presença constante.

À Stela, pelo incentivo e torcida.

À Unochapecó, coordenadores de curso, pela flexibilização dos horários; aos colegas professores e técnicos administrativos, pelo apoio.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Língua 25
Quadro 2: Formações imaginárias 52
Quadro 3: Torre de Belém e Catedral de Brasília 79
Quadro 4: Sumários 87
Quadro 5: Rede de sentidos - língua fluida 93
Quadro 6: Rede de sentidos - língua imaginária 94
Quadro 7: Língua fluida e língua imaginária 95
Quadro 8: "Mesmo" e "diferente" 97
Quadro 9: Normal e anormal 99
Quadro 10: Linguagem popular 100
Quadro 11: Formações imaginárias e *Advertência* 105
Quadro 12: Título 106

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Professor homenageado pelos Formandos de 1960 65
Imagem 2: Rocha Lima 66
Imagem 3: Capa utilizada de 1991, 31ª edição, até o presente ano. 72
Imagem 4: Capa – Miniaurélio 74
Imagem 5: Capa utilizada de 1972, 15ª edição, até 1990, 30ª edição. 76
Imagem 6: Torre de Belém 79
Imagem 7: Catedral de Brasília 79
Imagem 8: Capa utilizada de 1957, 1ª edição, até 1969, 14ª edição. 81
Imagem 9: Curso da Língua Pátria - 1959 83

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: Nomenclatura Gramatical Brasileira 120
ANEXO B: Texto de *Advertência* – 3ª edição da GNLP 126
ANEXO C: Texto de *Introdução* - 31ª edição da GNLP 128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
Numa tentativa de conter sentidos 12

PARTE I 16
1 O “DIFERENTE” NO “MESMO”: O OBJETO DO OLHAR SOB UM PONTO DE VISTA DISCURSIVO 16
1.1 Sobre tema e filiações teóricas 16
1.2 Gramatização de uma língua 26
1.3 Pré-faciamento: discurso/imagem/sentido 42
1.4 O olhar: a metodologia de análise 45

PARTE II 48
2 E A GRAMÁTICA NORMATIVA VAI SURGINDO... 48
2.1 Os efeitos de trama que se movimentam na língua 48
2.2 Sobre as condições de produção 49
2.3 Relações entre CP e tomada de posição-sujeito gramático 61
2.4 No âmago da questão: as relações 68

PARTE III 69
3 REMONTEMO-NOS DE ROCHA LIMA À GRAMÁTICA NORMATIVA 69
3.1 Primeiro movimento: a imagem (re)clama por sentidos 70
3.2 Segundo movimento: o “verbo” (re)clama por sentidos 84
3.3 Entre a imagem e o “ verbo”: alguns apontamentos 106

CONSIDERAÇÕES FINAIS 108
Sobre o “diferente” no “mesmo” 108

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 112

ANEXOS 119

INTRODUÇÃO

Numa tentativa de conter sentidos

> *Como estudiosa da língua, posso considerar que essa história inicia cedo, ainda na segunda série do ensino fundamental, quando numa prova de matemática apresentaram-me a seguinte questão "qual é o dobro?". Imediatamente, escrevi ao lado de cada número a resposta: 2. Passaram-se alguns dias e recebi a prova de volta, a professora veio conversar comigo e me repreendeu dizendo que eu deveria ler as questões com mais atenção. Não me contive e mesmo sem entender perguntei o que estava errado na minha prova se, o que foi solicitado, eu fiz? Ela disse que não era só para pôr o número dois, era para calcular o dobro. Sem hesitar perguntei: onde está escrito isso? No meu imaginário, se questionam qual é o dobro, a resposta é dois, o triplo, é três... Essa foi uma das minhas primeiras investidas rumo ao mundo das Letras.*

Eis que as reflexões sobre a língua e as possibilidades de produção de efeitos de sentidos podem estar onde menos se espera, no caso deste relato particular, elas emergem do interior de uma aula de matemática. Iniciar uma dissertação com um depoimento pessoal implica estabelecer relações entre a prática da professora e a pesquisa em realização, elas estão imbricadas, uma ressoa na outra, a memória retorna e a história vai sendo (re)escrita. De fato, iniciamos este texto como uma tentativa de refletir sobre a seguinte questão: "s*e estudas o 'diferente', por que o que é normativo te seduz tanto?"*

Esse questionamento passou a significar e a ser o ponto-gatilho desta dissertação. Para tentar situar o leitor nesse percurso, faz-se necessário tecer algumas considerações, tanto referentes à questão de abertura deste texto, bem como da escolha do título da dissertação, elementos que ecoam/ressoam no processo de elaboração do trabalho como um todo.

Esse primeiro momento ficou reservado mais à observação, então, passemos adiante e vamos direcionar esta escrita para o meu percurso enquanto professora de língua. Faz uma década que trabalho efetivamente com a língua, e a cada ano percebo que a gramática me persegue mais e mais. E foi numa dessas perseguições que me deparei com algo que ressoou inusitado. Durante a realização de uma pesquisa para o curso de especialização, com professores do ensino fundamental, a partir de um enfoque sociolinguístico, um dos professores foi questionado sobre o que considera ser variação linguística e respondeu-me o seguinte: "é o uso da

gramática em seu uso oficial e nacional, de forma irrestrita". Fiquei impressionada e assustada com o que ouvi. Posso dizer que essa resposta é, de certa forma, responsável por eu estar hoje no mestrado em Letras, refletindo sobre a gramática.

Como é possível perceber, venho de uma caminhada que tomava como referência o aporte teórico da sociolinguística, mas, nesses movimentos, comecei a me dar conta de que faltava algo, pois a reflexão que desejava empreender ia muito além de se pensar a variação linguística, interessava compreender o modo de produção dos sentidos. Portanto, já era hora de pensar a língua discursivamente.

A partir dessas considerações, podemos tratar um pouco do percurso de nossa pesquisa. Vale lembrar que, inicialmente, tínhamos como objetivo analisar os discursos sobre a heterogeneidade linguística em gramáticas de língua portuguesa, buscando reconhecer a presença/ausência de variantes desprestigiadas pela língua escrita padrão, observando sob que designações a heterogeneidade aparecia e como os discursos gramaticais revelam marcas de diferentes posições de sujeito, sustentadoras do dizer do gramático em sua relação com a língua. Com o desenrolar dos estudos, leituras e análises realizadas, percebemos que estávamos lidando, de fato, com a presença da heterogeneidade. Isso é fato e especular, se há ou não espaço para o "diferente" já não é mais questão de pesquisa. Conceber a gramática como objeto capaz de revelar a heterogeneidade constitutiva nos conduz à reformulação de nosso problema de pesquisa.

"Considerando que toda gramática equivale, pois, a um *corpus* (mais ou menos explícito) de afirmações suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas" (AUROUX, 1992, p. 68), e tendo em vista a noção de a gramática ser um projeto de unicidade/unidade da língua, temos interesse em investigar e compreender os movimentos e funcionamentos que fazem emergir a heterogeneidade, ou seja, como se apresenta o "diferente" no "mesmo", na gramática normativa.

Nessa direção, o que nos move e suscita interesse no presente trabalho são as diferentes possibilidades que o "diferente" tem de emergir no "mesmo". Logo, interessou-nos investigar processos de produção de sentidos, partindo do pressuposto de que o "diferente" é o que é diverso, heterogêneo, variado. Quanto ao "mesmo", referimo-nos à gramática normativa, nosso objeto de estudo, um instrumento que não "admite" a entrada do equívoco, da falha, do deslize. Pelo menos não admite que essa entrada seja pela "porta da frente".

Consideramos pertinente fazer algumas observações iniciais para justificar a escolha do objeto de estudo. Selecionamos um instrumento linguístico que consideramos da maior importância na consolidação linguístico-gramatical brasileira. Esse instrumento é designado como gramática normativa, ou seja, "uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar 'o uso idiomático', dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta", assim definida por Rocha Lima (1991, p. 07). É interessante observar que na concepção de Rocha Lima, a gramática é sinônimo de disciplina, já não se concebe mais a gramática como uma arte. Importa destacar que a primeira edição dessa gramática data de 1957 e hoje já se encontra com mais de quarenta edições publicadas, sendo que somente em 1991 a referida gramática sofreu alterações, ou, como o próprio autor explicita, foi "retocada e enriquecida".

As discussões postas nesta dissertação tomam como lugar de reflexão questões que emergem da heterogeneidade linguística do Brasil em confronto com a unidade linguística brasileira, neste caso, dita gramatical. Para conduzir tais discussões, organizamos este trabalho em três momentos.

De início, na **Parte I**, intitulada "*O 'diferente' no 'mesmo': o objeto do olhar sob um ponto de vista discursivo"*, apresentamos o tema e a pesquisa teórica realizada, elegendo os conceitos e as referências que sustentam o dispositivo analítico. Em decorrência disso, e não separadamente, mobilizamos as noções metodologicamente pertinentes à pesquisa, para posteriormente adentrarmos nas análises. Interessam-nos, nesta pesquisa, as capas, os sumários, as apresentações e prefácios das gramáticas, já que identificamos estas seções como espaço profícuo à emergência do "diferente", enfim, são, por excelência, lugares nos quais há movimento entre o "mesmo" e o "diferente" na gramática.

Num segundo momento, a **Parte II**, "*E a Gramática Normativa vai surgindo..."* explicitamos o processo de circunstancialização do objeto de análise, considerando para tanto elementos histórico-discursivos, numa tentativa de resgatar os entornos teóricos de produção da Gramática Normativa da Língua Portuguesa e as condições de produção nas quais se insere Carlos Henrique da Rocha Lima. Atentamos também para a produção de gramáticas brasileiras e a elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira, doravante NGB. Ao encontro dessa conjectura damos atenção

à presença/ausência da NGB na **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, doravante GNLP, bem como às possibilidades de constituição de sentidos.

Na **Parte III**, intitulada "*Remontemo-nos de Rocha Lima à Gramática Normativa"*, desenvolvemos nosso gesto de interpretação em dois movimentos de análise. Iniciamos pela leitura das capas de nosso objeto de estudo, observando as diferenças e semelhanças entre as composições gráfico-imagéticas e de como elas se transformam na linha do tempo, de maneira regressiva, remontando ao seu surgimento. No segundo movimento reservamos espaço para o que prefacia a GNLP em "verbo" e não mais em imagem, observando e analisando como o "diferente" movimenta-se e funciona no "mesmo", o que é possível pela mobilização de noções próprias ao aparato teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD), posta em relação com algumas noções próprias aos estudos desenvolvidos sob a égide da História das Ideias Linguísticas (HIL), portanto, promovemos a articulação entre AD e HIL, preservando as especificidades de cada uma.

O que nos move neste percurso não é somente o questionamento posto no início deste texto. É o questionamento e mais o que nos circunda e afeta como falantes da língua, professores da língua e pesquisadores da língua, dentre outras posições possíveis. Demoramos, muitas vezes, a compreender o que nos toca com mais intensidade, o que realmente nos faz "perder a cabeça", tanto no percurso profissional quanto acadêmico. Mas em um momento percebemos e dizemos: "É isso!", pois, como explicita Scherer (2003, p. 121),

> A relação ao saber está em relação ao mundo imbricado em duas noções: a escolha e o projeto da escolha, porque não existe escolha no tempo: um projeto profissional não é um projeto de vida por si só. É o projeto de vida que dá sentido ao projeto profissional, um processo que se constrói no tempo pelo princípio da experiência.

Nesse sentido, a contribuição que buscamos trazer com este trabalho consiste na possibilidade de se conceber a GNLP como objeto capaz de revelar a heterogeneidade que é constitutiva em sua materialidade, que é linguístico-histórica, remetendo às suas condições de produção em relação à memória, em que intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são somente as marcas do "diferente" no "mesmo", mas o seu funcionamento, suas formas de (re)aparecimento, enfim, suas regularidades no discurso gramatical.

PARTE I

1 O “DIFERENTE” NO “MESMO”: O OBJETO DO OLHAR SOB UM PONTO DE VISTA DISCURSIVO

1.1 Sobre tema e filiações teóricas

A ideia de que a língua não se constitui como um objeto homogêneo e sim como um conjunto em que tem lugar a diversidade/variedade/heterogeneidade não causa maior estranhamento àqueles que tomam a língua e suas materialidades como objeto de estudo e análise.

As noções oriundas da concepção de língua como espaço do heterogêneo encontram respaldo nos estudos da linguagem que consideram o linguístico, o histórico e o social como constitutivos da mesma e acabam influenciando, hoje, na elaboração de instrumentos linguísticos como as gramáticas nas quais podemos encontrar exemplos e concepções de língua que levam em conta a presença das variedades. Há diferentes perspectivas teóricas que já trabalham com a possibilidade de o “diferente” fazer parte do “mesmo”, de a heterogeneidade ser constitutiva daquilo que aparentemente é da ordem do homogêneo. Dentre essas perspectivas, destacamos a do materialismo histórico que, numa abordagem discursivista, dialoga com os trabalhos produzidos na área da História das Ideias Linguísticas.

Nessa perspectiva, refletir sobre o linguístico é também refletir sobre o discursivo e sobre o que é historicamente determinado, mas não somente em uma perspectiva, por exemplo, sociolinguística. Em nosso trabalho, nos filiamos à AD, por que em

> [...] análise de discurso, tratando-se a questão pela noção de discurso – efeito de sentidos entre locutores – e pensando a forma material como sendo aquela em que o linguístico e o histórico não são correlatos mas constitutivos entre si, essa questão adquire outros matizes. (ORLANDI, 1996, p. 124)

No entanto, também é preciso considerar que os instrumentos linguísticos, sobretudo as gramáticas, têm em sua constituição a marca de um projeto de unificação, há uma necessidade iminentemente política de se homogeneizar a língua, objeto do processo de gramatização.

A gramática normativa, por sua vez, é um espaço de contenção de sentidos por excelência, pois almeja conter os sentidos que as palavras carregam, suas possibilidades de uso, suas possíveis combinações, etc., em uma tentativa de afastar as possibilidades do equívoco, da falha, do deslize serem constitutivos da gramática e, por conseguinte, da língua. Assim, deparamo-nos com um litígio: a gramática normativa é o lugar da contenção dos sentidos, da tentativa de regular; e a língua é o lugar do deslize, do equívoco, da falha. Tratar dessa questão é instigante, pois nesse movimento de constante litígio instaura-se a contradição como um elemento constitutivo na produção de sentidos.

Sobre essa contradição, Pêcheux (1990a) explicita a questão da existência de um confronto estratégico em um só mundo, no terreno de uma só língua, tendencialmente una e indivisível, como palavras mesmas, expressões e enunciados de uma mesma língua, não têm o mesmo sentido. Ora, assim temos a estratégia da diferença sob a unidade formal, da linguagem dupla, na qual os sujeitos se inscrevem pelo desvio, pela falha, pelo deslize, pela ilusão. É nesse movimento que se trabalha com mais uma contradição, temos o que Pêcheux chama de o “bom entendedor”, aquele que encontra sua salvação na língua da ideologia jurídica, jogando com as palavras, enquanto, de outro lado, temos os “assujeitados”, aqueles que “sofrem” os efeitos discursivos das relações entre os sujeitos.

Nesse sentido, apoiamo-nos no que nos apresenta Orlandi (1998), que a unidade e a diversidade são noções, historicamente, inseparáveis e por isso devem ser tratadas conjuntamente. Tal premissa nos conduz a observar como isso se dá no interior da gramática, constituindo-a (ainda que sutilmente) como espaço de contradição, abarcando o “diferente” no interior do “mesmo”.

Para refletirmos sobre a problemática que circunda nosso objeto do olhar: a GNLP, adotamos um ponto de vista discursivo. As noções que abordamos no presente trabalho são concebidas sob a perspectiva da AD[1], tal como ela é

[1] Tomamos, neste trabalho, as formulações teóricas advindas da Análise de Discurso de Linha Francesa, fundada por Michel Pêcheux, e, atualmente, desenvolvida por Eni Orlandi (e outros) no Brasil.

desenvolvida atualmente, e nos ajudam a construir um dispositivo teórico em constante diálogo com outros campos do saber, sobretudo, com alguns trabalhos realizados na área da HIL. A articulação entre AD e HIL, segundo Horta Nunes (2009), configura-se na medida em que a HIL, inscrita em uma visão histórica das Ciências da Linguagem, concebe as gramáticas, dicionários, normas, manuais, etc., ou seja, instrumentos linguísticos, como objetos discursivos e a AD faz com que o instrumento linguístico gramática, objeto de estudo desta dissertação, seja relacionado às suas condições de produção, tomado como um modo específico de produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas e que tece determinados efeitos para os sujeitos, para os sentidos e para a história dos saberes. "Ademais, esse vínculo AD-HIL joga no entremeio da constituição disciplinar da AD e põe em movimento o político que necessariamente constitui as línguas" (HORTA NUNES, 2009, p. 107).

Para adentrarmos a elaboração de nosso referencial teórico, concebido como colado ao dispositivo metodológico mobilizado nas análises, passamos a explicitar como entendemos a palavra-chave que está no título do trabalho e a qual recorremos frequentemente: *o diferente*. Para fazer referência ao diverso, ao heterogêneo, ao variado, ao mutável, ao fluido, entre outras possibilidades, utilizaremos o termo "diferente", numa tentativa de agrupar e de conter sentidos múltiplos em uma palavra, considerando, assim, o efeito de plasticidade que as palavras carregam.

> Essa plasticidade das palavras, esse poder quase 'espontâneo' que elas têm de mudar de lugar para acolherem de antemão o conceito novo, encontra evidentemente sua razão essencial na imagem que o conceito encerra em si apenas para expô-la nos momentos cruciais da história e das idéias. (MACHEREY, 2007, p. 277)

Para a outra palavra-chave, o "mesmo", as possibilidades de sentidos que a circundam relacionam-se diretamente com a GNLP, um instrumento que trabalha, imaginariamente, numa tentativa sempre de estabilização e contenção dos sentidos.

Podemos pensar o "diferente" e o "mesmo" como contraditórios, sim, mas sem deixarem de ser constitutivos. Nesse sentido, para a elaboração deste trabalho, partimos da possibilidade de o "diferente" fazer parte do "mesmo", de a heterogeneidade ser constitutiva daquilo que aparentemente é da ordem do homogêneo: a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**.

Na sequência, apresentaremos as noções/conceitos de discurso, sujeito e produção de sentidos; língua; língua fluida e língua imaginária; gramatização; gramática; normal e anormal; processos parafrásticos e processos polissêmicos, que consideramos como imprescindíveis ao desenvolvimento do trabalho. Tal aporte teórico nos auxilia nos movimentos de análise, para que possamos observar e analisar como o "diferente" movimenta-se e funciona no "mesmo".

Discurso, sujeito e produção de sentidos

Para Pêcheux (1990b), o discurso é efeito de sentidos entre interlocutores. Tais sentidos e tais interlocutores, ou seja, sujeitos são determinados historicamente e se relacionam às formações discursivas (FD) que, por sua vez, se inscrevem em formações ideológicas (FI) que se configuram nas condições de produção (CP). Compreendemos a noção de FD, a partir de Pêcheux (1995), correspondendo a um domínio do saber, constituído por enunciados que representam um modo de relacionar-se com a ideologia. Nas palavras do autor:

> Chamaremos, então, de formações discursivas aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (PÊCHEUX, 1995, p. 160)

Nesse sentido, o vínculo sujeito, história e ideologia é constitutivo, já que "Os indivíduos são interpelados em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes" (PÊCHEUX, 1995, p. 161).

Para Orlandi (2007a), o discurso não é a fala, ou seja, uma forma individual concreta de habitar a abstração da língua, pois o discurso é duplamente determinado. De um lado, é marcado pelas formações ideológicas que o relaciona a formações discursivas definidas, e, de outro, pela autonomia relativa da língua. Nessa perspectiva, a AD, afirma Orlandi (2007b), ajuda a compreender como se dá a produção de sentidos, como os sujeitos articulam discursos e produzem sentidos, isso porque o sentido do que é dito é determinado pelas posições ideológicas

colocadas em cena no processo de produção discursiva. Segundo Pêcheux (1995), o sentido de uma palavra é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas. As palavras adquirem seu sentido em referência às formações ideológicas daqueles que as empregam.

Dessa forma, na perspectiva discursivista que assumimos, compreendemos que há um processo de interpelação e um assujeitamento do indivíduo à língua para que ele se signifique. Conforme Pêcheux (1995), a língua interpela o indivíduo em sujeito e não há sujeito sem discurso, nem discurso sem ideologia, já que a língua é responsável pela forma material, pela realização do discurso.

A noção de sujeito é tratada por Pêcheux quando o autor retoma as questões da enunciação e pode-se dizer que é a partir da ressignificação das ideias propostas por Benveniste que se abrem as portas para a formulação da noção de sujeito da AD. A noção de sujeito é reformulada porque Benveniste, mesmo estabelecendo as marcas da subjetividade que inserem o homem na língua (eu, tu, aqui, agora), trata o sujeito como único e homogêneo, sendo o homem o locutor que remete a si mesmo como eu no seu discurso por meio da linguagem, e não leva em consideração que o sujeito "não controla e não é origem do seu dizer", premissas defendidas por Pêcheux.

Rasia (2004), em uma releitura de Benveniste, argumenta que a língua é abordada na esfera enunciativa, ancorada no tempo e no espaço, e centralizado aí um locutor. Já em Pêcheux, tempo e espaço, enquanto lugares de manifestação da historicidade, são anteriores ao sujeito, constituindo as possibilidades de inscrição dos sujeitos e dos dizeres.

Orlandi (2002) afirma que a noção de sujeito, por ela empregada, deriva da concepção que vê na linguagem uma forma de interação entre homem e realidade natural e social. Assim, tudo aquilo que se diz não é de domínio do locutor, pois é determinado pelas condições em que o discurso se produz e também se relaciona como os outros dizeres, postos em outros lugares e em outros tempos. "[...] o sujeito se constitui por uma interpelação – que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito" (ORLANDI, 2002, p. 45). Ou seja, o sujeito, em AD, é uma posição entre outros, os sujeitos são intercambiáveis, ou seja, quando se discursiviza a partir de uma posição, o que se diz deriva seu sentido, em relação à

formação discursiva em que se estão inscrevendo as palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem da mesma posição.

Essas noções de discurso como efeitos de sentidos e de sujeito interpelado pela ideologia e submetido à língua são importantes para compreendermos como o sujeito gramático, ao produzir o instrumento linguístico, marca sua posição em relação à língua e aos saberes sobre a língua, assumindo a posição sujeito-gramático e não outra.

Sobre a noção de língua

Tomando como base a perspectiva discursivista, concebemos a língua no mundo como as maneiras de significar e não com a língua enquanto sistema fechado. Levamos em conta o homem na sua história, considerando as condições de produção da linguagem e que a linguagem não é transparente, como afirma insistentemente Eni Orlandi, em sua vasta produção bibliográfica em AD.

Michel Pêcheux, fundador da AD francesa, como leitor e estudioso de vários linguistas, entre eles Saussure, Chomsky e Benveniste, retoma e ressignifica alguns conceitos fundamentais para a Teoria do Discurso[2] que propõe. O autor reconhece que o corte epistemológico proposto por Saussure foi necessário para marcar a fundação da Linguística como ciência, mas não aceita a dicotomia língua/fala, em que o segundo termo é excluído, justamente por ver que está na fala, como manifestação intersubjetiva, a potencialidade dos estudos da linguagem e que língua e discurso são constitutivos.

Segundo Maldidier (2003), o discurso produzido por Pêcheux não invoca a superação da dicotomia língua/fala, pois, para ele, Saussure é o ponto de origem da ciência linguística e o deslocamento proposto da função para o funcionamento da língua é “um adquirido científico irreversível” (p. 22). Desse modo, observa-se que Pêcheux para constituir a Teoria do Discurso dá um atributo às teorias que precederam sua produção, não nega o constructo teórico que já se constituíra no campo das ciências da linguagem, mas, a partir do que já está posto, propõe o novo, um deslocamento a partir do que já existe: o novo no interior do “mesmo”.

[2] Cf. PETRI, 2006.

Segundo Ferreira (1999, p. 128), além do deslocamento operado na passagem do conceito saussuriano de função para funcionamento das línguas, a noção de sistema foi decisiva para a concepção discursiva de língua, ao contribuir para desvincular a reflexão sobre a linguagem das evidências empíricas e afastá-la da influência dominadora do sujeito psicológico.

Em uma releitura de Pêcheux, Gregolin (2005) argumenta que, para o autor, o que há de primordial na perspectiva saussuriana é o fato de ela propor que a linguagem é sempre um objeto duplo, ou seja, a linguagem oscila entre a "felicidade pela simetria"[3] e o "drama da abertura de cada palavra"[4]. Esse reconhecimento de dualidade da língua traz consequências metodológicas, pois, nas palavras de Pêcheux é preciso pensá-la como um corpo atravessado por falhas. Nas palavras de Petri (2006, p. 09),

> É Pêcheux quem nos convida a pensar sobre a necessidade de abertura das questões da linguagem, caminhando em direção à discursividade, pois para ele já estava muito claro que é no discurso que podemos perceber o lugar onde a história trabalha, fazendo a diferença, pois ela comporta o contraditório, o conflitante, o instável.

Nesse mesmo sentido, em que se supera a noção de homogeneidade e simetria, Ferreira (2003) afirma que a língua do analista de discurso é a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua, da indefinição do direito e avesso, do dentro e fora, da presença e ausência. Nesse sentido, é preciso dizer que a noção de equívoco que se adota na perspectiva discursivista não corresponde à ideia de "erro", não é um engano: é algo constitutivo: "O equívoco na língua é estruturante para o discurso, é ele que permite que haja entrecruzamento de posições discursivas, condicionando deste modo o funcionamento ideológico" (HORTA NUNES, 2006, p. 31).

A língua, sob o olhar dos discursivistas, não é um sistema perfeito, nem uma unidade fechada, a língua, sim, é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude. Logo, falha e incompletude não são defeitos, são antes qualidades da língua em sua materialidade. Não queremos estabelecer uma relação meramente opositiva e direta

[3] "Jakobson e seus trabalhos sobre embreadores" (GREGOLIN, 2005, p. 106).
[4] "Benveniste e suas análises sobre os pronomes pessoais, os tempos verbais etc." (GREGOLIN, 2005, p. 106).

entre qualidade e defeito, pois, se fosse assim, teríamos interesse somente pelos "defeitos" da língua, sobre o que vem sendo taxado de "erro", mas quando nos entrelaçamos à teoria do discurso, nossas leituras coadunam com a perspectiva da diferença, da mudança, do equívoco serem o lugar do possível na língua[5].

É nesse sentido que a AD nos traz outros modos de pensar e de definir a língua, ou línguas. Línguas, porque a língua se movimenta e funciona, e é por esse movimento e funcionamento que se pode perceber a presença de uma língua limitada, regrada, fechada, pura e dita perfeita, e a presença de outra língua "ilimitada, desregrada, aberta, profana e imperfeita". Nas palavras de Orlandi (2009), estamos tratando de língua imaginária e língua fluida, uma relação tensa e contraditória.

Língua fluida e língua imaginária

No Brasil, é através do processo de historicização da língua portuguesa que se percebem as diferenças na língua. Orlandi (2005a) explica que essas diferenças são produzidas pela relação do português brasileiro com as línguas africanas, indígenas e dos imigrantes. A língua brasileira tem suas variantes que se constituem no continente americano e em relação ao espaço em que se pratica: a deste território habitado por diferentes línguas: "o Brasil tem sua língua oficial, ao lado das muitas línguas indígenas, falares regionais, línguas de imigração etc." (ORLANDI, 2007b, p. 59).

Eis que essas definições fazem emergir o que Orlandi e Souza (1988) nomeiam de **língua fluida** e **língua imaginária**. A história da primeira é feita de fartura e movimento e nela convivem processos muito diferentes, portanto, a língua fluida é a que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas. É a língua do uso, do coloquial, do "errado" e da oralidade. Nas palavras das autoras:

> A língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidade (significativas) de produção. (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 34)

[5] Cf. ORLANDI, 2009.

Enquanto a língua imaginária é a que os estudiosos fixam na sua sistematização, é a língua da norma, do padrão, do correto e da escrita. Línguas imaginárias "são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituições, a-históricas. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas imaginárias" (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 28).

Em 2002, na obra **Língua e conhecimento linguístico**, Orlandi trata de língua fluida (língua do mundo, sem regras que a aprisiona, língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens, sujeitos e sujeitos) e de língua imaginária (língua do sistema fechado, normas, artefato do linguista e de outros), como modos distintos de existência da linguagem, retomando para tanto Pêcheux e Gadet, no que diz respeito à distinção metodológica do fato de que existe língua e existem línguas, nas palavras dos autores, a língua gramatical e o corpo pleno da língua.

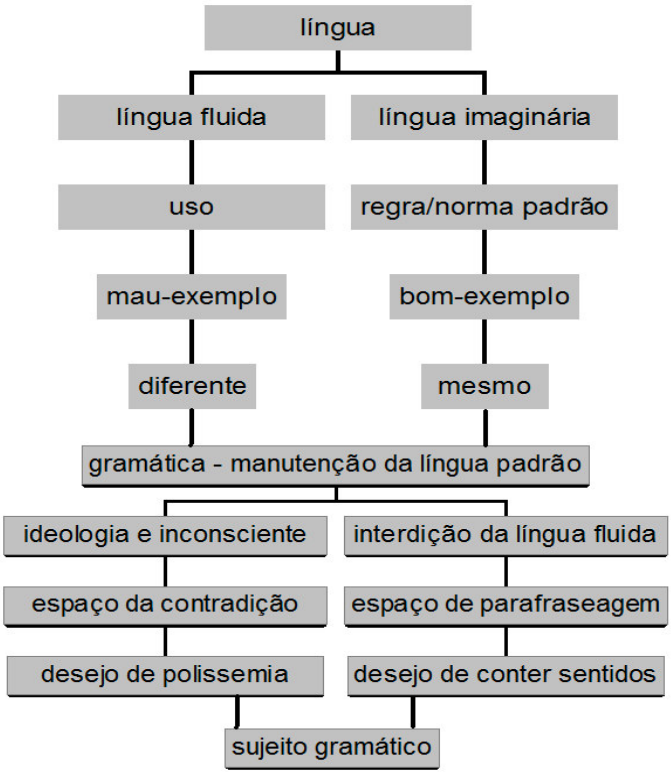
Em Guimarães (2003) encontramos reflexões acerca da noção de língua fluida, aquela que trata das relações cotidianas, abarca duas categorias de língua. Uma é a língua materna: "língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que nasce a praticar; e a outra é a língua franca: é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum" (p. 48). Quanto à língua imaginária, vinculada às relações imaginárias (ideológicas) e institucionais, Guimarães (2003) explicita que ela também abarca duas categorias de língua: a língua nacional e a língua oficial. A primeira, "é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá a seus falantes uma relação de pertencimento a este povo" (p. 48). A segunda, é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais. A explicitação que o autor apresenta ajuda-nos a compreender o funcionamento da noção de língua quando estamos tratando de um instrumento linguístico/normativo que representa o Estado/Nação e revela o que há de oficial. A língua padrão é que propõe apresentar, via GNLP, o modo de escrever e falar um bom Português.

Em um texto intitulado **Língua Brasileira**, Orlandi (2005b) faz uma distinção entre língua fluida e língua imaginária, estabelecendo que a primeira é o brasileiro; já a segunda é o português. Oscila-se entre uma língua outorgada, legado de Portugal, intocável, e uma língua nossa, que falamos em nosso dia a dia, a língua brasileira. A tensão provocada por esse movimento não para de produzir sentidos. Os ecos

dessa relação, colonizador e colonizado, continuam produzindo sentidos na elaboração de instrumentos linguísticos.

Através das citações anteriores, buscamos as primeiras reflexões de Orlandi sobre língua fluida e língua imaginária, explicitando o lugar onde há espaço para o "diferente". Recentemente, Orlandi (2009) publicou um texto no qual retoma e presentifica suas reflexões sobre língua fluida e língua imaginária, o que vem a acrescentar mais elementos que caracterizam essas línguas. A língua fluida irrompe com qualquer característica da língua imaginária, justamente por ser aquela que encontramos nos processos discursivos, afetada pela ideologia e pelo inconsciente, atravessada pela história, constituída de sentidos e relacionada às condições de produção dos sujeitos. Já para a língua imaginária, a autora estabelece uma relação direta com a noção de língua gramatical, aquela que é sistematizada, regrada, formulada, produzida por estudiosos ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua. Assim, a língua gramatical caracteriza-se por perder a fluidez, e devido a essa perda fixa-se em língua imaginária.

As incursões realizadas até o momento nos fazem compreender que há um percurso, apreensível pelo analista, que pode ser explicitado da seguinte forma:



Quadro 1: Língua

Tais explicitações nos conduzem a refletir as relações entre o “mesmo” e o “diferente” no interior da língua. Gostaríamos de acrescentar à reflexão desses autores o que se projeta na relação entre língua, gramática e sujeito gramático empreendendo uma breve análise do Quadro 1.

Compreendemos que há língua e línguas; a língua imaginária é da ordem do “mesmo”, da regra, da norma, do “bom exemplo”. A gramática remete ao lugar de manutenção da língua padrão, numa tentativa de interditar a língua fluida e conter os possíveis sentidos que possam emergir. Já a língua fluida esgueira-se por pequenos “frestos”, movimenta-se e “só” (e somente se for para isso!) funciona na GNLP para servir de “mau-exemplo”. Emerge o “diferente” em um espaço que era da contenção dos sentidos, ao colocar o certo e o errado em relação de oposição franca e aberta, o sujeito crê estar contendo os sentidos. E a parafraseagem parece trabalhar para que isso se realize.

O movimento se dá numa única direção: a preservação da normatividade. Observa-se isso quando se apaga a língua fluida em detrimento da língua imaginária, pois, mesmo que se tenha uma relação contraditória, a língua precisa de uma estrutura, ou seja, de uma gramática. E assim nos arriscamos a dizer que a língua imaginária pode estar, sim, na língua fluida, já o contrário é da ordem da interdição, interdita-se a reciprocidade e isso se dá na relação do sujeito com a língua, no caso da GNLP, referimo-nos ao sujeito-gramático. Ou seja, cabe ao sujeito que toma posição de gramático manter a rigidez e a oposição, a manter a supremacia da língua imaginária sobre a língua fluida. É oposição mesmo e não uma via de duas mãos.

1.2 Gramatização de uma língua

As tomadas de posição do sujeito interferem diretamente na produção dos sentidos. Isso pode ser observado em diferentes práticas sociais, por exemplo, estamos tão acostumados a manusear as gramáticas em contexto escolar como instrumentos pedagógicos, que raras vezes paramos para refletir sobre as suas origens e sobre o modo como elas foram e hoje são construídas, ou seja, o processo de gramatização.

A língua pode ser estudada e descrita da forma como a conhecemos hoje através do processo de gramatização. Auroux (1992, p. 65) conceitua gramatização como o "processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário".

O autor explicita que o "processo de gramatização mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento/dominação sobre as outras culturas do planeta" (AUROUX, 1992, p. 08-09). Tal processo é considerado, pelo autor, tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX, bem como, constitui, depois do advento da escrita no terceiro milênio antes da nossa era, a segunda revolução tecnolinguística.

Nessa perspectiva, a historicidade precisa ser levada em consideração, pois funciona como constitutiva entre a linguagem e a história e refere-se ao modo como a história se inscreve no discurso, em nosso caso, nos discursos sobre a língua, e na produção de sentidos. Dessa forma, ao se trabalhar a historicidade de um texto, trata-se de compreender como a matéria textual produz sentidos. Isso porque os sentidos não estão só nas palavras, mas na relação com a exterioridade, nas condições de produção em que eles são produzidos. Isso nos remete à reconstituição das condições de produção de um discurso tão específico sobre a língua, um discurso que pode ser considerado como "um divisor de águas" na área de estudos da linguagem.

Segundo Auroux (1992), a primeira causa da gramatização fundamenta-se na necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira. Tal necessidade é suscetível de responder ela mesma a vários interesses práticos, apresentados pelo autor na seguinte sequência: acesso a uma língua de administração; a um *corpus* de textos sagrados; a uma língua de cultura; relações comerciais e políticas; viagens; implantação/exportação de uma doutrina religiosa; e colonização. Já a segunda causa da gramatização diz respeito à política de uma língua dada, e pode se reduzir a dois interesses, o de organizar e regular uma língua literária e o de desenvolver uma política de expansão linguística de uso interno ou externo.

A gramatização massiva das línguas do mundo aconteceu a partir do Renascimento europeu e é contemporânea da exploração da África, América, Ásia e da colonização progressiva de territórios imensos do Ocidente. "Isto explica a

gramatização simultânea das línguas do mundo, cujo resultado é particularmente impressionante para a América do Sul e Central"[6] (p. 52). Além disso, a gramatização dos vernáculos europeus é posterior à primeira utilização ocidental e à extensão da imprensa. Tanto gramatização quanto imprensa fazem parte da mesma revolução técnico-linguística, sendo que aquela acompanha o desenvolvimento desta e, assim, a imprensa, em uma operação material, permite a multiplicação do mesmo texto, com um consequente aumento de difusão desse texto (cf. AUROUX, 1992).

Isso vai para além da multiplicação e parte para a normalização dos vernáculos, tornando-a uma questão de estandardização profissional. Portanto, "com a imprensa, o fenômeno da escrita da língua muda de dimensão. Um livro assim não é o mesmo tipo de objeto cultural que um rolo de pergaminho antigo ou um manuscrito medieval" (AUROUX, 1992, p. 51).

Outro ponto importante é o fato de a gramatização massiva dos vernáculos estar acompanhada de uma recusa à gramática latina, pois o latim medieval era visto como uma língua técnica, artificial, ao mesmo tempo que uma língua de comunicação intelectual. Logo, o humanismo que nasce na Itália, século XIV, vai de imediato ter por finalidade restaurar o belo latim da época clássica.

Vejamos como Sylvain Auroux explicita isso:

> Inicialmente, quando os vernáculos europeus eram sistematicamente gramatizalizados, eles o eram na base de uma orientação prática que se definiu muito lentamente a partir das Artes da tradição greco-latina: uma gramática pode ter por finalidade a aprendizagem de línguas estrangeiras. Nesse contexto, os contactos lingüísticos se tornaram um dos elementos determinantes dos saberes lingüísticos codificados e as gramáticas se tornaram as peças-mestres de uma técnica de conhecimento de línguas. Em seguida, o desenvolvimento do livro impresso dá a este fenômeno uma difusão incomparável. Enfim, a exploração do planeta, a colonização e a exploração de vários territórios encetam o longo processo de descrição, na base da tecnologia gramatical ocidental, da maior parte das línguas do mundo. (1992, p. 29)

Considerando o que já foi exposto, resta argumentarmos sobre o quão atual pode ser o processo de gramatização. Segundo Auroux (1992), esse processo nunca termina, pois, de um lado, as línguas evoluem e, de outro, é difícil definir até onde se pode levar o processo de gramatização. Isso porque a extensão da gramatização foi muito variável conforme as línguas. Assim, entendemos que o

[6] O autor explicita não querer se limitar a esta última questão.

processo de gramatização não tem um término e que seu destino é o da movência, é o da reconfiguração, da constante reformulação.

O processo de gramatização brasileira

O processo de gramatização brasileira tem seu início a partir da Independência do Brasil, em 1822, e da instauração da República, em 1889. Para Orlandi (2002), os estudos de linguagem do Brasil passam a ser uma questão caracteristicamente brasileira a partir do século XIX, quando se apresenta a questão do Português do Brasil e não somente a do Português.

Nesse período, o Brasil era uma colônia portuguesa que se torna Estado independente no início do século XIX e, logo, a língua que funcionava no Brasil era uma extensão do espaço de comunicação de Portugal. A questão identitária era, ainda, muito incipiente e o sentimento patriótico ainda fazia referência a Portugal.

Segundo Orlandi (2002), a partir do século XIX começam a se produzir gramáticas brasileiras da língua portuguesa e tais instrumentos tecnológicos revelam a forma como a sociedade produz seu conhecimento em relação à realidade. Essas gramáticas também revelam elementos da identidade brasileira, agora não mais sob domínio de Portugal, assim como a construção dessas tecnologias são parte da maneira como a sociedade brasileira se constitui historicamente. Nesse contexto, segundo Agustini (2004), é preciso que se constitua uma identidade brasileira, ou melhor, que se produza uma identidade linguística que constitua o litígio entre Brasil e Portugal. Para tanto, torna-se necessária a instituição de uma língua nacional oficializada.

Na perspectiva de Bisinoto (2009, p. 46),

> [...] a gramatização da língua implica na sua normativização, observa-se no trabalho dos gramáticos brasileiros a tentativa de delimitar e apurar as formas lingüísticas, assim como estabelecer noções de erro e correção. A assistematicidade e a irregularidade do português do Brasil precisavam fazer frente à ‘pureza’ e à ‘legitimidade’ alegadas da língua de Portugal.

Nesse mesmo sentido, Gregolin (2007) toma o século XIX como marco da constituição da identidade brasileira, pois é o momento da independência, da criação de escolas, e da produção de uma ideia de nacionalidade. Antes desse período não

se tinha dúvidas de que a língua brasileira era a língua portuguesa de Portugal e isso pode ser observado nas primeiras gramáticas normativas, escritas por brasileiros, que apresentavam a ideia de homogeneidade entre as línguas de Portugal e do Brasil. É no final do século XIX que os brasileirismos começaram a ser gramaticalizados e começaram a ter visibilidade as diferenças entre os países: a língua culta usada no Brasil, já não era mais a mesma usada em Portugal.

Nas palavras de Agustini (2004, p. 49), “a gramatização brasileira se dá pela assunção da língua (nacional) e um saber sobre ela, constituindo-se como um modo de produzir uma identidade linguística para o brasileiro, dissociando-a do português de Portugal”.

Orlandi (2002, p. 125) explicita que “a constituição da língua nacional do Brasil é um efeito construído, entre outros, pela história contraditória da gramatização brasileira”. Nessa afirmação, interessamo-nos pelo adjetivo *contraditória,* deparamo-nos com a contradição como constitutiva da história da nossa gramatização. Essa contradição se estabelece, de acordo com a autora, quando há indícios de um processo de gramatização de uma língua indígena e traz como obra de referência a **Arte da Gramática**, de José Anchieta. Isso ocorre ainda quando o Brasil está sob domínio português, mas é, de fato, o primeiro momento da análise de língua em território brasileiro. Uma identidade se constitui nesse entremeio de línguas e a gramatização também terá como ponto de partida o espaço contraditório do entre línguas.

Interessa-nos, ainda, compreender um pouco mais as condições de produção que sustentaram os primeiros momentos da gramatização brasileira e isso encontramos em Guimarães (2004a) que estabelece quatro períodos históricos que descrevem o curso do processo de gramatização brasileira do português, os quais explicitamos, conforme segue:

O **primeiro período** vai de 1500 até o início da segunda metade do século XIX. É um momento circunstanciado pela independência no Brasil; pela existência de um colégio encarregado dos estudos da língua, influenciado pelo pensamento europeu; há estudos que mostram a especificidade do português do Brasil; e brasileiros e portugueses debatem a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses.

O **segundo período** vai da segunda metade do século XIX até final dos anos 30. Esse período é marcado pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro,

em 1881; pelo estabelecimento do novo Programa de Português para os Exames Preparatórios, condição para ingresso nos cursos superiores, em 1887; e pela fundação da Academia Brasileira de Letras da Faculdade de Letras do Brasil.

O **terceiro período** vai até meados da década de 1960. Nesse período surge a linguística moderna no Brasil, ligada às novas condições dos estudos sobre a linguagem propiciadas pelos cursos superiores de Letras, que desde 1962 têm, obrigatoriamente, a implantação da disciplina de linguística em seu currículo. Nesse período, também foi criado o sistema nacional de pós-graduação.

A partir de meados dos anos 60, tem início o **quarto período**, marcado por novas expectativas nos estudos da linguagem no Brasil. Nesse período a linguística se implantou em todos os cursos de graduação em Letras e ao mesmo tempo foram implantados cursos de pós-graduação em linguística em alguns centros universitários brasileiros.

A recuperação das condições de produção do processo de gramatização brasileiro, resumido pelo autor, nos remete, mais uma vez, ao fato de que este processo é contínuo e faz parte de nossas vidas, cotidianamente. A sequência de nossa reflexão nos conduz aos resultados da tecnologização das línguas, estes caminhos nos levam à gramática. Conforme Auroux (1992), é a gramática que descreve e instrumenta a língua, além de ser um dos pilares de nosso saber metalinguístico.

A designação gramática e suas implicações

Atualmente a designação[7] "gramática" tem sido amplamente utilizada e os sentidos que se produzem acompanham a variedade de situações à qual ela se mostra adequada. "Falar" de gramática já não é mais privilégio dos estudiosos da linguagem, *stricto sensu*, tendo em vista que as relações de sinonímia disseminaram novos espaços para o funcionamento desta designação.

[7] Caracterizamos o processo de designação de acordo com Guimarães (1995, p. 74), o qual afirma que "a relação de designação é uma relação instável entre a linguagem e o objeto, pois o cruzamento de discursos não é estável, é ao contrário, exposto à diferença". Quando se designa, um sentido é instaurado e, como consequência, apagam-se outros possíveis sentidos, muito embora estes outros sentidos possam sempre retornar, o que depende das alterações de condições de produção, das tomadas de posição dos sujeitos, etc.

Gramática significa, de acordo com o Dicionário Aurélio (1993): “1. estudo ou tratado dos fatos da linguagem e das leis naturais que a regulam. 2. livro onde se expõem as regras da linguagem”.

Etimologicamente falando, *gramática* (do grego *grammatiké*, *gramma* “letra” + *tékhne* “arte”) surge na Grécia entre os séculos V-IV a. C., para designar a técnica das letras da escrita alfabética grega. Por extensão, o vocábulo passou a arte ou ciência de ler e escrever, sendo *tékhne* (equivalente à *ars* dos latinos) um tipo de conhecimento dirigido à produção e ao saber fazer humano, aplicado, ao nível da língua, na regulamentação da sua pureza linguística. A regulamentação, sempre de natureza prescritiva, tinha finalidades pedagógicas; a pureza linguística era entendida como *puritas* (“purismo”), isto é, correção idiomática, aferida quer pelo uso linguístico dos bons escritores (o *consensus eruditorum*), quer pelo uso de grupos socialmente localizados (caso do *usage de la cour* no francês do século XVII)[8].

A história da humanidade nos mostra que a noção de gramática se revela inicialmente como: conjunto de regras individuais. Tal definição é ainda reproduzida, mas já não é a única nem mais ressoa da mesma maneira. De fato, observamos que o “diferente” não só movimenta os saberes constantes no interior da gramática da língua, como também está movimentando a designação de gramática, por ela mesma, deslocando para outros campos do saber. Vejamos três exemplos:

Exemplo I - “Gramática da Multidão”, Paolo Virno (2003), por exemplo, publica no início do século XX uma gramática que desaloja a noção de reparar/consertar os modos de subjetivação contemporâneos, buscando trabalhar com o propósito de reformular o que está dado como oposição: as relações entre o Uno e o Muitos, destacando que “pode-se conceber um Uno que, longe de ser um porquê concludente, seja a base que autoriza a diferenciação, que consente a existência político-social dos *muitos* enquanto *muitos*” (2003, p. 08). Nesse caso, então, podemos observar que o estudioso joga com a relação de tensão que existe entre o uno e o muitos, entre o “mesmo” e o “diferente”, fazendo ressoar de outro modo os ecos do que seria uma “gramática”.

[8] Adaptado de: <http://www2.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/G/gramatica.htm>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Exemplo II - “Gramática do Tempo”, de Boaventura de Souza Santos (2006), espaço privilegiado de discussão dos modos de gestão do crescente universalismo da desigualdade e da exclusão na cultura política ocidental, apresentando sua crítica aos contornos questionáveis que ganha a democracia atualmente. Então, a gramática emerge, e agora ela é “do tempo”, acionando outras possibilidades de sentidos, ressoando de outra forma.

Exemplo III - “Gramática do Corpo”. Essa gramática, bastante discutida na área de Psicologia, é explorada nessa relação completude/incompletude que, de certa forma, também nos move na investigação. Enfatizamos, especialmente, o trabalho de Andrea Menezes Masagão (2004), intitulado “A gramática do corpo e a escrita do nome”, no qual se destaca a noção de “gramática pulsional” que é “híbrida”, sendo que o sonho “é uma realização de desejo e sua gramática aponta para uma letra híbrida que diz dos orifícios do corpo”.

Esta rápida exemplificação das diferentes formas de aparecimento/reaparecimento da designação gramática, na contemporaneidade, explicita a força de um movimento que não se restringe aos estudos da linguagem – mas que os leva em consideração - e que coaduna o “mesmo” e o “diferente” como constitutivos e não como representantes de um par opositivo incontornável como já foram um dia os pares língua/fala, gramatical/agramatical, certo/errado. O “mesmo”, o uno, o perfeito é constituído na relação com o “diferente”, com o imperfeito. Em nosso entender, o que reúne diferentes trabalhos acerca de uma “gramática” é a possibilidade de olhar e ver que a heterogeneidade é constitutiva, seja do “eu”, seja da língua, seja da sociedade.

Nosso objeto de estudo, nesta dissertação, é a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Rocha Lima, tomada enquanto instrumento linguístico, enquanto materialidade discursiva passível de ser analisada quando se leva em conta que “conhecer uma língua não é apenas conhecer as formas engendradas pela gramática, mas também o valor social atribuído a elas” (ORLANDI, 1987, p. 102). É por isso que entendemos que:

(i) a gramática é, antes de tudo, resultado de um longo e complexo processo de gramatização da língua portuguesa do Brasil;

(ii) trata-se de um instrumento linguístico que revela traços da história de uma língua herdada de Portugal; plena em memória, com suas lacunas e saturações;

(iii) há que se considerar que, historicamente, a gramática funciona para a consolidação das políticas linguísticas desenvolvidas no país;

(iv) a gramática é um objeto da cultura material; um livro que regula o que se pode e se deve dizer em "bom" português; lugar que contém o saber sobre a língua; enfim, um manual de bem falar e de bem escrever;

(v) e, em última instância, ferramenta política que funciona na duplicidade do movimento de apagamento da diversidade étnico-linguageira do Brasil (o "diferente") e a institucionalização de uma língua-nação una e forte (o "mesmo").

Para este trabalho, interessa-nos investigar a gramática do ponto de vista da língua em relação com a história, do discurso em relação às possibilidades de produção de sentidos.

Gramática: instrumento linguístico

Como estamos sinalizando desde o princípio, no desenvolvimento deste trabalho trataremos especificamente do instrumento linguístico gramática. Partimos da noção de que gramática é uma materialidade discursiva e constitui-se em um projeto que visa a dar unicidade e identidade a um conjunto heterogêneo, privilegiando, pelo menos, dois aspectos: o sujeito falante e o Estado-Nação que o representa e que é representado nele.

Para Orlandi (2007b, p. 54), as gramáticas são objetos históricos, são instrumentos linguísticos e constituem um lugar de construção e representação da unidade e da identidade (Língua/Nação/Estado), através do conhecimento, em uma tentativa de salvaguardar a língua. Esse movimento de salvaguardar a língua está ligado ao processo de gramatização, ou seja, sistematizar para transmitir o saber linguístico. Isso implica em distinguir quem sabe e quem não sabe a língua *corretamente*. O saber gramatical indica a escolaridade do sujeito e lhe dá o estatuto de falar *corretamente* porque domina as regras da língua através da sua descrição.

Além de ser um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, o saber gramatical tem como consequência algo mais substancial e definidor: a constituição de sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições. Podemos inferir que a GNLP estabelece parâmetros para definir se a utilização da língua está correta ou não. Ao prescrever normas, ela apresenta a estrutura, a "única" estrutura possível, em se tratando de língua padrão.

De acordo com o **Dicionário de Linguística e Gramática**, de Câmara Júnior (1986, p. 177), a palavra *norma* é apresentada como o "conjunto de hábitos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa no País". A norma é contrariada pela variabilidade linguística intrínseca, que se verifica de um lugar para outro, de uma classe social para outra e de um indivíduo para outro. Segundo o autor, do ponto de vista da norma, a variabilidade que a contraria constitui o erro, que é de três espécies: o regionalismo, o vulgarismo e erros individuais, correspondentes ao idioleto. Tais erros atuam contra a norma e tendem a enfraquecê-la ou modificá-la, principalmente quando na estrutura social se debilita o prestígio do lugar e da classe que representa. Portanto, a norma é uma força conservadora na linguagem e, em muitas sociedades altamente evoluídas, a norma se torna operante e agressiva, diante das três espécies de erro, por meio do ensino escolar e da organização de uma disciplina gramatical.

Câmara Júnior (1986, p. 98) define ainda como disciplina gramatical o "conjunto de prescrições que se estabelecem para impor uma norma linguística no uso falado e escrito", no que diz respeito às suas formas, tipos de frase, vocabulário, pronúncia e ortografia. Na língua escrita, a disciplina gramatical baseia-se no uso literário, ou seja, no uso dos grandes escritores de determinada época.

Nesse sentido, o castelhano foi a primeira dessas línguas a ter uma gramática escrita. A autoria foi de Antonio Nebrija, sendo publicada em 1492. Auroux (1992) esclarece que Nebrija atribuía três finalidades à sua gramática: fixar a língua, facilitar a aprendizagem do latim para as crianças e permitir aos estrangeiros aprender o castelhano.

Já as primeiras gramáticas do português têm como ano de referência 1536 e a mais famosa é a de João de Barros, publicada em 1540. Esse mesmo processo se realizou na França, combinando "o prestígio social da variedade falada em situações monitoradas pela aristocracia no centro político do país [...] e o cultivo de uma escrita

vernácula latinizada, isto é, de uma imitação adaptada à língua moderna de modelos estilísticos dos escritores latinos clássicos" (AUROUX, 1992, p. 145).

Diante do exposto, podemos perceber que as causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas. Explicitamos isso tomando como base Auroux (1992).

Segundo o autor,

> O purismo e a exaltação da identidade nacional com seu acompanhamento de constituição / preservação de um *corpus* literário (seja religioso ou profano), são, por exemplo, fenômenos quase universais na constituição, espontânea ou por transferência, dos saberes lingüísticos. Suas causas podem entretanto ser muito diversas: o aparelho de Estado e a administração, expansão de uma religião, emergência de uma consciência nacional com ou sem unificação política, dispersão de um povo etc. (AUROUX, 1992, p. 28-29)

Os movimentos relatados anteriormente condizem com as ideias expostas na citação de Auroux, bem como, evidencia-se a presença de gramáticas escritas, pois há vestígios significativos de que não existe verdadeiro saber gramatical oral. Apoiando-nos em Auroux (1992, p. 19), "a *linguística popular*, em seu estado de pensamento selvagem, pertence a outro registro", enfim, "os fatos justificam *a posteriori* a etimologia da palavra gramática (do grego *gramma*, letra)". O que emerge disso é o fato de que se valida, valoriza, institui-se a letra, a escrita, como verdadeiro saber metalinguístico, como lugar da permanência, fixação do saber.

O "diferente" na unidade gramatical e os efeitos de sentidos

Tendo em vista a noção de a gramática ser um projeto de unicidade/unidade da língua, temos interesse em investigar e compreender os modos pelos quais se designa o "diferente" na unidade gramatical. Para isso, explicitamos, a seguir, as noções de normal e anormal; e processos parafrásticos e processos polissêmicos, que serão mobilizados analiticamente na Parte III desta dissertação.

O normal e o anormal

Pensar a questão do "diferente", neste trabalho, põe em relação as noções de normal, normatividade e anormal. Centraremos nossa exposição em torno do nome de Georges Canguilhem, porque é pela história das ideias desse autor, segundo Petri[9], que depreendemos o quão profícua é sua contribuição para que se institua uma nova forma de se pensar o fazer científico e a história da ciência, propriamente dita, tal como a concebemos até hoje. Merece destaque a sua trajetória teórico-filosófica empreendida a partir de 1943, época em que conclui sua tese sobre o normal e o patológico. Trata-se de um filósofo que dialoga com seus contemporâneos e reflete bastante acerca das questões da linguagem.

Conforme Canguilhem (2007), o conceito de *normal* é reduzido a um conceito qualitativo e polivalente, estético e moral. *Normal* advém de norma, regra, ou seja, o que é conforme à regra, regular, como um esquadro, aquilo que não pende nem para a esquerda nem para a direita, portanto, o que se conserva em um justo meio-termo. "Uma norma, uma regra, é aquilo que serve para retificar, pôr de pé, endireitar" (p. 211). Então, "Uma norma se propõe como um modo possível de unificar um diverso, de reabsorver uma diferença, de resolver uma desavença" (p. 212). Quanto à normatividade, Canguilhem (2007, p. 86) explicita que

> [...] entende-se por *normativo* qualquer julgamento que aprecie ou qualifique um fato em relação a uma norma, mas essa forma de julgamento está subordinada, no fundo, àquele que institui as normas. No pleno sentido da palavra, *normativo* é o que institui as normas.

O termo *anormal*, para o autor, implica referência a um valor, é um termo apreciativo, normativo. "O anormal, enquanto a-normal, é posterior à definição do normal, é a negação lógica deste" (p. 216). Portanto, o anormal é o desregrado, irregular, fora de um esquadro, é o que está fora da norma, é o que pende para a direita e/ou para a esquerda. É um modo de conceber o "diferente" como constitutivo do "mesmo", pois só se identifica uma irregularidade estabelecendo relações com aquilo que regula, que regra.

[9] Esta discussão consta em um artigo intitulado "Georges Canguilhem na e pela História das Ideias Linguísticas", deverá ser publicado em 2010, no livro **Memória em terceira pessoa**, organizado por Amanda Eloina Scherer e Verli Petri (no prelo).

Prosseguindo com Canguilhem (2007), a palavra latina *norma* deriva do grego ***'ορθος***, que deu origem, como prefixo, a palavras como ortografia, ortopedia, ortodoxia, suportando o peso do sentido inicial dos termos norma e normal. O autor também faz menção à palavra ortologia que, apesar de ser menos familiar, é importante saber que Platão lhe deu sua caução e que a palavra se encontra, mas sem citação de referência, no *Dictionnaire de la langue française,* de Littré: "A ortologia é a gramática, no sentido que lhe deram os autores latinos e medievais, isto é, a regulamentação do uso da língua" (p. 206).

Logo, a gramática fornece uma matéria inestimável para a reflexão sobre as normas. Quando os gramáticos de uma determinada época empreendem a tarefa de fixar o uso de língua, trata-se de um trabalho de estabilização das normas que determinam a referência e definem o erro pelo desvio, pela diferença. Conforme expõe Canguilhem, começa-se pelas normas gramaticais, para acabar nas normas morfológicas dos homens e dos cavalos para fins de defesa nacional, passando pelas normas industriais e higiênicas. Enfim, esse desejo de normatizar passa a constituir o próprio homem, é uma prática social que se institui e passa a funcionar.

Bisonoto (2009) também menciona esse tipo de relação, afirmando que nos vários domínios das ciências sociais, o conceito de norma esbarra irremediavelmente no contraponto entre norma X anormal, anomalia, irregularidade, em virtude da necessária seletividade "purificadora" que se estabelece entre o que é aceitável, correto, desejável na sociedade e o que não o é.

No âmbito da linguagem, segundo a autora, o conceito generalista de norma está historicamente ligado às práticas do bem-falar e do bem-escrever, em conformidade com as regras gramaticais e contrariamente ao que foge a elas. Em geral, as formas prestigiadas da linguagem correspondem ao conceito tradicional de norma linguística e a uma elite econômica e/ou intelectual, assim, a hierarquia social é concomitante à hierarquia linguística.

É próprio ao homem, desde a antiguidade, a dificuldade em aceitar o "diferente" como constitutivo do "mesmo". A capacidade de conviver com a diferença não é fácil de adquirir e não se faz sozinha (BAUMAN, 2001). A incapacidade de enfrentar a pluralidade perpetua a tendência à homogeneidade e o esforço para eliminar a diferença, e quanto mais ameaçadora a diferença, maior a intensidade e ansiedade que ela gera. É o desconforto da diferença, enquanto constitutiva, que seduz o analista do discurso. Ele persegue as pistas para compreender os

processos, buscando explicitar possíveis contradições, aparentemente, resolvidas na e pela língua.

Processos parafrásticos & processos polissêmicos

Pensar a língua discursivamente nos faz pensá-la em um jogo entre o que já foi dito e o que se tem a dizer. É nesse movimento que se tensionam no discurso o "mesmo" e o "diferente". Logo, sujeitos, discursos, sentidos não estão prontos ou acabados, pois entendemos, segundo Orlandi (2005c), que a incompletude é a condição da linguagem e a língua é sujeita ao equívoco. Nesse sentido, sujeitos e discursos constituem-se na relação entre o "mesmo" – paráfrase - e o "diferente" – polissemia.

Sendo assim, o dizer não é propriedade particular, não é só nosso, mas significa pela história e pela língua (ORLANDI, 2005c). Segundo a autora, o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer[10], é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso e sua relação com os sujeitos e a ideologia. Bem como de que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, ou seja, entre a constituição do sentido e sua formulação.

Courtine (1982) explicita que o já-dito, tratado também como constituição, pode ser representado como um eixo vertical no qual teríamos todos os dizeres já ditos, pertencentes à ordem do interdiscurso. Já para o que se está dizendo, a formulação é apresentada em um eixo horizontal, portanto, o eixo da formulação, aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas, sendo que essas formulações são da ordem do intradiscurso.

A partir dos já-ditos, constituídos, estabilizados, no eixo vertical, produzem-se, conforme Orlandi (2005c, p. 36), "diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado" no eixo horizontal. Disso, arriscamos a inferir que todo dizer encontra-se na confluência dos dois eixos e é desse jogo que emergem seus sentidos (ORLANDI, 2005c). Mas queremos ressaltar que não estamos lidando com a ideia de *dizer a mesma coisa com outras palavras*, falamos, sim, de diferentes formulações, podendo reproduzir sentidos ou alterá-los.

[10] Compreendemos essa possibilidade mesma como a paráfrase.

Segundo Petri (2004), é na horizontalidade própria do intradiscurso que podemos observar a relação de que é na paráfrase que o discurso se efetiva como produtor de sentidos, pois é na relação entre sujeito, com a suposta ilusão de que é fonte de seu dizer, e na relação de paráfrase que se mantém em movimento a cadeia discursiva.

O fato é de que

> [...] ao manifestar-se o sujeito só se constitui como tal porque seu dizer se inscreve de alguma forma na ordem da repetibilidade, afetado pela ideologia e sob a égide de uma determinada FD, onde o já-dito aparece reformulado e estabelece relações de paráfrase no interior do discurso que o sujeito produz. É pela constante recorrência a referentes reconhecíveis que o sujeito, com o seu dizer, pode contribuir com a cristalização do sentido ou pode desencadear um processo de ressignificação do já-dito. (PETRI, 2004, p. 211)

De acordo com Orlandi (2005a), o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e polissêmicos. A polissemia, de acordo com a autora, é a possibilidade de se promover deslocamentos, promovendo rupturas de processos de significação e múltiplos sentidos para o dizer. Desse modo, a polissemia está relacionada à reformulação, aos processos criativos que instauram o "diferente" na linguagem. A criatividade implica na ruptura do processo de produção da linguagem, pelo deslocamento de regras, fazendo intervir o "diferente", em que "irrompem assim sentidos diferentes" (ORLANDI, 2005a, p. 37).

A paráfrase é definida por Orlandi (2005a) como o processo que representa o retorno aos mesmos espaços do dizer em que se produzem diferentes formulações do dizer sedimentado, ou seja, se produz a variedade do "mesmo". Nessa perspectiva, os processos de polissemia e paráfrase funcionam continuamente no dizer, pois, a cada nova enunciação, produzimos uma desestabilização de sentidos mesmo falando com palavras outrora ditas, assim, todo o discurso acontece na tensão entre o "mesmo" e o "diferente", "E é nesse jogo entre a paráfrase e a polissemia, entre o 'mesmo' e o 'diferente', entre o já dito e a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem os seus percursos, (se) significam" (ORLANDI, 2005a, p. 36). Tomando em conta a noção de processos parafrásticos, como "aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória" (ORLANDI, 2005c, p. 36), elegemos esta noção como parte do dispositivo analítico para nossa prática de leitura e

interpretação do discurso da GNLP. Optamos em mobilizar a noção de processos parafrásticos, para analisar o discurso da GNLP, e não de processos polissêmicos, pois trabalhamos com a hipótese primeira de que há fortes indícios de um constante retorno aos mesmos espaços do dizer, ou seja, à produção de diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (ORLANDI, 2005c), revelando um retorno do mesmo sobre o mesmo, da repetição, da reprodução de sentidos já postos no interior da gramática.

Assim, voltaremos nosso olhar para a paráfrase, para a estabilização, revelando as amarras que dificultam o deslocamento, pois entendemos que os movimentos dos processos de significação da materialidade linguístico-discursiva em análise, no discurso da GNLP, remetem, frequentemente, ao lugar do "mesmo", da repetição. A GNLP, por tudo o que já foi dito até o momento, é, por excelência, o lugar da regra, do normal, do correto; portanto, é bastante difícil identificar possíveis espaços de ruptura. Quando o "diferente" emerge, é posto para o lado de fora, produzindo no leitor o efeito de reprodução de sentidos, numa tentativa de apagamento de qualquer vestígio do processo polissêmico, pois a polissemia ameaça a institucionalização da norma, do "orto", do gramaticalmente correto. Enfim, não há espaço para possibilidades de sentidos outros, sob pena de descaracterizar-se o instrumento linguístico em questão. É por isso que Petri (2007, p. 265) explicita a impossibilidade de uma gramática do discurso, pois "a gramática, por sua própria especificidade de reguladora, jamais admitiria o impossível no real da língua, como se admite em AD, nem se contentaria em observar regularidades, como se faz na ordem do discurso".

Sobre a noção de paráfrase, abarcamos nossos dizeres também em Serrani (1993), quando a autora caracteriza a paráfrase enquanto ressonância de significação, ou seja, as paráfrases ressoam de maneira significativa na verticalidade do discurso e se concretizam na horizontalidade da cadeia, por meio de diferentes realizações linguísticas. Desse modo, existe uma ressonância discursiva quando determinadas marcas linguístico-discursivas se repetem com o objetivo de construir a representação de um sentido predominante, o que exploramos na parte das análises.

1.3 Pré-faciamento: discurso/imagem/sentido

Como já mencionamos, remetemos nosso olhar às materialidades que compõem a gramática, mas não são as regras que nos interessam. É o que vem antes das regras, é o que anuncia a chegada das regras, é o que convence o leitor da importância da obra. Ou seja, interessa-nos, em um primeiro plano, analisar o modo como o sujeito gramático interpela os seus potenciais leitores, via discursividade que, ao mesmo tempo em que introduz o dizer, funciona de modo a tentar conter e limitar sentidos: o pré-faciamento.

Ao escrever sobre pré-faciamento, para nós, surgem várias possibilidades de sentidos que se imbricam ao termo. Mas os que nos afetam, com maior propriedade, são discurso/imagem/sentido, assim mesmo, encadeados.

Segundo Horta Nunes (2006), os prefácios, vistos amplamente como os textos introdutórios de um dicionário, para o nosso objeto de estudo, a GNLP, constituem material fundamental para a análise das condições de produção do discurso e da posição sujeito gramático, e diríamos também de outros nuances que emergem da gramática.

Nas palavras de Petri (2007), um prefácio é, simplificando bastante, um texto que precede o texto principal, povoado por palavras e por silêncios. Ele vem antes, antecede, apresenta e representa a obra que vem na sua sequência. Nele está contido o que pode e o que não pode ser dito, bem como, nele se revelam marcas da posição-sujeito que produz a obra como um todo.

Prefaciamento é tudo o que antecede o corpo da obra. Nossa hipótese é de que podemos tratar do prefaciamento como uma “pré-face” da obra, que além de conter palavras e silêncios pode também conter imagens na sua articulação discursiva. Estamos entendendo que é pré-face não só o que se nomeia como Prefácio de uma obra, aquele texto que pode ser escrito ou pelo autor da obra, ou por outro autor, ou pela própria editora. Compreendemos que um prefácio pode ser um pouco mais que isso, pois pode carregar em seu bojo imagem, texto e história (memória). Para tanto, a capa é esse lugar privilegiado de discurso sobre a obra, é o primeiro contato que o leitor tem com a obra, um contato visual e táctil, é nesse momento que acontece a primeira produção de discurso, pois a visão da capa faz com que o leitor produza sentidos.

Nessa direção, pretendemos trabalhar com que o prefacia a GNLP: capa, prefácio e discurso, de outros e do autor. Sobre a capa, estamos a considerando um misto gráfico-imagético.

Além das noções já abordadas anteriormente, começamos, agora, a delinear alguns apontamentos que colocam em relação as questões teóricas e as questões próprias ao dispositivo de análise. É por isso que em nossos dizeres faremos menção às imagens, capas, prefaciamentos, sempre buscando apontar para uma sustentação do *corpus* eleito.

Este recorte privilegia especificamente o que materialmente representa este objeto; a primeira imagem que o leitor tem: a capa, neste caso, as capas das três edições selecionadas, constituídas pela imagem e pela palavra. Tomar a imagem como objeto discursivo nos leva a construir um dispositivo de análise que permita compreendê-la como tal.

Considerando que a imagem pode desnovelar-se dentro de uma descrição infinita e uma contemplação inesgotável (Durand, 2004), tangenciaremos este objeto discursivo através da perspectiva da AD, destacando os trabalhos de Pêcheux (2007), Davallon (2007) e Orlandi (1996) que têm trazido elementos para se compreender o discurso em suas diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades.

Para analisar a imagem, é preciso pensar sobre ela, delimitar os sentidos que atribuímos a ela, enquanto discursividade. Estamos entendendo a questão da imagem a partir do que nos apresenta Pêcheux e Davallon, respectivamente, em seus artigos publicados em **Papel da Memória.**

Segundo Pêcheux (2007), a questão da imagem encontra a análise de discurso pelo viés de uma imagem opaca e muda, atravessada e constituída por um discurso. Não se trata mais da imagem como um objeto legível na transparência, pois um discurso a atravessa e constitui. Trata-se, sim, da “imagem opaca e muda, quer dizer, aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura (ela perdeu assim um trajeto que jamais deteve em suas inscrições)” (2007, p. 55).

Pêcheux chama atenção para a opacidade e “mudez” da imagem, o que nos leva a produzir alguns questionamentos: o que pode ser visto? O que não pode ser visto? O que pode ser dito? O que não pode ser dito? A imagem para a AD não é tomada em si mesma, mas no processo de produção de sentidos, inscreve-se num “discurso que a atravessa e a constitui”. É por esse viés que inferimos que as

imagens (re)clamam por sentidos e dão um lugar aberto à significação, à interpretação, à produção de sentidos.

Já para Davallon (2007), a imagem é um dispositivo que pertence a uma estratégia de comunicação e tem a capacidade de regular o tempo e as modalidades de recepção da imagem em seu conjunto ou a emergência da significação, além de ser durável no tempo.

Esse tempo também é mencionado nos trabalhos de Gregolin, que assim explicita:

> O poder da imagem é o de possibilitar o retorno de temas e figuras do passado, colocá-los insistentemente na atualidade, provocar sua emergência na memória do presente. A imagem traz discursos que estão em outros lugares e que voltam sob a forma de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases. (2000, p. 22)

"Olhar" para essas imagens, as capas da gramática, significa tomá-las em seus atravessamentos e constituídas por discursos. São imagens diferentes, de épocas diferentes, com histórias diferentes, suscetíveis à leitura e à interpretação. No tocante à leitura e à interpretação, ancoramos nosso dizer em Orlandi:

> A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagens, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos. (1996, p. 09)

A autora afirma que a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem, depreendemos, assim, que isso possibilita tratar dos distintos sentidos que emergem das/nas imagens.

De acordo com Souza (2001), trabalhando sobre a imagem, os estudos sobre as formas do silêncio[11] vêm contribuir tanto à compreensão do não-verbal quanto à ampliação do objeto da AD, ao apontar possibilidades para se ler, descrever e entender esse dito não-verbal que também é discursivo. Nessa perspectiva, a leitura se define como trabalho simbólico de se articular diferentes textos (passados, presentes e futuros), numa tentativa de buscar a construção de sentidos. Assim, a interpretação de imagens se efetiva por um efeito de sentidos que se institui entre o olhar, a imagem e a possibilidade do recorte, a partir das formações sociais nas

[11] Tomando como referência Orlandi (2007a).

quais se inscrevem tanto o sujeito-autor do texto/imagem, bem como o sujeito-espectador.

1.4 O olhar: a metodologia de análise

Orlandi (2005c), ao tratar do dispositivo de análise em AD, argumenta que sua proposição é a de construir um dispositivo de interpretação que tem como característica pôr em cena os elementos constitutivos do sentido. Enfatiza que "A Análise de Discurso não procura o sentido 'verdadeiro', mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica" (p. 59).

Em relação ao *corpus*, salienta que sua delimitação não segue critérios empíricos, mas antes teóricos, uma vez que seu interesse não é exaustividade, pois não há discursos fechados e sim processos discursivos. Desse modo, segundo a autora, a construção do *corpus* e análise estão interligados, pois, ao decidir o que entra ou não no *corpus*, já se está decidindo quais são as propriedades discursivas que carregam em sua seleção princípios teóricos (ORLANDI, 2005c).

Tocados por tais condições, desenvolvemos este trabalho apresentando uma singularidade de olhar sobre o objeto de estudo, dado que este nos incomoda e impulsiona rumo a uma desconstrução, desestruturação e compreensão de possíveis sentidos.

Considerando que este trabalho toma como pressuposto teórico-metodológico a AD, posta em relação com algumas noções próprias aos estudos desenvolvidos sob a égide da HIL, torna-se pertinente fazer algumas observações de como se dá a constituição do *corpus* e qual dispositivo de análise se aciona na leitura dos discursos.

Nosso objeto de análise é a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Carlos Henrique da Rocha Lima, em sua 1ª, 3ª, 15ª e 31ª edições, que passamos a descrever.

A GNLP teve sua **1ª edição** publicada em maio de 1957, pela Editora Briguiet; a **3ª edição**, publicada em 1959, pela Editora Briguiet, trazendo a informação que está de acordo com a Nomenclatura Oficial; a **15ª edição**, publicada em 1972, pela Livraria José Olympio Editora, com nova capa e com a informação de que foi

“refundida”; e a **31ª edição**, publicada em 1991, pela José Olympio Editora, com nova capa, e a informação de que foi “retocada e enriquecida”.

Importa destacar por que escolhemos estas e não outras edições da GNLP. Esta obra foi publicada no momento no qual se estabeleceu a NGB, considerando também que nosso interesse por esse instrumento linguístico está, inclusive, ligado ao fato de que se mantém “reeditada, enriquecida, retocada” e, até mesmo, “refundida” em edições até hoje. Parafraseando Guimarães (2004b), trata-se de uma obra marcada por uma relação muito particular com um dos acontecimentos institucionais decisivos da ação normativa do Estado sobre a língua do Brasil.

A fim de desenvolver nosso gesto de interpretação, realizamos dois movimentos de análise, conforme segue:

No **primeiro movimento** de análise reservamos um lugar especial para o trabalho com a apresentação gráfico-imagética da GNLP. Consideramos a imagem um lugar especial, pois nos estudos do discurso trata-se de um tipo de materialidade em fase, diríamos, inicial de estudo e análise. Como apresentações gráfico-imagéticas tratamos de três capas da GNLP, em sua 1ª, 15ª e 31ª edições. As capas da 31ª e 1ª edições são compostas de textos, já a capa da 15ª edição é composta de imagens e textos atrelados a ela, configurando objeto discursivo passível de análise, mexendo com a questão da memória. Essas capas são tomadas em seus atravessamentos e constituídas por discursos, logo, produzem sentidos, sendo o primeiro contato visual que o leitor tem com a obra. Sob essa perspectiva as capas serão tomadas como espaço de pré-faciamento da obra.

Inferimos que há diferentes possibilidades de o “diferente” emergir no “mesmo”. Para tanto, no **segundo movimento** de análise, tomamos os **sumários**, objetos discursivos plenos em sentidos, no qual observamos os movimentos de inclusão, exclusão e mudança de conteúdos, bem como alterações nos nomes dos conteúdos que os compõem; investimos nas análises de **concepção de língua**, observando e analisando definições de língua que materializam o imaginário presente na tomada de posição-sujeito gramático; também observamos e analisamos o funcionamento de **língua fluida e língua imaginária**, bem como de termos e definições que remetem aos sentidos de **“norma-mesmo”** (unidade, homogeneidade) e **“anormal-diferente”** (diversidade, heterogeneidade); adentramos a NGB, via texto de *Advertência*, e analisamos como se dá o

funcionamento da tomada de **posição do sujeito gramático** que se movimenta entre a homogeneização e a autoria.

Desde o início deste trabalho, apoiamo-nos na hipótese que há diferentes possibilidades de o “diferente” emergir no “mesmo”. Recorrendo aos movimentos de análise, observamos que é fato: o “diferente” co-existe no espaço da GNLP. Quanto ao primeiro movimento, podemos, sutilmente, explicitar que selecionamos uma materialidade discursiva que traz à tona uma memória já existente e, como consequência, leva-nos à produção de novos sentidos que implicam na reorganização da memória. Entre o verbo e a imagem, as apresentações gráfico-imagéticas da GNLP remetem os movimentos de análise, ora para uma naturalização da designação Língua Portuguesa, ora para um embate na tentativa de marcar a identidade da língua em sua designação. Já para o segundo movimento de análise, apresentamos nossos recortes discursivos que mostram regularidades linguístico-discursivas que contribuem para a reflexão dos movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”. Desse modo, com esses movimentos de análise, procuramos dar conta do que nos propomos desenvolver, além de tentar apontar para novas possibilidades de sentido que permeiam o discurso gramatical.

PARTE II

2 E A GRAMÁTICA NORMATIVA VAI SURGINDO...

Ao se pensar a gramática como objeto histórico, emergem alguns questionamentos que merecem um lugar para serem discursivizados: como é seu processo histórico de constituição? Como a gramática é reproduzida, transformada, renovada e atualizada? Como se constitui a posição histórico-discursiva do sujeito gramático? Como se dava a produção do conhecimento que circunstancializa nosso objeto de estudo? Essas são algumas das questões que nos incomodam e nos fazem ver que é preciso desestabilizar aquilo que aparece como uma certitude e explicitar nosso gesto de interpretação acerca do que circunstancializa nosso objeto de análise.

2.1 Os efeitos de trama que se movimentam na língua

Pêcheux (1990a), em **Delimitações, inversões e deslocamentos**, trata de um conjunto que constitui um só processo, contraditório, no qual se tramam as relações entre língua e história. Ao conjunto, a que se refere Pêcheux, um dos elementos que o constitui nos toca de forma mais efetiva. Eis que nos interessamos pelo "espectro ou invisível", um "inexistente constitutivo", inferimos que constitutivo da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa.**

Ao explicitar a questão da revolução socialista a partir do século XIX, Pêcheux trata, de certo modo, como língua e gramática promovem divisões. De um lado, burguesia, de outro, proletariado, imaginariamente aliados por uma unidade formal, fundada no Direito, e separados por uma barreira invisível, pois a unificação formal é um movimento irrealizado frente ao proletariado e deve permanecer assim.

A barreira que se institui nessa situação não se apresenta de forma material, ela é invisível e atravessa a sociedade, como uma linha móvel, resistente e elástica.

De novo, “as mesmas palavras, expressões e enunciados de uma mesma língua, não tem o mesmo sentido” (PÊCHEUX, 1990a, p. 11).

Sem querer simplificar a reflexão peuchetiana, tentamos estabelecer relações entre a língua que pode e deve estar na gramática e aquela língua que não cabe ali e que não deve ter um estatuto de língua no interior da gramática. Para quem é esta língua e para quem é aquela língua? Nessa esteira emerge um outro questionamento: onde chega Rocha Lima com a proposta da GNLP? Arriscamo-nos inferir que a GNLP representa uma ideologia que separa, do modo mais concreto possível, os que “sabem”, daqueles que não “sabem” a língua padrão, de um lado os “bons entendedores”, de outro, os “maus entendedores”. A GNLP concretiza a barreira invisível, via Introdução, pondo mais tijolos, deixando-a mais concreta, nos termos de Pêcheux (1990a), “invisível”.

2.2 Sobre as condições de produção

O movimento de circunstancializar a **Gramática Normativa da Língua Portuguesa** nos permite recompor um pouco as condições de produção e da memória que entram em funcionamento em nosso objeto de análise. Não objetivamos isolar fatos, tampouco “contar” uma história, pois a presença da história neste trabalho não deve ser entendida simplesmente numa dimensão diacrônica em oposição à sincrônica, ou meramente numa perspectiva temporalista. Mais que dimensões diacrônicas e/ou sincrônicas, estamos tratando da história como dimensão social, portanto, constitutiva de sentidos (GUIMARÃES, 2008).

Sobre história e constituição de sentidos, parafraseamos Paul Henry (1997), mais especificamente em seu artigo **A história não existe?**, no qual o autor afirma que a história consiste no fazer sentido, mesmo que se possa divergir sobre o sentido em cada caso, bem como, não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe chamemos causas e consequências.

Já Auroux (1997) estabelece uma relação entre língua empírica, língua gramatical e história, para assim falar sobre a história como constitutiva de sentidos. O autor argumenta que se existisse coincidência entre língua empírica (ou manifestações linguísticas reais, arriscamos a dizer língua fluida) e língua gramatical

(ou enunciados engendrados por uma gramática, arriscamos a dizer língua imaginária) não haveria história. Inferimos, então, que é pela não coincidência entre língua empírica e língua gramatical que a história funciona como constitutiva de sentidos. Nessa esteira a língua não é tomada como una e indivisível, mas se parte de um olhar no qual se consideram todas as possibilidades da língua ou "corpo pleno da língua" (ORLANDI, 2002).

Para Horta Nunes (2007), da perspectiva discursiva, o termo história deve ser compreendido como efeito de sentido, a história passou a ser vista não como um pano de fundo, um exterior independente, mas como constitutiva da produção de sentidos. "Trabalhar a historicidade implica em observar os processos de constituição dos sentidos e com isso desconstruir as ilusões de clareza e de certitude" (2007, p. 373).

Assim, a história é um corpo constitutivo de sentidos quando se inscreve na língua para que ela funcione, ou seja, produza sentidos (ORLANDI, 1997). Essa concepção de história inerente à AD ultrapassou em muito a de cronologia e a de uso.

Compreendemos a história, então, como constitutiva de sentidos e partimos da ideia de que a configuração da GNLP é marcada pelas condições de produção e pela tomada de posição-sujeito gramático, que é empiricamente nomeado: Rocha Lima. O contexto sócio-histórico-ideológico em que é elaborada a Gramática é determinante para que se compreendam suas especificidades. A essa ideia soma-se o fato de que pensar o histórico no longo prazo e em diferentes circunstâncias nos levou a refletir sobre as transformações das condições de produção (HORTA NUNES, 2006).

Para tanto, faz-se necessário mobilizarmos a noção de condições de produção (CP) que nos permite levar em consideração as materialidades linguísticas selecionadas, bem como as condições históricas que determinam a sua produção. Sendo que estabelecemos relações do objeto com as questões teóricas.

O conceito de condições de produção, tal como formulado na AD, considera os fatores extralinguísticos para que se compreendam os discursos dos sujeitos. Ao encontro de tal colocação, Pêcheux (1990b, p. 78) esclarece que

> Os fenômenos lingüísticos de dimensão superior à frase podem efetivamente ser concebidos com um funcionamento mas com a condição

> de apresentar imediatamente que este funcionamento não é integralmente lingüístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos de 'condições de produção'.

Em Courtine (2006), encontramos que a noção de CP é uma noção primitiva que aparece nas definições que estabelecem o discurso como um objeto, pois se considera o discurso um enunciado emitido sob determinadas condições de produção. Em um campo empírico, funciona com um princípio de divisão que permite separar o discurso como um objeto concreto de outros objetos empíricos, como a frase, os atos de fala, além de proporcionar o valor de um princípio operacional, considerando que guia metodologicamente as primeiras operações que são efetuadas no tratamento de um conjunto de informações discursivas que devem ser conhecidas.

Nos dizeres de Orlandi (2005c), as CP compreendem os sujeitos e a situação, bem como a memória. Neste trabalho, consideraremos as CP em sentido amplo, ou seja, aquelas que incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. Desse modo, "as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário" (ORLANDI, 2005c, p. 40). Sobre a memória, quando pensada em relação ao discurso, importa dizer que tem características próprias e que é tratada como interdiscurso, sendo que este é definido como aquilo que, independentemente, fala antes e de outro lugar. É nesse sentido que o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada, ou seja, para que as palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido (ORLANDI, 2005c).

As condições de produção, ao compreenderem os sujeitos e a situação, revelam as imbricações entre o sujeito e a história, de modo a se compreender que todo o discurso é marcado por quem o diz e em quais condições (sócio-político-histórica) ele é dito. Marcam-se nesse dizer os outros já-ditos e entra em jogo a memória discursiva (ORLANDI, 2005c).

Para Petri (2004, p. 153), tomando como referência Courtine, a noção de CP "é o que regula a relação entre a materialidade linguística de uma sequência discursiva e as condições históricas que determinam sua produção". É algo

constitutivo de todo o processo, não funciona como mero pano de fundo, assim é que entendemos esta noção.

Torna-se importante entender que o objeto discursivo toma corpo na articulação do histórico com o linguístico, no qual se estabelece a relação entre a exterioridade e a língua. É nessa medida que as CP estão relacionadas às formações imaginárias, as quais designam os lugares que os sujeitos ocupam, vinculados às suas formações sociais. Pêcheux (1990b) aponta que todo o processo discursivo supõe a existência de formações imaginárias, apresentadas pelo autor no seguinte quadro:

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
A — I_A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
A — I_A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B — I_B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
B — I_B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Quadro 2: Formações imaginárias
Fonte: Pêcheux (1990b, p. 83)

A ocupação de lugares por A e B não são de ordem física/empírica, mas sim reguladas por formações imaginárias, ou seja, as imagens que os sujeitos tem de si e de seus interlocutores. Nessa trama também estão em jogo os lugares sociais que

A e B ocupam, ou diferentes lugares de inscrição dos sujeitos nas formas sociais (PÊCHEUX, 1990b).

Com relação aos nossos objetivos, a noção de condições de produção leva a refletir sobre a GNLP, considerando a posição do sujeito gramático Rocha Lima, tal como ela se constitui em determinadas conjunturas sócio-político-históricas.

Numa tentativa de elencar fatos históricos que constituem as condições de produção do instrumento linguístico, em questão, elegemos:

a) o processo de gramatização brasileira e a produção de gramáticas brasileiras (o Brasil tem seus próprios instrumentos linguísticos, diferentes dos de Portugal);
b) a produção do conhecimento nas décadas 50, 70 e 90 (fase de transição nos estudos linguísticos brasileiros).

Importa destacar, ainda, que não buscamos apreender a totalidade das condições de produção, mas objetivamos discorrer sobre aquelas com as quais a tomada de posição-sujeito gramático parece relacionar-se mais diretamente.

a) O processo de gramatização brasileira e a produção de gramáticas brasileiras

Para Orlandi e Guimarães (2001), a produção de gramáticas brasileiras é posta em curso a partir da segunda metade do século XIX, paralelamente ao processo de gramatização brasileiro. Assim, o Brasil tem seus próprios instrumentos linguísticos, diferentes dos de Portugal.

Os autores prosseguem explicando que

> O que caracteriza esta nova instrumentação não é necessariamente o fato de que gramática no Brasil seja uma outra gramática; é essencialmente o processo segundo o qual a gramática no Brasil se distancia do modelo de gramática filosófica do português Jerónimo Soares Barbosa, em particular, e da tradição gramatical portuguesa em geral. (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 24)

Orlandi (2002) apresenta as gramáticas de Júlio *Ribeiro (Gramática Portuguesa* - 1881), João Ribeiro (*Gramática Portuguesa* - 1887), Maximino Maciel

(*Gramática Analítica* – 1887) e Pacheco Silva e Lameira de Andrade (*Gramática da Língoa Portuguesa* – 1887), como as primeiras gramáticas do processo de gramatização brasileiro, entre outras. As gramáticas desse período se estabelecem sob três características: 1) como construção de uma posição teórico-metodológica; 2) como artefato de ensino; como aparato normativo; 3) como artefato de descrição.

A partir de 1900, para Orlandi (2002), as gramáticas assumem outras funções, que não mais é a de dar forma aos difíceis limites da identidade brasileira, agora se busca manter essa identidade brasileira, o que implica em distinguir quem sabe e quem não sabe a língua "corretamente". É com esse pano de fundo que "chovem" gramáticas, com diferenças no que diz respeito a questões analíticas e descritivas, por exemplo, diferenças na análise de oração e de complementos, distinções que incidem sobre adjunto e sua descrição etc.

Considerando a profusão de gramáticas que surgiram por volta de 1900 e a diversidade de nomes dados aos mesmos termos constitutivos das gramáticas, foi necessário entrar em cena o Estado, a proposta de elaboração de uma política linguística que é materializada discursivamente na NGB para legislar sobre a língua nacional escrita, numa tentativa de homogeneizar a terminologia gramatical. Assim, "a NGB resultou de uma intervenção direta do Estado que produziu a homogeneização, fixação da terminologia gramatical no Brasil" (ORLANDI, 2002, p. 193).

Conforme Chaves de Melo (1971[12]), a NGB[13] foi elaborada por uma comissão[14], da qual faziam parte Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Celso Ferreira da Cunha e Carlos Henrique da Rocha Lima. A comissão de cinco professores do Colégio Pedro II[15] era encarregada de estudar e propor um projeto de simplificação da NGB, para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática. A comissão também teve como objetivo atender ao tríplice aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho: a) a exatidão científica

[12] Queremos destacar que, já na década de 70, eram postas em curso discussões acerca da NGB.
[13] ANEXO A.
[14] A designação dos membros da comissão deu-se por meio da Portaria n.° 152, de 24/4/1957, do Ministro da Educação e Cultura.
[15] Orlandi (2002) considera o Colégio Pedro II como um lugar de formação e elaboração de programas que configuram formas de cidadania e, no que diz respeito à língua, apresenta-se como lugar de conhecimento legítimo, da garantia da unidade linguística (nacional) e de domínios da "boa" língua, da "boa" retórica, da "boa" escrita.

do termo; b) a sua vulgarização internacional; c) a sua tradição na vida escolar brasileira.

Assim, a NGB foi o resultado do trabalho da comissão e ainda do estudo, minucioso e atento, das contribuições remetidas à CADES[16] pela Academia Brasileira de Filologia, por várias Faculdades de Filosofia do país, pela Secretaria de Estado de Educação do Rio Grande do Sul e, individualmente, por numerosos e abalizados professores de Português.

A Portaria e o texto da NGB foram publicados no Diário Oficial da União, em 11 de maio de 1959. Desde então, quase todas as gramáticas passaram a trazer a advertências: "De acordo com a Nomenclatura Gramatical Brasileira" ou "Adaptada à Nomenclatura Oficial", entre outras.

Trazendo para esta reflexão Guimarães (1996), poderíamos dizer que a NGB não esconde a intenção de acabar com as diferenças terminológicas das gramáticas brasileiras através do estabelecimento de uma metalinguagem e isso traz em si o movimento de se afastar de Portugal estabelecendo, em uma ação do Estado pela via do ensino, uma unidade linguística brasileira específica, com uma língua única e nacional. Esse também é um dos modos pelo qual se dá o apagamento das demais línguas faladas no Brasil[17].

Segundo Bisinoto (2009), a NGB, elaborada com o objetivo de uniformizar, esquematizar e simplificar a terminologia de análise gramatical, foi instituída visando, principalmente, ao ensino da língua nas escolas. Tal motivação reforçou ainda mais a concepção estruturalista formal que orientava o ensino até então e representou, em princípio, um porto seguro para os professores no manejo pedagógico, antes às voltas com uma infinidade de designações e interpretações descritivas. Nesse sentido, a autora explicita que, a partir da NGB, saber a língua passa a ser sinônimo de conhecer as classes e funções gramaticais, o sistema fonético, a constituição morfológica das palavras, enfim, objetiva-se nomear tudo conforme a norma.

É bem provável que o objetivo de simplificar a terminologia não fora alcançado, pois a CADES instituiu em 1961 um concurso para premiar o trabalho que melhor explicasse e interpretasse a NGB (HENRIQUES, 2009).

[16] Coordenação de Aperfeiçoamento de Docentes para o Ensino Secundário.
[17] Todas as línguas indígenas (quase duzentas) e as línguas dos imigrantes.

Dentre as gramáticas produzidas no período mencionado anteriormente, interessa-nos, especificamente, a terceira edição da GNLP, uma edição pós NGB, de 1959.

Nessa edição, o autor obedecendo à legislação, adapta sua gramática à NGB, mas não se detém rigorosamente às exigências legais. Para tanto, há um espaço de **Advertência**[18] da terceira edição*,* no qual a posição sujeito gramático discursiviza seus saberes sobre a língua e marca posicionamentos que oscilam entre a homogeneização e a autoria, no que concerne à NGB.

Sobre esse aspecto, Bisinoto (2009) salienta que não obstante a longevidade hoje comprovada da NGB, sua solidez inicial não durou muito, pois em compêndios e livros didáticos que a sucederam multiplicavam-se as notas de rodapé na tentativa de dar conta dos equívocos, lacunas e contradições das normativas perante a complexidade da língua. Podemos também dizer que além de rodapés, no caso de Rocha Lima, dedicaram-se duas páginas de *Advertência* para tanto.

b) A produção do conhecimento nas décadas 50, 70 e 90

O movimento de resgatar entornos teóricos que permeiam a produção da GNLP, pleno de relações com a produção do conhecimento, é de extrema importância para um estudo que tenta colocar em diálogo a AD e a HIL. Para tanto, elegemos a década de 50 do século XX como ponto de partida. Justificamos esta escolha e não outra, ponderando que a primeira edição da GNLP foi publicada em 1957, portanto, anos finais da primeira metade do século XX. Em um segundo momento, trataremos da década de 70 e, em última instância, a década de 90. A escolha de cada um desses tempos não se deu de maneira aleatória, cada um significa e produz sentidos para este estudo. Cada tempo marca um “novo” tempo da GNLP.

Perseguindo estudos que tratem sobre a produção do conhecimento, encontramos em Guimarães (1996) a organização de um conjunto de fatos, dispostos em períodos que permitem uma abordagem histórica dos estudos sobre o *Português do Brasil,* a partir do final do século XIX. Desse conjunto de fatos,

[18] ANEXO B.

interessam-nos o terceiro e quarto período. O terceiro período é datado partindo da década de 40, iniciado, segundo Guimarães (1996), pela fundação das Faculdades de Letras, tomadas como espaços de pesquisas sobre questões de linguagem, estreitamente ligados a questões de um padrão literário e ao ensino. Destacam-se, também, o estabelecimento de um acordo ortográfico do Português do Brasil, com diferenças relativas ao Português de Portugal; o debate sobre que nome dar à língua falada no Brasil; a publicação de *Princípios de Linguística Geral* de Mattoso Câmara, mostrando sua formação que inclui influência de Saussure; e a elaboração da NGB que trataremos mais adiante. Já para o quarto período, o autor destaca o fato de a Linguística passar a fazer parte do currículo mínimo dos cursos de Letras a partir de 1965, assim como a criação de cursos de pós-graduação em nessa área. Para esse período, o que nos toca são fatos voltados aos trabalhos gramaticais que se dão numa perspectiva ou estrutural, ou funcional, ou gerativa, além de se contar com vários estudos que analisam aspectos e especificidades do Português.

Altman explica que dos anos que estão no entorno da década de 1960 ocorre

> Uma das mais importantes mudanças detectadas nos estudos lingüísticos no Brasil [...] foi a procura de um embasamento teórico e metodológico em outros referenciais que não aqueles advindos da tradição filológico-portuguesa. (ALTMAN, 2004, p. 118)
>
> Os estudos lingüísticos efetuados no Brasil passaram a clamar por um outro estatuto de cientificidade após a introdução, ainda que tardia e descontínua, do estruturalismo. (ALTMAN, 2004, p. 125)

Partindo da afirmação de Altman (2004), vamos explorar a hipótese de que então o estruturalismo (enquanto corrente de pensamento) estaria sustentando a produção e garantindo a circulação da GNLP. Embora não se possam descartar as ressonâncias de um processo anterior que nos remete ao gramatical ligado à filologia, percebe-se, já no início da segunda metade do século XX, a entrada dos saberes próprios à Ciência Linguística no trabalho de professores, estudiosos da linguagem e gramáticos.

Nesse sentido, Rocha Lima, ao estar imbuído da atmosfera da época, produz a GNLP, 1957, marcadamente influenciado por pressupostos estruturalistas da gramática normativa do português? O autor deixa em segundo plano os pressupostos histórico-comparatistas da gramática expositiva? Essas questões não estão postas aqui para serem respondidas, mas para suscitarem mais reflexões.

Entendemos que em função das condições sócio-históricas e ideológicas que entram em funcionamento, configura-se um determinado quadro circunstancial e não outro.

Para contribuir com esses questionamentos, vejamos o que nos explicita Lagazzi (2008). De acordo com a autora, essa relação é própria da história de cada sujeito e cada história se marca em lugares diferentes. Logo, as marcas que os sujeitos deixam em seu discurso carregam o social, o histórico e o ideológico da posição que esses sujeitos ocupam no mundo. Portanto, o individual e social não se separam.

Tendo isso em conta, podemos contar também com o que nos apresenta Luiz Francisco Dias (2009)[19], em seu texto "A gramática no período JK". Segundo o autor, a GNLP, bem como outras gramáticas produzidas na época, participou de um momento importante no quadro histórico de produção de gramáticas no Brasil, pois se corporificou nela o rompimento com uma perspectiva de abordagem da língua do tipo avaliativa. Assim, nas décadas de 50 e 60 do século XX, o gramático apresenta a língua como capaz de indicar, tanto as ocorrências legitimadas pelos usos gerais, quanto as ocorrências legitimadas pelos usos específicos (próprios da língua padrão).

Esse era o momento, conforme Dias (2009), de sair do empirismo para se construir uma gramática moderna e isso significava construir uma evidência para as ocorrências usuais da língua portuguesa no Brasil. Já sair do empirismo significava rejeitar os modos de conceber fatos linguísticos pela singularidade dos olhares do gramático. A busca por um padrão de texto gramatical que pudesse levar os leitores a vislumbrar uma organicidade linguística também foi decisiva para a renovação das gramáticas.

Abordar a produção do conhecimento, numa relação entre o linguístico e o gramatical, impulsiona-nos a refletir, inicialmente, na gramática enquanto lugar de representação e construção de uma unidade de língua, conforme Dias (2007). Nesse sentido, a elaboração de uma gramática é afetada, duplamente, por uma projeção de completude. De um lado, a gramática é afetada por uma ideia de unidade de língua historicamente projetada, aglutinada no imaginário social e determinada pelas coerções de ordem histórica. De outro lado, a gramática é

[19] DIAS, Luiz Francisco. A gramática no período JK. In: MARIANI, B.S. **Estudos da linguagem no período JK** (prov). Rio de Janeiro, 2009 (no prelo).

afetada pela convergência de uma tecnologia intelectual[20], que objetiva configurar uma harmonia entre as suas partes, pois este instrumento linguístico é produzido sob uma perspectiva de ordem teórica e metodológica que orienta as relações, por exemplo, entre conceito/regra. Para Dias (2007), no Brasil há três perspectivas que presidem essa convergência para a completude:

(i) perspectiva clássica: representada na ordem do agenciamento de um saber sobre a realidade;
(ii) perspectiva estruturalista: representada na ordem do agenciamento de traços de uma configuração orgânica da língua;
(iii) perspectiva funcionalista: representada na ordem do agenciamento de usos configurado a partir de um corpus.

Partindo de uma leitura de Fávero (2006), inferimos que a GNLP foi uma das obras da fase de transição nos estudos linguísticos brasileiros, o momento de instauração do período científico. “Na época, o mundo intelectual era influenciado por inúmeras correntes científico-filosóficas, vindas principalmente da Europa” (p. 27). Nossos gramáticos, no contato com essas teorias, tomavam a iniciativa de rever seus conceitos e pareceres a respeito da língua.

Em relação à produção do conhecimento dos anos 70 do século XX, Orlandi (2009) destaca que no Rio de Janeiro, os trabalhos em linguística tomam a linha funcionalista, desde Mattoso, passando pela sociolinguística, com atenção à semântica estrutural de Pottier e os desenvolvimentos da sintaxe estrutural. Já em São Paulo, toma corpo a linguística descritiva funcionalista, influenciada por Coseriu, Jakobson e Martinet, além de contar com desenvolvimentos do formalismo estruturalista. Em Belo Horizonte, a produção é marcada pelo funcionalismo no estruturalismo e pelo desenvolvimento da gramática gerativa. “Tudo isso nos leva a concluir que há, no Brasil no século XX, um domínio do funcionalismo nos estudos estruturalistas, com alguma produção que se inscreve no formalismo” (ORLANDI, 2009, p. 146). É desse modo que a autora salienta que não podemos olhar a produção linguística brasileira de maneira uniforme, como se tivesse uma uniformidade, nem organizar essa produção por autores, instituições ou publicações. Do mesmo modo que autores diferentes pertencem a tendências diferentes, um

[20] Dias (2007) toma essa expressão de Auroux.

mesmo autor pode ter sua produção dividida entre formalismo e funcionalismo. Além disso, há autores que apresentam em suas produções marcas da linguística tradicional, estrutural, gerativa, entre outras. Em contrapartida, nos anos 80 a produção brasileira passa a ser mais específica em relação ao que se faz fora do Brasil, pois o estruturalismo permite um trabalho diferenciado de acordo com as diferentes inscrições históricas de quem o pratica; o formalismo, em oposição ao conteudismo, ao comportamentalismo, deixa emergir uma noção de língua e de exterioridade não presa à tradição, levando, assim, os linguistas brasileiros a explorarem de modos diferentes suas relações com o conhecimento linguístico produzido no Brasil.

Conforme estudos desenvolvidos por Altman (2004), nos anos 70, a proposição de uma nova abordagem gramatical para o português apresentou-se como problema dominante no quadro da Linguística. Muitas discussões giravam acerca da elaboração de uma nova gramática, uma argumentação essencialmente técnica associada à retórica de franca ruptura com a chamada tradição gramatical (ou gramática tradicional), tanto em sua dimensão descritiva quanto pedagógica.

Em um estudo desenvolvido por Barros (2008), sobre a linguagem popular na gramática, encontramos que a produção de gramáticas brasileiras, no século XX, apresenta marcas de que os usos populares continuam a ser considerados viciosos, deselegantes e pouco melodiosos, mas se acentuam os traços positivos de simplicidade e de naturalidade, graças à ênfase dada à distinção entre usos populares propriamente ditos e usos vulgares, que conservam apenas os atributos negativos da falta de escolarização e da ignorância.

Leite (1999) desenvolve um estudo sobre a configuração do purismo brasileiro, explorando o processo de produção da norma para a língua escrita no Brasil, bem como sua relação com o lugar dos estudos filológicos, gramaticais e, sobretudo, literários no país. Para tanto, a autora periodiza esse processo em quatro momentos, relacionados ao século XX, mas o que nos desperta interesse são os dois últimos períodos que destacamos a seguir:

(i) a busca do equilíbrio (1930-1960), pela fixação de uma norma brasileira através da escrita do gênero da crônica;

(ii) e a aproximação fala/escrita, a partir de 1960, estudando a repercussão de alguns preceitos da Sociolinguística no uso e na instituição de uma norma para a língua brasileira.

Diante das características que evocamos acima e da noção mobilizada, apoiamo-nos em Orlandi (2005c), numa tentativa de esclarecer como entendemos a relação sujeito e situação na produção da GNLP. Segundo a autora, o sujeito significa em condições determinadas, tocado pela língua, pelo mundo, pela sua experiência, por fatos que reclamam sentidos ao se inscreverem em formações discursivas que representam, no discurso, as injunções ideológicas. Para ilustrar, há uma passagem em Pêcheux (2006) na qual o autor argumenta sobre a multiplicidade das técnicas de gestão social dos indivíduos e da coerção lógica disjuntiva, afirmando que "é impossível que tal pessoa solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e esteja desempregado". Assim, é impossível que o sujeito esteja em condições determinadas, inscreva-se em uma formação discursiva, seja tocado pela língua e pelo mundo e não o seja ao mesmo tempo.

Arriscamos a refletir que as obras, objeto de estudo deste trabalho, comprovam o que já bem explicitava Auroux (1992), que a gramática não é uma simples descrição da linguagem natural. Enquanto objetos históricos, as gramáticas são observatórios que nos revelam nuances de história, de sociedade, de sujeitos, e para esta análise, podemos perceber no discurso da GNLP que Rocha Lima não era indiferente aos trabalhos produzidos em termos de linguística e que as noções propostas por Saussure, especialmente no **Curso de Linguística Geral**, ressoam na gramática em análise.

2.3 Relações entre CP e tomada de posição-sujeito gramático

Para compreendermos a noção de sujeito, quando estamos tratando-a no espaço discursivo, bem como sua importância no processo de produção de sentidos, faz-se necessário refletir sobre como essa noção desenvolve-se nas relações com as condições de produção. Pensar a noção de sujeito, entre as décadas de 60 e 70, na França, tomando como aporte uma teoria materialista do discurso, requer fazer

um movimento que se afaste de uma “teoria subjetivista”. É nessa esteira que Pêcheux (1995) compreende o sujeito como constituinte do processo discursivo, como um efeito desse processo, e não como centro do processo discursivo, origem e causa de si. O sujeito da AD também se constitui na figura da interpelação, pois antes mesmo de falar, esse sujeito já é falado pela linguagem.

“O sujeito, na injunção a significar, afetado, de um lado, pelo real da língua e, de outro, pelo real da história, se produz pela interpelação do indivíduo” (ORLANDI, 2002, p. 70). É nessa perspectiva que podemos dizer que o sujeito se subjetiva em sua relação com o simbólico, considerado como efeito de linguagem. Em relação ao funcionamento da ideologia, como interpelação dos indivíduos em sujeitos, Pêcheux (1995) argumenta que acontece por meio do complexo das formações ideológicas e dá a cada sujeito a sua realidade, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas-aceitas-experimentadas.

Na concepção de Orlandi (2002), a ideologia interpela o indivíduo em sujeito e este submete-se à língua, significando e, ao mesmo tempo, significando-se pelo simbólico na história. Ao encontro de conceber o sujeito desse modo, é que a autora promove suas reflexões explicando que o sujeito, na AD, é posição entre outras e subjetiva-se à medida que se projeta de seu lugar no mundo para sua posição no discurso.

Tomando o sujeito como “uma posição entre outras”, efeito do processo discurso, Orlandi (1996) pontua que esse sujeito que se define como posição, produz-se em diferentes discursos, numa relação com a memória do dizer, ou interdiscurso, definindo-se em função de uma formação discursiva em relação com as demais. É por isso que temos interesse em compreender como se estabelece a posição-sujeito gramático brasileiro.

No século XIX, segundo Orlandi (2007b), ser autor de uma gramática no Brasil era assumir a posição de produtor de um saber linguístico que não refletia simplesmente o saber gramatical português. Isso significava ter um lugar de responsabilidade como intelectual e ter uma posição de autoridade em relação à especificidade do português do Brasil, de dizer como é essa língua. É nesse contexto que se inaugura a posição-sujeito gramático brasileiro.

Orlandi (2007b), ao discutir a autoria do saber sobre a língua, argumenta que é a partir de 1900 que o cenário brasileiro passa por significativas alterações. Segundo a autora, com o claro estabelecimento do Estado brasileiro e a garantia da

diferença em relação a Portugal, as gramáticas passam a ter a função de manter em sua configuração os limites da identidade brasileira.

Neste novo cenário a autoria do saber sobre a língua deixa de ser uma posição do gramático e será patrocinada pelo linguista. “O gramático por sua vez passa a ter a função de guardião da norma gramatical” (ORLANDI, 2007b, p. 56). O século XIX é um momento intelectual definidor na direção de se pensar a língua, suas instituições e seus sujeitos, assim como a escrita:

> A gramatização do português brasileiro, além de ser um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como conseqüência algo mais substancial e definidor: a constituição de sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições. (ORLANDI, 2007b, p. 55)

Neste trabalho consideramos o gramático não como um ou outro sujeito empírico, assim como explicita Horta Nunes (2006) quando faz menção ao lexicógrafo, mas como uma posição de sujeito historicamente constituída, sendo que essa posição varia de acordo com as regularidades das formações discursivas. Assim, a posição-sujeito gramático se constitui em uma dupla determinação: de um lado o desejo da norma, do mesmo e de outro uma injunção histórica, de maneira que a AD trabalha a articulação entre a psicanálise e o estudo histórico das formações sociais.

Além dessa dupla determinação apresentada, Scheila Patrícia Curry (2009), em seu trabalho de dissertação, *O discurso de apresentação da gramática: a emergência do sujeito contraditório*, esclarece que a posição-sujeito gramático pontua um saber e uma posição de conhecimento que o colocam como uma autoridade em termos de produção de gramáticas. Mas, ao referendar um saber próprio da regra e do científico, essa posição-sujeito silencia a sua base de constituição, a posição-sujeito falante.

Mas acreditamos que tal silenciamento não se dá de forma completa, plena e absoluta, pois, ao tratar da norma, da regra na GNLP, o que não é próprio a esses elementos emerge e não consegue ser controlado pelo sujeito-gramático. Então, na tomada de posição-sujeito gramático, não há como esse sujeito apagar, esquecer saberes que advém de outras formações discursivas com as quais ele se relaciona direta ou indiretamente e que funcionam em sua memória.

Tomando uma biobibliografia como discurso: Rocha Lima[21]

Carlos Henrique da Rocha Lima apresenta uma caminhada linear e **normal**, compreendido como aquilo que se deve ser (valor)[22], tanto na vida familiar quanto intelectual. Estudou em escolas de grande prestígio à época. Em 1935 diplomou-se, no ensino secundário, Bacharel em Ciências e Letras. No ensino superior, graduou-se Doutor em Letras, ao conquistar, na Universidade Fluminense, o título de livre-docente em língua portuguesa.

Ingressou no magistério público em 1936, sendo nomeado professor de português, latim e literatura do Ensino Técnico-Secundário. Mais tarde, 1947, por merecimento, chegou ao Instituto de Educação, contribuindo por longos anos na formação de normalistas, sendo que muitos ocuparam altos postos da administração do Ensino. Nesse mesmo ano, a convite de Guimarães Rosa, passou reger a cadeira de português do Instituto Rio Branco, do Ministério das Relações Exteriores.

Em 1956, tornou-se catedrático de português do Colégio Pedro II, depois de concurso de provas e títulos, classificando-se em primeiro lugar. Eis a imagem que fica:

> O seu ar muito sério, seu jeito de andar rápido, sempre apressado, sua aura de catedrático - porque se era importante ser professor, muito mais importante era ser catedrático do Colégio Pedro II[23].

Esse depoimento nos faz refletir sobre o imaginário que se construiu de Rocha Lima, visto na posição-sujeito catedrático, como um sujeito de caráter comum que adquire um valor de tipo ideal (CANGUILHEM, 2007). O comum era ser professor, o ideal, catedrático. O sentido que desejamos atribuir a ideal, remete-nos ao terreno do idealizado, que inclui um julgamento de valor considerando determinados modos de funcionamento como positivos e outros como negativos. Então, “ser sério, andar rapidamente e estar sempre apressado” são valores que funcionam positivamente, quando, pelo menos, vinculados ao profissional.

---

[21] Texto baseado nos Dados Biobibliográficos que compõem o prefaciamento da Gramática Normativa da Língua Portuguesa (1991).
[22] Cf. CANGUILHEM, 2007.
[23] Depoimento de um ex-aluno. Disponível em: <http://www.pedrosegundointernato.com.br/rochalima.htm>. Acesso em: 15 maio 2009.

Em 1957, publicou a 1ª edição da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, com prefácio de Serafim da Silva Neto, que enaltece tanto o instrumento linguístico quanto o gramático:

> Grande e extraordinário professor, magistral comentador de Rui Barbosa, profundo exegeta da linguagem clássica, espírito ordenado e disciplinado, estava em condições privilegiadas para dotar a língua portuguesa com uma gramática que, sem erro ou fastio, lhe desse as normas cultas do bem escrever e do bem falar.

Rocha Lima integrou e chefiou conselhos. Também foi diretor do Colégio Pedro II: "seu período na chefia da Casa foi, como não poderia ser, de rigor e honestidade. [...] e a mesma política que o levou ao cargo, dele o tirou. Perdeu o Colégio, perdemos nós, mas ele permaneceu honesto e coerente como sempre"[24].

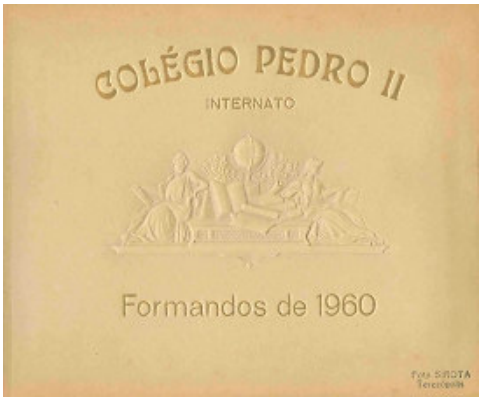


Imagem 1: Professor homenageado pelos Formandos de 1960

Foi professor titular da Faculdade de Humanidades Pedro II, além de desempenhar muitas outras funções. Em 1982, quando se aposentou, recebeu o

[24] Depoimento de um ex-aluno. Disponível em: <http://www.pedrosegundointernato.com.br/rochalima.htm>. Acesso em: 15 maio 2009.

título de Cidadão Benemérito, por serviços relevantes à educação e à cultura, além dessa, possui outras condecorações. Foi autor de numerosos estudos linguísticos e literários, e de obras didáticas, consideradas de larga influência nos rumos do ensino de português no país. Ao observar as obras destacadas na biobibliografia de Rocha Lima, encontramos a seguinte divisão: (i) Trabalhos filológicos; (ii) Conferências literárias; (iii) Livros didáticos; (iv) Direção e consultoria. Como assim, estudos linguísticos e trabalhos filológicos são iguais, os mesmos?

É interessante notar que também não consta no prefaciamento da obra, mas Rocha Lima fez parte da comissão que elaborou o texto da NGB, considerada como resultado de um esforço para padronizar a terminologia gramatical. Isso nos remete pensar um pouco mais[25] sobre a constituição contraditória deste sujeito que é gramático, mas que resiste à NGB, deixando que o silêncio ocupe lugar em sua biobibliografia.

Rocha Lima morreu subitamente em 22 de junho de 1991, na Casa de Rui Barbosa, local no qual proferia uma conferência sobre poemas de Manuel Bandeira.

Na imagem a seguir, podemos observar o retrato de Rocha Lima.

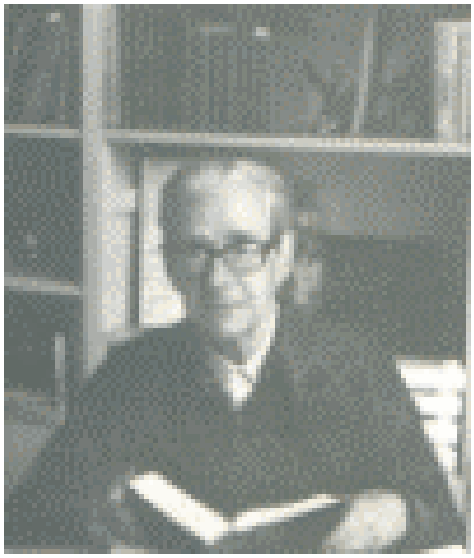


Imagem 2: Rocha Lima
Fonte: Rocha Lima (1991)

A título de ilustração, apresentamos o depoimento de um ex-aluno de Rocha Lima, disponível em um site do Colégio Pedro II.

[25] Essa discussão será aprofundada na Parte III, em “Adentrando a NGB via texto de *Advertência”*.

> O Professor Emérito Carlos Henrique da Rocha Lima, ex-aluno e antigo catedrático de Português do Colégio Pedro II, ex-Diretor do antigo Internato, hoje Unidade São Cristóvão, autor da Gramática Normativa da Língua Portuguesa, mais de 50 edições publicadas, tinha morrido. Desaparecera o grande, magnífico mestre, correto no ensino e na vida, uma esteira luminosa marcando todos que o conheceram[26].

Quando Rocha Lima é observado na posição-sujeito gramático, também ressoam valores que são tomados de modo positivo, "autor da gramática normativa, grande, magnífico, correto no ensino e na vida".

Se reunirmos os adjetivos atribuídos a Rocha Lima, conseguimos construir uma rede de sentidos tomando como elemento basilar a noção de norma: *rigoroso, honesto, coerente, grande, magnífico, correto.* A norma, portanto, marca a existência de algo tomado como o ideal, julgando tudo que escapa disso como perigoso, indesejado. Esse ideal serve para mostrar e demarcar aqueles que estão fora da normalidade, no desvio que deve ser corrigido e ajustado.

Para Canguilhem (2007), quando se toma a noção de norma a partir do que é social ela está ligada a uma exigência de unificar a variedade, uniformizar a disparidade. A normalização, define ele,

> [...] é a expressão de exigências coletivas cujo conjunto define, em determinada sociedade histórica, seu modo de relacionar sua estrutura, ou talvez suas estruturas, com aquilo que ela considera como sendo seu bem particular, mesmo que não haja uma tomada de consciência por parte dos indivíduos. (CANGUILHEM, 2007, p. 199-200)

Podemos inferir, então, voltando o olhar para nosso objeto de estudo, que temos a normalização da língua, na gramática, e a normalização de uma vida, na tomada de posição-sujeito gramático. Tanto gramática quanto sujeito-gramático são ajustados a um sistema de regras, seja no escopo da língua, seja no escopo do social, essas regras são exteriores ao complexo ajustado, por isso podem e devem ser representadas e aprendidas.

Tomando por base essa história de vida, retratada em sua gramática, nos depoimentos de um ex-aluno, bem como nas imagens, observamos uma caminhada linear. Essa linearidade representa uma vida regrada, sob a égide do correto, portanto, da norma. Assim, concordamos com Canguilhem (2007) quando o autor define norma como esquadro, ou seja, que não se inclina nem para a esquerda nem

[26] Depoimento de um ex-aluno. Disponível em: <http://www.pedrosegundointernato.com.br/rochalima.htm>. Acesso em: 15 maio 2009.

para a direita, o que, assim, conserva-se em um justo meio-termo. É isso que ele tenta fazer, não sabemos se consegue, ao tentar silenciar sua relação com a NGB... ou ainda ao tentar privilegiar a norma acima de tudo... enfim, Rocha Lima construiu uma imagem de si mesmo. É sobre esta imagem que trabalhamos, que lemos a própria gramática Rocha Lima, que não se confunde, mas o representa.

2.4 No âmago da questão: as relações

Nesta seção objetivamos compreender os efeitos de trama que se efetivam entre língua e história, suas consequências políticas e teóricas por entendermos que as CP afetam a produção da GNLP, determinando as tomadas de posição do sujeito gramático. Para tanto, elegemos fatos históricos que consideramos constituir as condições de produção da GNLP de Rocha Lima.

Para Dias e Bezerra (2006), a gramática, em sentido amplo, procura apresentar uma visão integral da língua, com o intuito de abordá-la nos aspectos que compõem uma representação unitária do idioma, de modo que esses aspectos podem variar de gramática para gramática, sofrendo variações no decorrer do tempo. É assim que compreendemos, como nos apresentam os autores, que a gramática é influenciada pelos movimentos teóricos, sociais, políticos e ideológicos que se interpõem em um dado momento da história, mais especificamente, o saber sobre a língua apresentado pela gramática sofre a influência da história. Esse saber é apreendido como estável e consolidado, trata-se de uma projeção imaginária, pois a gramática não reúne todo o saber sobre a língua e também não há estabilidade de um saber sobre a língua, logo por ser afetado pela história, pela sua historicidade.

As relações se estabelecem de tal modo imbricadas umas às outras que a história de uma nação e a memória de uma língua constituem-se mutuamente; bem como a constituição de uma gramática normativa está diretamente ligada à história de uma disciplina, que é gramatical e que é linguística, e que envolve os sujeitos de tal forma que um pode ser tomado pelo outro no decorrer do tempo. A Gramática Normativa é de Rocha Lima, da mesma forma que Rocha Lima é a própria Gramática Normativa.

PARTE III

3 REMONTEMO-NOS DE ROCHA LIMA À GRAMÁTICA NORMATIVA

O verbo remontar remete ao sentido de recuar no passado, aludir a algo antigo (FERREIRA, 1993). Considerando esse sentido, devemos dizer, de pronto, que não objetivamos tratar meramente de uma sucessão de fatos. Remontar significa, neste trabalho, fazer o percurso inverso, indo do presente para o passado e tentando explicitar como esse movimento é capaz de revelar outros sentidos.

Nossa expectativa é, sim, realizar um trabalho de interpretação, o que resulta em compreender também de outra maneira a história, não como sucessão de fatos com sentidos já dados, dispostos em sequência cronológica, mas como fatos que reclamam sentidos (HENRY, 1997), cuja materialidade não é possível de ser apreendida em si, mas no discurso. Assim, interessamo-nos pelos modos como os sentidos são produzidos em um espaço que zela pela contenção desses sentidos e não admite que a falha seja constitutiva da língua; pela gramática normativa, pelo que a constitui, não só na regra, mas na falha, no equívoco, pois o espaço gramatical já não pode mais ser visto como perfeitamente homogêneo.

A tentativa de remontar de Rocha Lima à Gramática Normativa, surgiu da leitura das capas de nosso objeto de estudo e também da maneira como produzimos nossos dizeres sobre esse instrumento linguístico. Quantas vezes somos tomados pelo ímpeto de designar um instrumento linguístico pelo nome de seu autor: Rocha Lima, Cegalla, Aurélio, Houaiss. Isso ocorre e tem seu funcionamento instituído em nossas práticas sociais.

O objeto que selecionamos para análise constitui-se de quatro edições da **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**, de Carlos Henrique da Rocha Lima, enquanto *corpus*. Nossas análises privilegiam em um primeiro movimento um olhar sobre a composição imagética das **capas** da 1ª, 15ª e 31ª edições. Em um segundo movimento de análise, focamos sequências discursivas selecionadas do **Pré-faciamento** da 31ª edição da GNLP; dos **Sumários** da 1ª, 15ª e 31ª edições, e do texto de **Advertência** da 3ª edição.

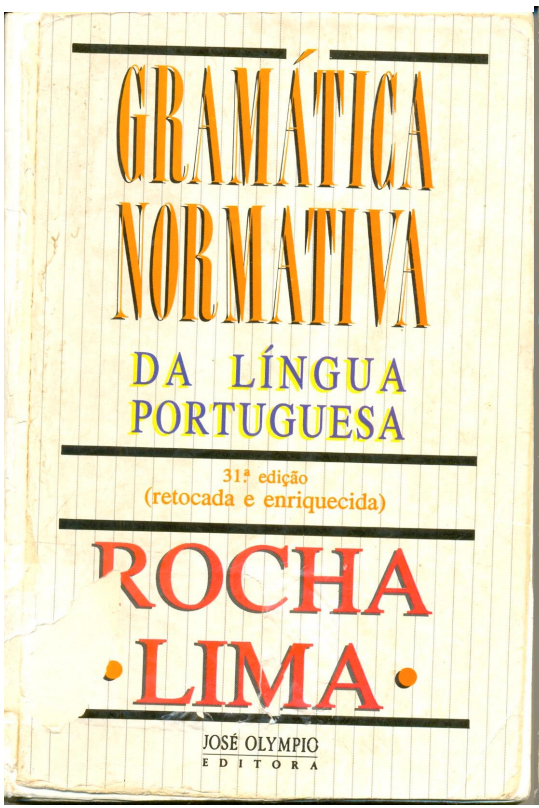
"Olhar" para as imagens, as capas da GNLP, significa tomá-las em seus atravessamentos e constituídas por discursos. São imagens diferentes, de épocas diferentes, com histórias diferentes, suscetíveis à leitura e à interpretação. Numa tentativa de re-construir uma memória bem particular, iniciaremos pela interpretação, leitura de seu estado atual. Portanto, a exposição será regressiva, na contramão da história cronológica, trabalhando no espaço lacunar e saturado que, ao mesmo tempo não prevê nenhuma linearidade, mas também não existe alheia ao tempo.

Em relação às sequências discursivas, selecionadas de textos da GNLP, de épocas diferentes, estas contribuem para a reflexão que nos propomos empreender desde o início deste trabalho: investigar e compreender os movimentos e funcionamentos que fazem emergir a heterogeneidade, ou seja, como se apresenta o "diferente" no "mesmo". No decorrer das análises nos deparamos com as idas e vindas de sequências discursivas que se alternam no interior da discussão, que ora aparecem para ilustrar uma questão e ora re-aparecem em função de outras.

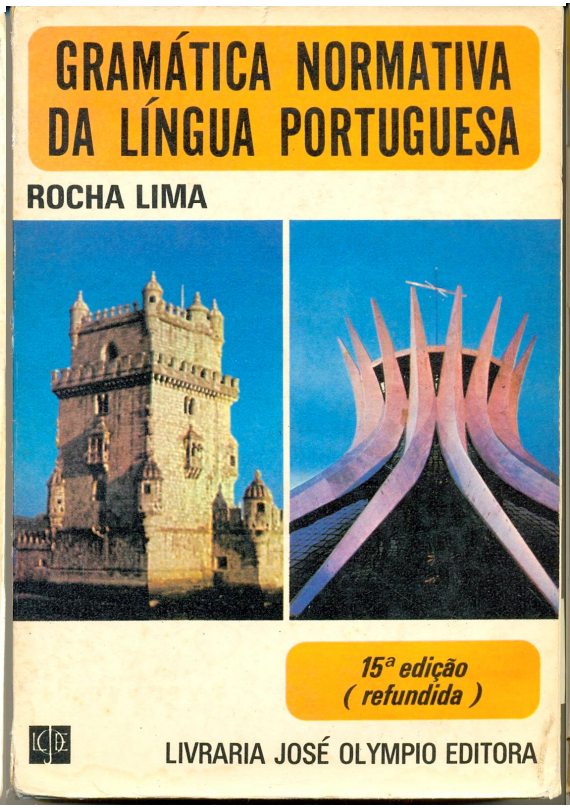
Os recortes do *corpus* foram realizados com a finalidade de dar destaque para os movimentos e funcionamentos do "diferente" no "mesmo", compreendendo que os sentidos que emergem das análises não são todos os possíveis e não são quaisquer sentidos, pois entendemos que há várias possibilidades de sentidos, buscamos trazer uma delas para funcionar como central, e, assim, produzimos, conforme Orlandi (1996), um lugar de interpretação no meio dos outros possíveis.

3.1 Primeiro movimento: a imagem (re)clama por sentidos

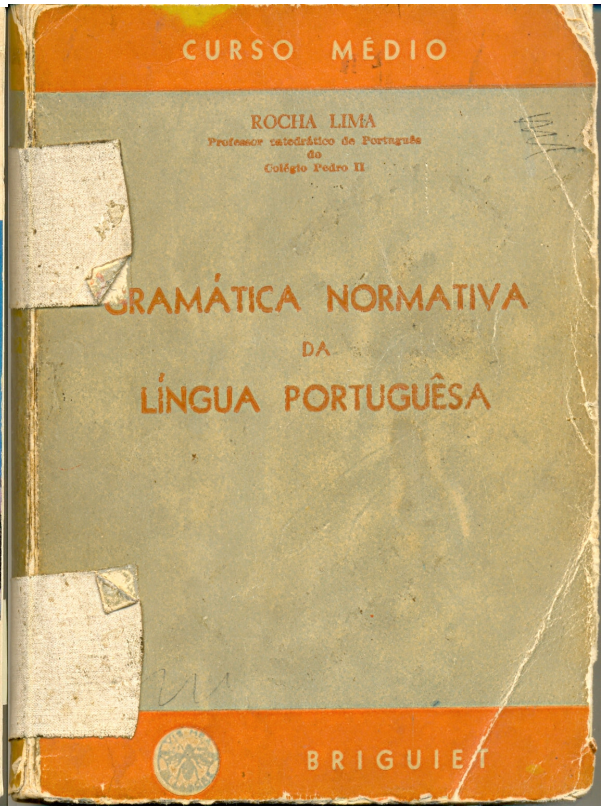
Vejamos, a partir daqui, as apresentações gráfico-imagéticas das três capas da GNLP. A disposição das capas nos conduz a observar as diferenças e semelhanças e de como elas se transformam na linha do tempo, de maneira regressiva, remontando ao seu surgimento.



1991



1972



1957

A primeira capa em destaque corresponde à 31ª edição da GNLP, com prefácio escrito pelo autor em maio de 1991 e publicada pela José Olympio Editora alguns meses depois da morte de Rocha Lima, ocorrida em junho de 1991.

CAPA 1

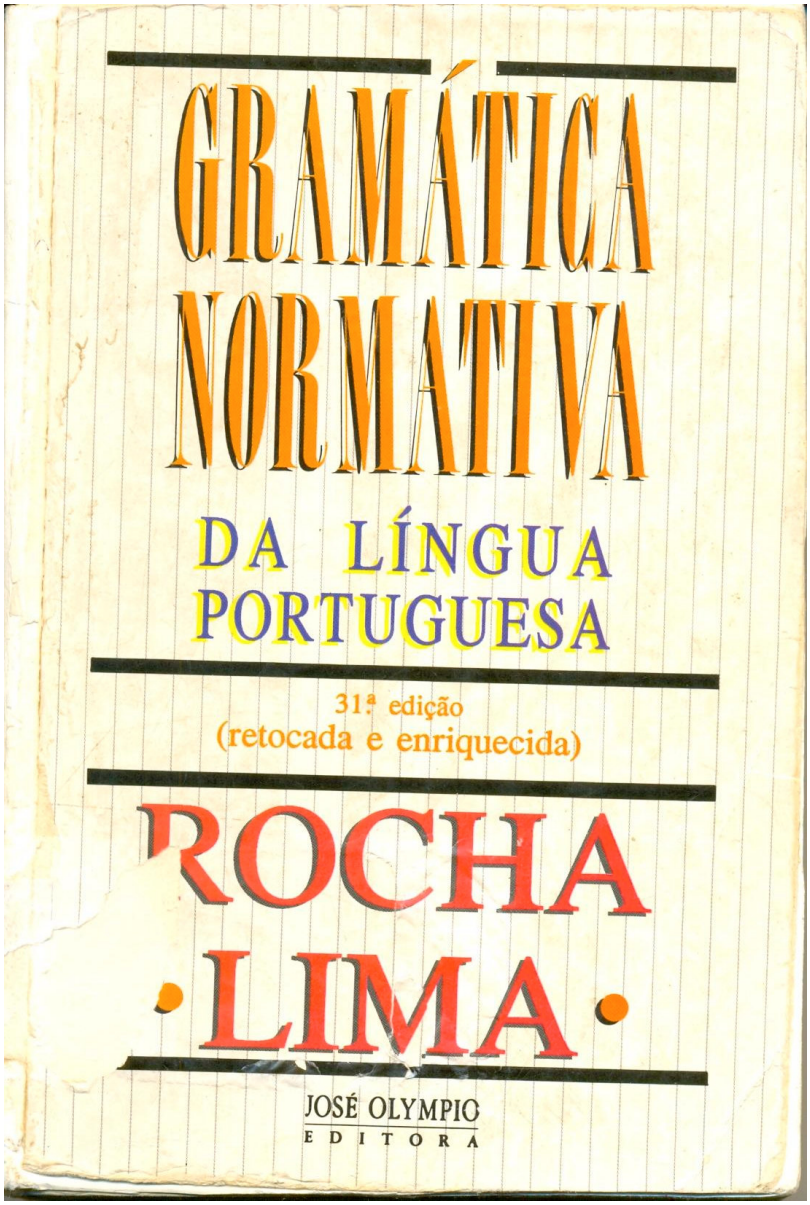


Imagem 3: Capa utilizada de 1991, 31ª edição, até o presente ano.

Na **31ª edição**, publicada em **1991**, um elemento constitutivo da capa tem maior destaque. O nome do gramático, Rocha Lima, tem posição de destaque com letras grafadas em tamanho grande e em vermelho. O efeito que se produz sobre quem adquire esta obra é de que lê, pesquisa, estuda, ensina, primeiro, ROCHA LIMA, depois a Gramática Normativa, que já se naturalizou da Língua Portuguesa.

Ao trabalharmos com o nome da gramática e do gramático, faz-se necessário mobilizar a noção de designação, tratada neste trabalho a partir de Guimarães:

> A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, 2005, p. 09)

Assim, arriscamo-nos a dizer que a designação nomeia, mas também significa, qualifica e representa. Em 1991 pôde-se escrever em fonte de tamanho menor os termos Língua Portuguesa, porque esta designação já estava instituída, terminou o tempo de litígio, de se lutar pelo nome da língua. Através da Constituição Federal de 1988, foi instituído que a língua oficial do Brasil é a língua portuguesa. Nos termos da Constituição: “Art. 13. A língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil”.

É nessa perspectiva que Orlandi (2009) argumenta que a língua que se fala aqui, no Brasil, já não se refere mais à memória da língua do lado de lá do Atlântico, Portugal. É a nossa memória, a do lado de cá, que passa a funcionar na construção discursiva dos referentes. Logo, a língua que se fala no Brasil refere-se à memória, a que começa a se gestar aqui mesmo na prática linguística brasileira.

O movimento de analisar esta capa da GNLP nos fez perceber que o funcionamento do designar, tal como a mobilizamos, também pode ser percebida em outros instrumentos linguísticos, como é o caso do Minidicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, atualmente tomado como Miniaurélio, conforme explicitado na capa:

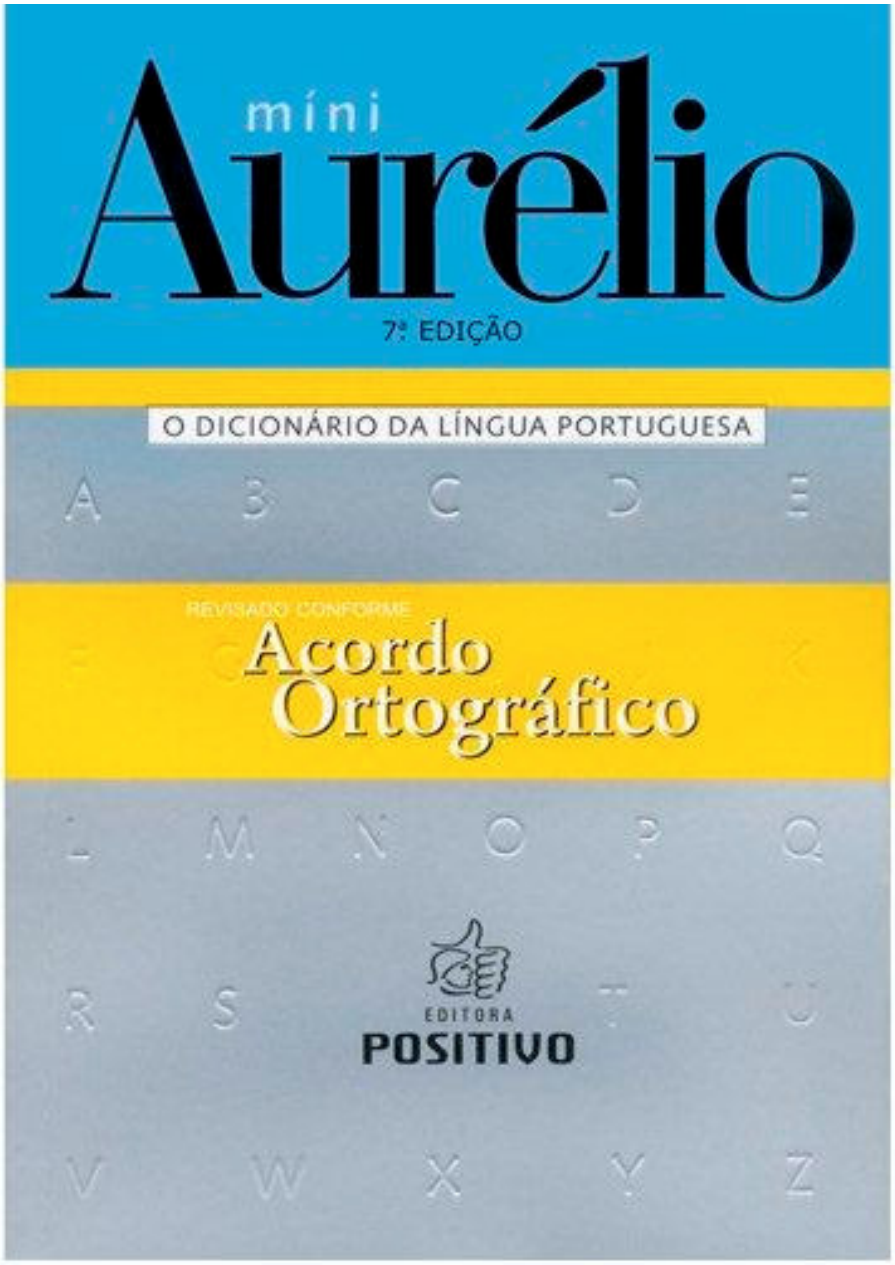


Imagem 4: Capa – Miniaurélio

Ao observar a capa do Miniaurélio, podemos inferir que esse nome também designa, significa, qualifica e representa, assim como em nosso objeto de estudo. Quando desejamos nos referir à GNLP, não tomamos seu título como referência, Gramática Normativa da Língua Portuguesa, mas sim o que ela representa. O mesmo ocorre com o Miniaurélio, raras vezes toma-se esse instrumento linguístico pelo título de Minidicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Inferimos que nesses dois casos os instrumentos linguísticos são significados, qualificados e representados pelos nomes de seus autores.

Importa destacar que um trabalho sobre título já foi desenvolvido por Juciele Pereira Dias, em sua dissertação *O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara*. Juciele Pereira Dias (2009) observa que o título é um lugar representativo do conhecimento e se constitui ao constituir o objeto que representa, além de ser um lugar que possibilita a constituição de um espaço de relação entre autor e leitor.

Refletindo a partir de Petri (2004, p. 227), que “designar pode significar ainda atribuir qualidades ou funções à coisa ou ao indivíduo designado”, compreendemos que, ao designar continuamente a gramática como normativa, Rocha Lima está indicando uma função ao objeto designado, infere-se que, por ser normativo, há providencialmente em sua materialidade um “código de bem falar e bem escrever”, “as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta”[27].

[27] Nos termos de Rocha Lima (1991, p. 07).

A segunda capa em destaque corresponde à 15ª edição da GNLP, de maio de 1972, publicada pela Livraria José Olympio Editora.

CAPA 2

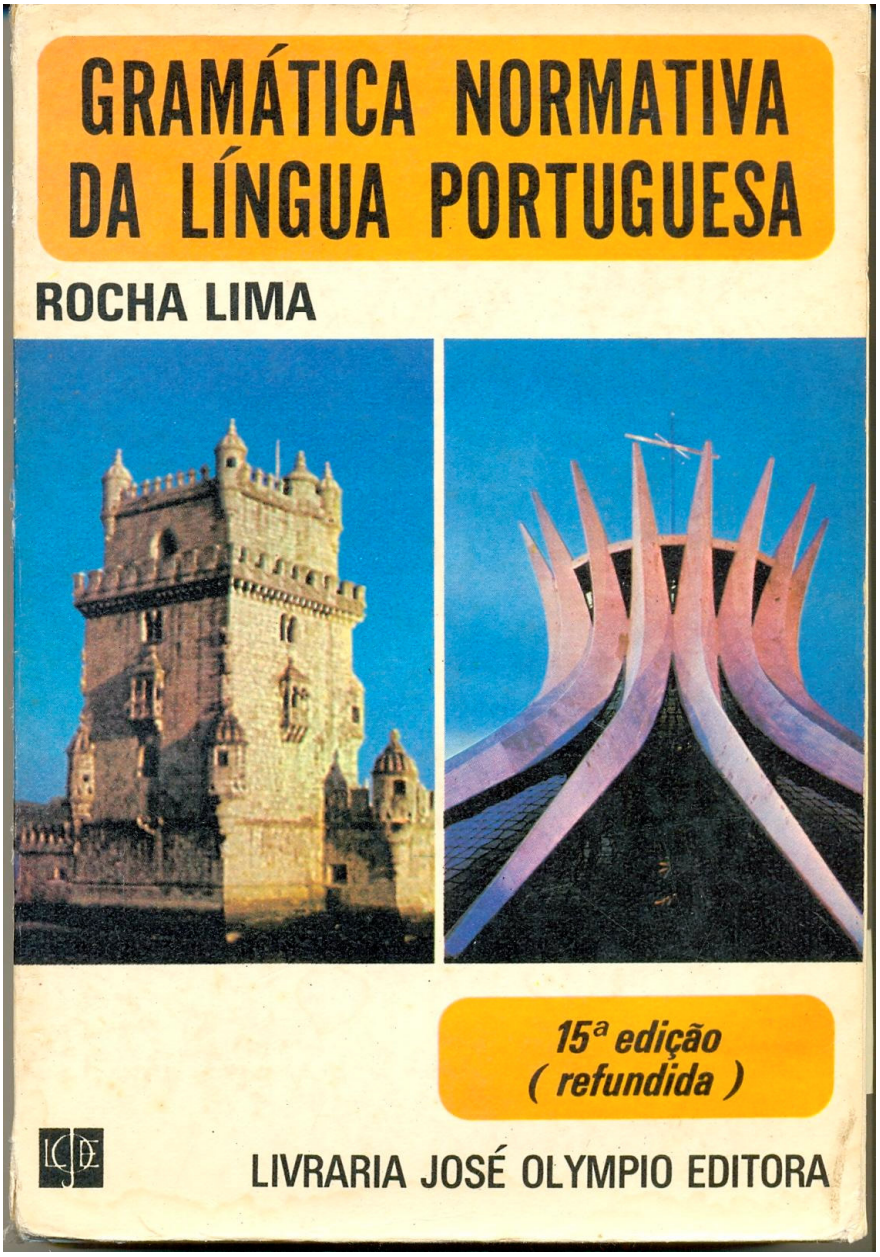


Imagem 5: Capa utilizada de 1972, 15ª edição, até 1990, 30ª edição.

Na **15ª edição,** publicada em 1972**,** deparamo-nos com uma gramática que teve consideráveis alterações em sua apresentação gráfico-imagética. A década de 70 é um período de influências intensas da Teoria da Comunicação, na qual o livro didático abandona a limitação do preto-e-branco, isto é, a folha branca como espaço vazio para a chegada do texto em preto, e toma cor[28]. Arriscamo-nos inferir que se ocorrem mudanças nos livros didáticos, as gramáticas também podem ser afetadas. Mas é interessante observar que as capas apresentam-se em uma composição de imagens e cores, já o interior das obras permanecem iguais, o "mesmo", numa tentativa de manter a seriedade teórica.

A capa da 15ª edição é composta de textos, título da obra, nome do autor, edição e editora, e imagens fotográficas, que nos parecem querer garantir a existência do que está sendo visto. Nessa esteira, as duas imagens suscitam alguns questionamentos:

(i) a Torre de São Vicente, em Portugal, localizada à esquerda, e a Catedral de Nossa Senhora Aparecida, no Brasil, localizada à direita, representam a unidade da língua entre esses países?
(ii) ou as duas imagens representam a diferença *da* e *na* língua entre Portugal e Brasil?

De um lado, a Torre de São Vicente, também chamada Torre de Belém, que foi construída em homenagem ao santo patrono de Lisboa, São Vicente, cuja função era preservar, proteger o território. O uso de tal imagem coloca em funcionamento a memória de preservação, de proteção de um outro tipo de território: o da língua. Pela imagem ressoam sentidos que vêm da memória de colonização do Brasil.

A Torre de Belém era o posto avançado que controlava quem entrava e quem saia do Cais do Porto em Lisboa, de onde, de fato, saíram as Caravelas que descobriram o Brasil. É assim que podemos ver esta torre: como lugar de partida, do qual os portugueses partem para o Brasil, levando consigo a língua, a língua que é portuguesa, que é de Portugal, mas que depois é do Brasil. Mas esse lugar de partida é também o lugar de chegada, pois quem chega em Lisboa passa, obrigatoriamente, por esse espaço. Com o passar do tempo, e com a construção de novas fortalezas, mais modernas e mais eficazes, a Torre de Belém foi perdendo a

[28] Cf. BELMIRO, 2000.

sua função de defesa da barra do Tejo. Durante os séculos que se seguiram, desempenhou funções de controle aduaneiro, de telégrafo e até de farol. Disso emergem alguns questionamentos, que optamos em apresentar, somente a título de ilustração, estabelecendo relacões com a GNLP:

(i) o controle aduaneiro: determina o que entra e o que sai (da gramática)?
(ii) o telégrafo: determina o que e quem pode comunicar e se comunicar (pela e na gramática)?
(iii) o farol: ponto de tomada de posição do visionário, o que vê antes (na e pela gramática)?

De outro lado, temos na composição da capa a Catedral de Nossa Senhora Aparecida, também conhecida como Catedral de Brasília, que foi construída no período de 1959 a 1970. Cabe destacar que a década de 50, período do governo JK, é considerada um momento-chave em função da construção de Brasília e de todo um processo de modernização. De acordo com Mariani e Medeiros (2007), com Brasília retomava-se um antigo sonho, constante no imaginário brasileiro, o de um paraíso terrestre. Brasília tinha uma memória e trazia consigo memória sobre povo e terra, resolvendo no imaginário brasileiro questões sobre a terra brasileira, sobre os povos e sobre a nação.

Anteriormente vislumbramos a Torre de Belém como o ponto de partida dos portugueses que traziam a língua para o Brasil, e agora exploramos, então, a Catedral de Brasília como o ponto de chegada para esse movimento de partida. Mas por que a Catedral de Brasília? Essa indagação nos leva a fazer a seguinte reflexão: Brasília é o nome em latim do Brasil, também podemos fazer referência à expressão Terra Brasil, do latim terra *brasilis*, sendo que *brasilis* significa da cor da brasa, assim temos a língua da terra do pau-brasil, a língua do Brasil.

A Catedral de Brasília é uma construção moderna, atual, segundo Oscar Niemayer:

> Evitei as soluções usuais das velhas catedrais escuras, lembrando pecado. Eu quando fiz a catedral eu não queria fazer uma Catedral como as outras, belíssimas, escuras lembrando pecado. Eu queria fazer uma catedral diferente. Eu fiz a galeria em sombra e a nave toda aberta para o espaço. E a Catedral ficou bonita. Era a procura da terra com os espaços infinitos[29].

[29] Disponível em: <http://www.niemeyer.org.br/0scarNiemeyer/arquitetura.htm>. Acesso em: 08 ago. 2009.

Inferimos que, mesmo sendo uma catedral diferente, escapando dos moldes das velhas catedrais escuras, a Catedral de Brasília também é capaz de guardar, zelar, criar um imaginário no qual se mantém longe do pecado um ideal de língua. O mesmo ocorre com a Torre de Belém, ambas abrigam o que é autorizado, correto e podem sempre dizer não ao diferente, nos termos de Pêcheux (1990a), "invisível", sendo que a existência deste está estruturalmente inscrita nas formas linguísticas da negação, *não entra, não pode, não deve, não faça isso, não faça aquilo*...mas, tanto a Catedral quanto a Torre, não podem impedir que "o diferente" insista, exista e clandestinamente, de maneira não autorizada, invada o espaço que zela pelo "mesmo". Partindo do que foi exposto, podemos listar alguns pares que estão associados às imagens e que são acionados pelo funcionamento das mesmas, enquanto dispositivo da memória:

Imagem 6: Torre de Belém[30]

Imagem 7: Catedral de Brasília[31]

Torre de Belém[32]	**Catedral de Brasília**[33]
Língua de Portugal	Língua do Brasil
Colonizador	Colonizado
Preservação	Atualização
Passado	Presente
Rememoração[34]	Novo

Quadro 3: Torre de Belém e Catedral de Brasília

[30] Disponível em: <http://www.embaixadadeportugal.jp/centro-cultural/patrimonio-mundial/pt/>. Acesso em: 29 set. 2009.
[31] Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/foto/0,,15848936-EX,00.jpg>. Acesso em: 29 set. 2009.
[32] A imagem em destaque é a Torre de São Vicente, em Belém, Portugal, construída entre 1514 e 1520.
[33] A imagem em destaque é a Catedral Metropolitana Nossa Senhora Aparecida, em Brasília, Brasil, construída entre 1959 e 1970.
[34] Conforme Venturini (2009, p. 50), "os discursos de rememoração, de um lado, trazem para o domínio da atualidade vestígios de um passado que retorna como recordação e, de outro, são interpretados pelos valores sociais do presente".

As expressões *língua de Portugal, colonizador, preservação, passado* e *rememoração* encontram-se em oposição *à língua do Brasil, colonizado, atualização, presente* e *novo*, mas mesmo em oposição não é possível que a Língua do Brasil interdite a presença da Língua de Portugal do espaço brasileiro. Bem por isso, entendemos que, ao invés de oposição, esse movimento representa composição. De acordo com Orlandi (2009), é interessante observar que a unidade linguística brasileira é construída com base em uma língua ocidental instrumentalizada, ou seja, gramáticas e dicionários que provêm de uma escrita de filiação latina. Mas não se fala no Brasil a mesma língua que se fala em Portugal, pois no Brasil se tem unidade e diversidade concreta produzidas neste território. O português do Brasil e o de Portugal se filiam a interdiscursividades distintas como se fossem uma só língua, mas não são. São distintos sistemas simbólicos, com distintas materialidades históricas, mas aparentando a mesma materialidade empírica, que, no entanto, constituem-se segundo diferentes memórias.

Assim, o uso das duas imagens em um mesmo plano coloca em funcionamento dois movimentos de memória, um que satura e outro que esquece: o de preservação e o de atualização. Ao mesmo tempo em que se coloca em funcionamento um discurso sobre o passado, constitutivo da história; faz-se necessário prestigiar o que é novo e que também passa a constituir a língua e, por conseguinte, sua nação e seu povo.

A terceira capa em destaque corresponde à 1ª edição da GNLP, de maio de 1957, publicada pela Editora Briguiet.

CAPA 3

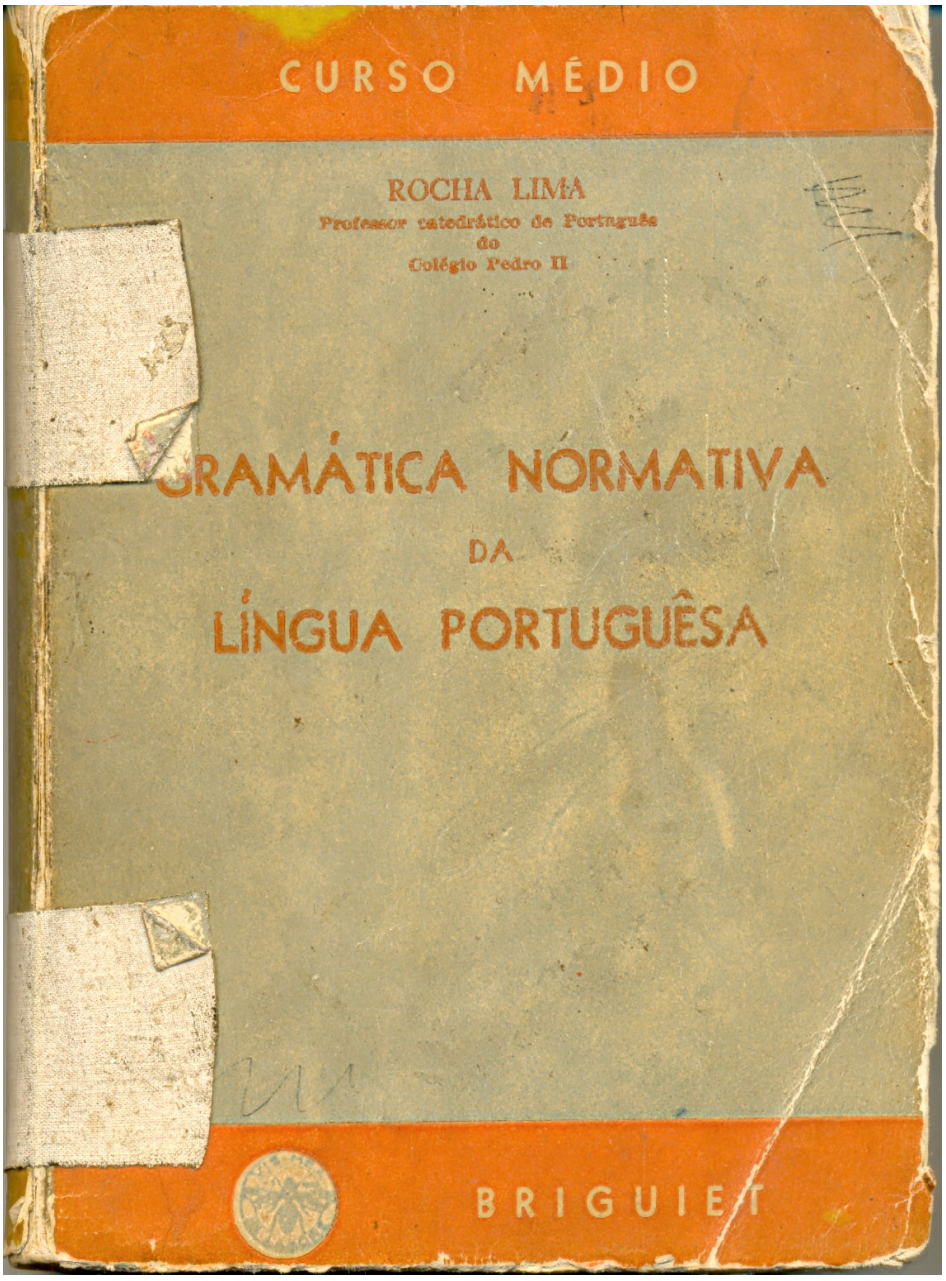


Imagem 8: Capa utilizada de 1957, 1ª edição, até 1969, 14ª edição.

Da **1ª edição** até a 14ª edição, ou seja, de 1957 a 1969, temos a mesma capa. Nela, o nome da gramática aparece de forma centralizada, é o título da obra que tem destaque: *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, ou seja, especificamente da Língua Portuguesa, pois nesse contexto da produção do conhecimento sobre a língua é necessário marcar a identidade da língua em sua designação. Isso porque o nome da língua estava em discussão, e com ele a identidade de um povo que vivia o processo de gramatização, conforme podemos conferir em Orlandi (2007b, p. 55):

> A gramatização do português brasileiro, além de ser um processo de construção de um saber sobre a língua nacional, tem como conseqüência algo mais substancial e definidor: a constituição de sujeito nacional, um cidadão brasileiro com sua língua própria, visível na gramática. Individualiza-se o país, seu saber, sua língua, seu sujeito político social e suas instituições.

Segundo a autora, com o claro estabelecimento do Estado brasileiro e a garantia da diferença em relação a Portugal, as gramáticas têm a função de manter em sua configuração os limites da identidade brasileira.

A língua nacional se constitui como um elemento central através do qual o Estado Nacional realiza seu ideal de unidade jurídica, propagando a unidade linguística e realizando a homogeneização linguística e dos sujeitos, ao instalar a forma de convivência social da cidadania (PAYER, 2007).

Mas a língua do Brasil, seu nome é língua portuguesa ou língua brasileira?

Rocha Lima, ao intitular a *Gramática Normativa* como *da Língua Portuguesa*, está nomeando a língua do Brasil, logo, a língua pátria é a língua portuguesa. Na década de 50, a questão do nome da língua do Brasil teve uma solução através da constituição de 1946. Esta constituição, diante da discussão sobre o nome da língua, estabeleceu que o governo deveria nomear uma comissão de especialistas para resolver esta questão. A comissão constituída chegou à conclusão de que a língua falada no Brasil é a língua portuguesa. Assim, havia uma consideração tácita de que tínhamos uma língua que se praticava de modo generalizado no Brasil, caracterizada como a língua dos atos administrativos, das ações escolares, a língua na qual se publicam livros no Brasil, mas não havia a definição de que era a língua oficial. Era a língua oficial pela prática da Nação brasileira e do Estado brasileiro, ou

seja, o Estado funcionava a partir dessa língua e a nação a tomava como elemento de sua identidade (GUIMARÃES, [s. d.]).

Movimento contrário do que ocorreu antes de 1959, pois podemos localizar publicações de Rocha Lima e Mattoso Câmara intituladas como *Língua Pátria* e publicadas de 1944 a 1959. Os autores não nomeiam a língua, e ao tomar essa posição, "ao não nomear, é pelo nome (im)posto em nome de uma "língua pátria" que ele designa a nossa língua"[35]. Tal movimento se dá a partir de 1935, período inicial da Era Vargas, através de uma Resolução da Câmara Municipal do Distrito Federal, de julho de 1935, que determina que a língua falada no Brasil, a língua pátria, deve ser designada de "brasileira". A título de ilustração, eis duas capas do Curso da Língua Pátria:

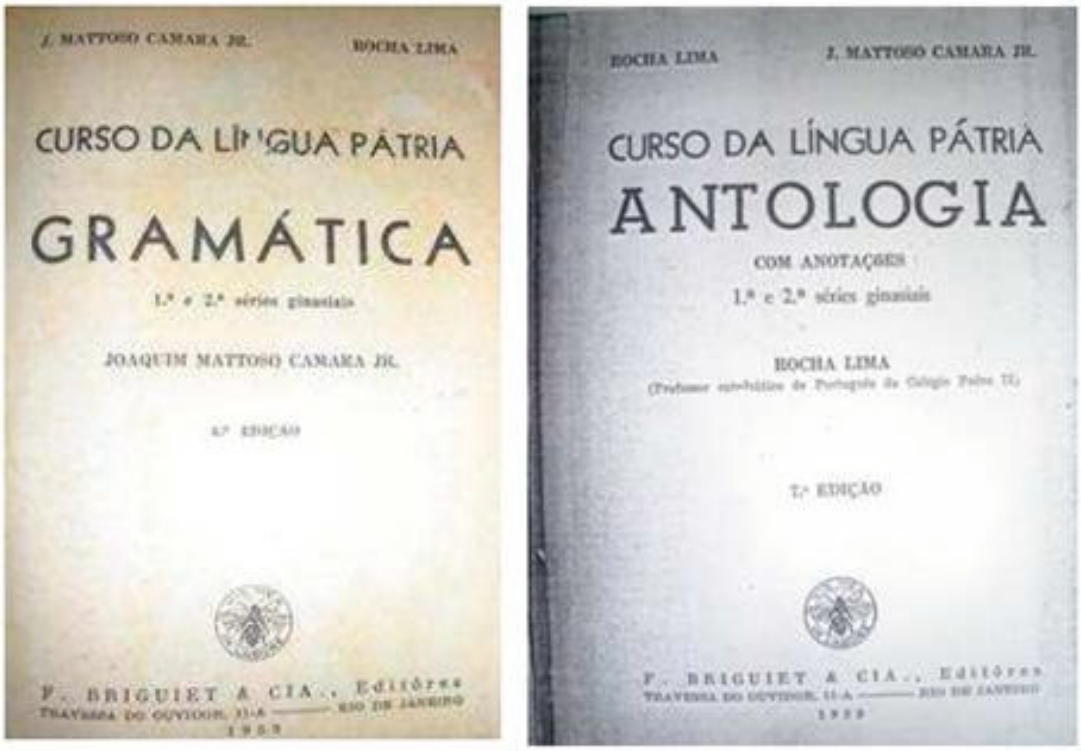


Imagem 9: Curso da Língua Pátria - 1959

É interessante observar também que, ao regulamentar que a língua que se fala no Brasil é a língua brasileira, está se tentando apagar, silenciar as outras línguas que ocupam o mesmo espaço, ou seja, as línguas de imigração, o intento é de apagar/interditar a diversidade na unidade através da imposição de uma língua

[35] DIAS, J. P. **O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

imaginária. Assim, em determinado momento histórico, tenta-se apagar a diversidade, nomeando a língua como brasileira, a língua imaginária; enquanto em outro momento, a língua brasileira acende/ascende a diversidade, o "diferente", a língua fluida, conforme observa-se nas discussões de Orlandi (2009).

Quanto ao nome do gramático Rocha Lima, este se encontra associado e significado pela designação *professor*, mas não é qualquer professor, é professor Catedrático de Português do Colégio Pedro II, um lugar de formação e elaboração de programas que configuram formas de cidadania e, no que diz respeito à língua, apresenta-se como lugar de conhecimento legítimo, da garantia da unidade linguística (nacional) e de domínios da "boa" língua, da "boa" retórica, da "boa" escrita (ORLANDI, 2002). A autora chama atenção para o fato de que a própria maneira como se constroem as gramáticas são indicações de como se deve praticar o ensino da língua, pois os mesmos intelectuais que fazem as gramáticas são os que ensinam a língua. É o falante, é o professor, é o gramático, enquanto posições sujeito múltiplas que formam uma identidade, o que se revela na e pela língua.

3.2 Segundo movimento: o "verbo" (re)clama por sentidos

Tal como vimos desenvolvendo em nossa reflexão, inferimos que há diferentes possibilidades de o "diferente" emergir no "mesmo". Dessa forma, o que buscamos mostrar, com nosso gesto de interpretação, será apresentado nesta seção através da análise dos *sumários*, tomados como objetos discursivos plenos em sentidos, no qual observamos os **movimentos** de inclusão, exclusão e mudança de conteúdos, bem como alterações nos nomes dos conteúdos que os compõem; investimos nas análises de ***concepção de língua***, observando e analisando definições de língua que materializam o imaginário presente na tomada de posição-sujeito gramático; também observamos e analisamos o funcionamento de **língua fluida e língua imaginária**, bem como de termos e definições que remetem aos sentidos de **"norma-mesmo"** (unidade, homogeneidade) e **"anormal-diferente"** (diversidade, heterogeneidade); adentramos a **NGB**, via texto de *Advertência*, e analisamos como dá o funcionamento da tomada de **posição do sujeito gramático** que se movimenta entre a homogeneização e a autoria.

O sumário como objeto discursivo pleno em sentidos

Nossa pretensão a partir da exposição da organização de três edições da GNLP é a de apresentar, na sequência, um quadro comparativo da estrutura da gramática em estudo, observando os movimentos de inclusão, exclusão e mudança de conteúdos, bem como alterações nos nomes dos conteúdos. Além de concebermos os sumários como lugares que constituem um material para a análise das condições de produção e tomada de posição-sujeito gramático. Nesse lugar, o leitor guia-se, orienta-se, pois o sumário apresenta-se como um plano da obra, elencando os conteúdos a serem abordados. Nele, o leitor encontra a localização do que procura, ou não. Acreditamos que através do sumário também podemos observar muito do que o sujeito gramático diz ou não diz sobre língua e gramática.

Eis o quadro[36] com os sumários da 31ª, 15ª e 1ª edições:

GNLP 31ª EDIÇÃO - 1991	**GNLP 15ª EDIÇÃO – 1972**	**GNLP 1ª EDIÇÃO - 1957**
INTRODUÇÃO	INTRODUÇÃO	INTRODUÇÃO
Linguagem	Linguagem	**?**
Língua e estilo	Língua e estilo	**?**
Língua-comum e suas diferenciações	Língua-comum e suas diferenciações	**?**
Dialeto e língua especial Calão, gíria e língua profissional	Dialeto	**?**
	Calão, gíria e língua profissional	**?**
Gramática Normativa: conceito e divisões	Gramática Normativa – definição e divisões	Gramática; sua definição
		Divisão da Gramática
?	Conceito de correção	Conceito de correção
FONÉTICA E FONOLOGIA	FONÉTICA E FONOLOGIA	FONÉTICA
Capítulo 1: Som da fala e fonema	Capítulo 1: Som da fala e fonema	Capítulo I – Os fonemas
Capítulo 2: Tonicidade e atonicidade	Capítulo 2: Tonicidade e atonicidade	Capítulo II - Acentuação
Capítulo 3: Pronúncia normal do Brasil	Capítulo 3: Pronúncia normal do Brasil	Capítulo III – Descrição da pronúncia normal do Brasil
Capítulo 4: Ortografia	Capítulo 4: Ortografia	Capítulo IV - Ortografia
MORFOLOGIA	MORFOLOGIA	MORFOLOGIA
Capítulo 5: Substantivo	Capítulo 5: Substantivo	Capítulo V – Substantivo
Capítulo 6: Artigo	Capítulo 6: Artigo	Capítulo VI – Artigo

[36] Este quadro foi elaborado sem o detalhamento dos conteúdos apresentados em cada capítulo, pois no momento nos interessa a organização geral da gramática.

Capítulo 7: Adjetivo	Capítulo 7: Adjetivo	Capítulo VII – Adjetivo
Capítulo 8: Numeral	Capítulo 8: Numeral	Capítulo VIII – Numeral
Capítulo 9: Pronome	Capítulo 9: Pronome	Capítulo IX – Pronome
Capítulo 10: Verbo	Capítulo 10: Verbo	Capítulo X – Verbo
Capítulo 11: Advérbio	Capítulo 11: Advérbio	Capítulo XI: Advérbio
Capítulo 12: Preposição	Capítulo 12: Preposição	Capítulo XII: Preposição
Capítulo 13: Conjunção	Capítulo 13: Conjunção	Capítulo XIII: Conjunção
Capítulo 14: Interjeição	Capítulo 14: Interjeição	Capítulo XIV Interjeição
Capítulo 15: Estrutura das palavras	Capítulo 15: Estrutura das palavras	Capítulo XV Estrutura das palavras
Capítulo 16: Formação de palavras	Capítulo 16: Formação de palavras	Capítulo XVI: Formação de palavras
SINTAXE	SINTAXE	SINTAXE
Capítulo 17: Teoria geral da frase e sua análise	Capítulo 17: Teoria geral da frase e sua análise	Capítulo XVII: Teoria geral da frase e sua análise
Capítulo 18: Emprego do substantivo	Capítulo 18: Emprego do substantivo	Capítulo XVIII: Emprego do substantivo
Capítulo 19: Emprego do artigo	Capítulo 19: Emprego do artigo	Capítulo XIX: Emprego do artigo
Capítulo 20: Emprego do adjetivo	Capítulo 20: Emprego do adjetivo	Capítulo XX: Emprego do adjetivo
Capítulo 21: Emprego do numeral	Capítulo 21: Emprego do numeral	Capítulo XXI: Emprego dos numerais
Capítulo 22: Emprego do pronome	Capítulo 22: Emprego do pronome	Capítulo XXII: Emprego dos pronomes pessoais Emprego dos pronomes possessivos Emprego dos pronomes demonstrativos Emprego dos pronomes relativos Emprego dos pronomes indefinidos
Capítulo 23: Verbo e seus complementos	Capítulo 23: Verbo e seus complementos	Capítulo XXIII: Verbo e seus complementos
Capítulo 24: Emprego do advérbio	Capítulo 24: Emprego do advérbio	Capítulo XXIV: Emprego do advérbio
Capítulo 25: Emprego da preposição	Capítulo 25: Emprego da preposição	Capítulo XXV: Emprego da preposição
Capítulo 26: O problema do “a” acentuado – a crase: regras práticas	**?**	**?**
Capítulo 27: Concordância verbal	Capítulo 26: Concordância verbal	Capítulo XXVI: Concordância verbal
Capítulo 28: Regência de alguns verbos	Capítulo 27: Regência de alguns verbos	Capítulo XXVII: Regência de alguns verbos
Capítulo 29: Colocação do pronomes átonos	Capítulo 28: Colocação do pronomes átonos	Capítulo XXVIII: Colocação do pronomes átonos
Capítulo 30: Pontuação	Capítulo 29: Pontuação	
RUDIMENTOS DE ESTILÍSTICA E POÉTICA	RUDIMENTOS DE ESTILÍSTICA E POÉTICA	ESTILÍSTICA

Capítulo 31: Funções da linguagem. Gramática e estilística	Capítulo 30: Funções da linguagem. Gramática e estilística	Capítulo XXIX – Significação das palavras
Capítulo 32: Estilo direto, indireto e indireto livre	Capítulo 31: Estilo direto, indireto e indireto livre	**?**
?	**?**	Capítulo XXX – Prosa e poesia
?	**?**	Capítulo XXXI - Qualidade da boa prosa
Capítulo 33: Figuras de linguagem: os tropos	Capítulo 32: Figuras de linguagem: os tropos	
		Capítulo XXXIII – Da pontuação
Capítulo 34: Outras figuras de linguagem	Capítulo 32: Outras figuras de linguagem	Capítulo XXXIV – Elegâncias de linguagem Figuras literárias Figuras de palavras ou tropos
Capítulo 35: Noções de versificação	Capítulo 33: Noções de versificação	Capítulo XXXII – Noções de versificação
Índice de alguns fatos de linguagem	**?**	**?**

Quadro 4: Sumários

Estruturalmente a GNLP está organizada em cinco partes: *Introdução; Fonética e fonologia; Morfologia; Sintaxe; e Rudimentos de estilística e poética*. Observamos que a sequência dessas partes não se altera, não muda, representa uma estrutura que pode vir a instituir uma norma, o que ocorre é a alteração de algumas designações que listamos a seguir.

Na primeira parte do sumário, na *Introdução*, constam conteúdos referentes à Linguagem; Língua e estilo; Língua-comum e suas diferenciações; Dialeto e língua especial; calão, gíria e língua profissional. Importa destacar que esses conteúdos constam no sumário da 31ª e 15ª edições, há um silenciamento quanto à noção de língua na 1ª edição. Na sequência, apresenta-se a Gramática normativa: conceito e divisões, sendo que na 31ª e 15ª edições temos a designação de normativo para esse instrumento linguístico, enquanto na 1ª edição consta somente gramática e sua definição.

Apesar de o título *Gramática Normativa* ter sua regularidade nas três capas analisadas, no Sumário da 1ª edição não há tal designação elencada na lista de conteúdos apresentados, nem mesmo na seção seguinte. O sujeito gramático apresenta na *Introdução* uma definição para gramática:

> Uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar 'o uso idiomático', dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta, mas em nenhum momento a designa. (ROCHA LIMA,1957, p. 09)

Já na 31ª e 15ª edições, o sujeito gramático mantém o mesmo conceito para gramática e a designa como *normativa*, além de incluir uma nota de rodapé distinguindo gramática normativa de gramática descritiva:

> Distingui-se, assim, a gramática normativa da gramática descritiva, que examina a língua como "sistema de meios de expressão", sem levar em conta a sua utilização imediata como código de bem falar e escrever. É claro que trata de disciplinas interdependentes, porém de finalidades distintas. (ROCHA LIMA, 1972, p. 06)

Também podemos constatar o apagamento do "Conceito de correção" no sumário da 31ª edição, mas esse apagamento se dá apenas no *Sumário*, pois na mesma seção em que sujeito gramático conceitua *gramática*, também conceitua o que entende por *correção*, com base na *Gramática Castellana* de Amado Alonso e Pedro Henriquez, de 1943, "*Son formas* ***correctas*** *de decir aquellas aceptadas y usadas por los grupos más cultos de La sociedad.* ***Corrección*** *quiere decir aquí prestígio social de cultura"* (ROCHA LIMA, 1972, p. 06).

Na 31ª e 15ª edições encontramos *Fonética e fonologia*; enquanto na 1ª edição, encontramos *Fonética*. Nesta leitura dos Sumários, podemos identificar um lugar de resistência do sujeito gramático, uma vez que, em 1957, data de sua 1ª edição, o termo *Fonética*, como o recomendado pela NGB de 1959 era o empregado, nas reedições posteriores (31ª e 15ª) não é mais empregada a nomenclatura recomenda pela NGB[37]. Além disso, também podemos observar que a NGB recomenda que a *Ortografia* seja tratada como um *Apêndice*, mas Rocha Lima a mantém, nas edições analisadas, na parte que trata da *Fonética e fonologia*.

Em *Fonética e fonologia*, estudo dos fonemas e sua combinação, e dos caracteres prosódicos da fala, como o acento e a entoação, há um item que se destaca nos três sumários: *Pronúncia normal do Brasil*. Pois bem, se a gramática apresenta ao leitor qual é pronúncia normal do Brasil, inferimos que possivelmente haja pronúncias anormais, ou seja, que não correspondam as que são aceitas como corretas, então, normais. No intento de normatizar o modo como se pronuncia, a

[37] ANEXO A.

gramática está tentando apagar o "diferente" constitutivo das práticas discursivas, afastando as variedades que circundam a língua portuguesa do Brasil.

Na parte sobre *Morfologia*, estudo das formas, estrutura e classificação, não há nenhum tipo de alteração, inclusão ou exclusão de conteúdo, isso ressoa como algo cristalizado, estabilizado: o que é estrutural impera e calcifica tal divisão.

Em *Sintaxe*, estudo da construção da frase, ocorre a inclusão de um item na 31ª edição: *O problema do 'a' acentuado – a crase: regras práticas*, algo que antes não parecia merecer espaço na GNLP. Na 31ª e 15ª edições a Pontuação faz parte dos conteúdos de Sintaxe, já na 1ª edição, pertence à Estilística. Na NGB (1959), a Pontuação é elencada como o IV tópico do *Apêndice*, ou seja, em nenhuma de suas edições, nesse ponto, o sujeito gramático atende ao que recomenda o documento, marcando sua posição de resistência.

Na última parte, *Rudimentos de estilística e poética*, observamos a exclusão de conteúdos e mudança na ordem de apresentação de outros. Na exclusão, apagam-se os itens sobre: *Prosa e poesia* e *Qualidade da boa prosa* nos sumários da 31ª e 15ª edições. Constatamos a inclusão de um *Índice de alguns fatos de linguagem* que possui a observação, em nota de rodapé, de que estava em elaboração pelo autor e de que não se sabe se ele o considerava terminado. O autor, neste *Índice*, indica ao leitor em que página de sua gramática pode-se localizar regras, descrições e exemplificações de "fatos de linguagem" em que o sujeito possa ter dúvida. Percebe-se que o que o sujeito gramático define como "fatos de linguagem" são aqueles fatos que podem, ou já são, empregados de forma "incorreta", "diferente" e não correspondem à língua padrão culta. Por exemplo: na letra X, tem-se somente a palavra **xerox**, seguida do numeral 30 que indica a página em que o leitor encontra a seguinte explicação "Recomenda-se particular cuidado na pronúncia das seguintes palavras: a) São oxítonas: [...] xerox [...]" (ROCHA LIMA, 1991, p. 30).

Pelas análises apresentadas, podemos observar que o *Sumário* se constitui num espaço discursivo em que se mostra a regularização do discurso gramatical por meio da repetição, ou seja, o funcionamento do "mesmo", da memória discursiva, do já dito antes. As alterações que ocorrem são mínimas, mas justificam-se pela necessidade de o sujeito gramático atender às CP de cada edição e também de marcar sua identificação ou não às orientações em vigor. Identificamos marcas de resistência do sujeito gramático que se nega a seguir as recomendações da NGB.

Assim, podemos dizer que no *Sumário* funcionam o “mesmo” e o “diferente”, sob as marcas da resistência e da regularidade.

Investindo nas análises de concepção de língua

A partir das discussões apresentadas, passamos à materialidade linguístico-discursiva: a *Introdução*[38] da GNLP da Língua Portuguesa. Ao longo do texto introdutório vão sendo elencadas definições de língua que materializam o imaginário presente na tomada de posição-sujeito gramático sobre a língua e revelam os lugares de onde esse sujeito fala. As definições foram recortadas do texto de *Introdução* da 15ª e 31ª edições:

Sd 1 – *A LÍNGUA é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens.*

Sd 2 – *Fato social por excelência, é aquele acervo de sons, estruturas vocabulares e processos sintáticos que a sociedade põe à disposição dos membros de uma comunidade linguística.*

Como os recortes explicitam, é inegável a relação do sujeito gramático com os saberes próprios à Linguística. A concepção de língua apresentada nas **SDs 1** e **2** nos conduz ao Estruturalismo, mais especificamente para Ferdinand Saussure.

Saussure revolucionou os estu

dos linguísticos ao mostrar que era possível estudar a língua por ela mesma. Para abordar a língua dessa maneira, formulou princípios que mais tarde levam estudiosos a lançar o método descritivo ou estrutural em que o conceito de estrutura torna-se a palavra-chave para o desenvolvimento do pensamento linguístico e das ciências sociais, a partir da década de 40.

[38] ANEXO C.

Segundo Gadet e Pêcheux (2004), Saussure constitui, direta ou indiretamente, a pedra de toque de todas as escolas linguísticas atuais e "qualquer apresentação da teoria saussureana já é um posicionamento e um partidarismo em relação às condições históricas de cientificidade da lingüística" (p. 56). De fato, em se tratando de Linguística no século XX, não há como não observar a presença constante dos trabalhos de Saussure, representante basilar do estruturalismo linguístico.

Saussure (1995) define língua, no **Curso de Linguística Geral**, como um

> [...] sistema de signos que exprimem idéias. (p. 24)
> É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções, necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade dos indivíduos. (p. 17)
> A língua [...] é um todo por si e um princípio de classificação. (p. 17)
> [...] a língua [...] é de natureza homogênea [...]. (p. 23)
> [...] produto social depositado no cérebro de cada um. (p. 33)

Na **Sd 1** temos uma concepção de língua construída a partir de uma definição estruturalista, ao fazer referência às noções de *sistema* e de *conjunto opositivo de relações*, que são basilares do pensamento estruturalista saussuerano. Na **Sd 2**, Rocha Lima apresenta a língua como um *fato social por excelência*, na mesma direção, Saussure trata da língua como *produto social*. Poder-se-ia discorrer sobre as implicações entre as noções de fato x produto, no entanto, nos interessa observar a regularidade assegurada pelo emprego do adjetivo *social*.

A **Sd 1** é acionada por um conjunto de termos que merecem atenção e ajudam-nos a compreender a filiação aos saberes advindos da ciência linguística, de língua como sistema organizado e opositivo de relações.

Esse sistema organizado de relações remete-nos à noção de relações sintagmáticas. Saussure (1995) argumenta que, de um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, o que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. A noção de sintagma aplica-se aos grupos de palavras, palavras-compostas, derivadas, membros de frase, frases inteiras.

Quanto ao sistema opositivo de relações, ocorre a remissão à noção de relações paradigmáticas. Saussure explica que fora do discurso, as palavras que oferecem algo em comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. Assim, enquanto um sintagma

suscita a ideia de uma ordem de sucessão e de um número determinado de elementos, a relação paradigmática não se apresenta nem em número, nem numa ordem determinada (SAUSSURE, 1995).

Podemos relacionar a **Sd 2** às características de mutabilidade e imutabilidade previstas por Saussure.

Ao discorrer sobre o caráter imutável do signo, afirma-se que a língua é um produto herdado de gerações anteriores, que o único objeto real da Linguística é a vida normal e regular de um idioma já constituído e que os falantes de um idioma geralmente não têm consciência das leis da língua (cada povo está satisfeito com a língua que recebeu). Dado seu caráter arbitrário, o signo é então imposto à massa falante que tem de aceitá-lo e dar-lhe continuidade, a lei da tradição. Cada língua é composta por uma imensa gama de signos e é um sistema de caráter bastante complexo. Além disso, a língua é usada individualmente por sujeitos inseridos em massa que tendem a conservar a língua, numa forma de inércia coletiva.

Por outro lado, o signo também se caracteriza por ser mutável. O tempo, que assegura a continuidade da língua, também é o responsável pelas alterações dos signos. “O signo está em condições de alterar-se porque se continua” (p. 89). Chama-se a atenção para o fato de que as alterações que ocorrem levam sempre a um deslocamento da relação entre o significado e o significante e que a língua é incapaz de se defender dos fatores que deslocam a relação entre o significante e o significado, em função da arbitrariedade. Juntamente com as características anteriormente apresentadas, isso mostra a complexidade da língua em termos de evolução: a língua está situada na massa e no tempo, a massa a conserva e o tempo a transforma. Assim, a continuidade do signo no tempo (imutabilidade) ligada à sua alteração (mutabilidade) é um princípio da Semiologia geral. E isso é observável no discurso gramatical por nós analisado:

> Sem embargo de se prestar à floração de mil estilos individuais, a língua não se desfigura: seu sistema permanece uno e íntegro. É a variedade na unidade – a preservação histórica do seu gênio, da sua índole, à qual se hão de adaptar todas as particularizações. (ROCHA LIMA, 1991, p. 05)

Os termos *preservação histórica, uno, íntegro* e *unidade* remetem-nos à noção de imutável; enquanto os termos *estilos*, *variedade* e *adaptar todas as particularizações*, remetem-nos à noção de mutável. Rocha Lima não está alheio às

discussões linguísticas e gramaticais, pois incorpora noções que vem do campo linguístico (o “diferente”) na produção de sua gramática normativa (o “mesmo”). Assim, explicita-se a relação entre o “diferente” e o “mesmo”, na presença do “diferente” no “mesmo”.

O funcionamento de língua fluida e língua imaginária no interior da gramática

Agora, interessa-nos verificar como se dá o funcionamento das noções de língua fluida e língua imaginária no texto introdutório de nosso objeto de análise.

Em uma perspectiva que põe em pauta a relação língua fluida e língua imaginária, podemos apresentar aqui uma sequência discursiva que dá voz e vez a essas noções:

Sd 3: *Do equilíbrio de duas tendências resulta sua estabilidade pelos tempos fora: de um lado, a diferenciação, força natural, espontânea, desagregadora; de outro, a unificação, força coercitiva, disciplinante, conservadora.*

No discurso percebemos como funcionam as noções de língua fluida e língua imaginária. É na *diferenciação, força natural, espontânea, desagregadora* que entra em funcionamento a noção de língua fluida, ou seja, a língua cuja história é feita de fartura e movimento, na qual convivem processos diferentes e que não pode ser contida no arcabouço dos sistemas e fórmulas. Nesse sentido, considerando Orlandi e Souza (1988), podemos construir a seguinte rede de sentidos para representar essa língua fluida:

Diferenciação = língua onde convivem processos diferentes
Força natural = língua cuja história é feita de fartura e movimento
Desagregadora = língua que não se mobiliza no arcabouço dos sistemas e fórmulas
Espontânea = língua do uso, do coloquial, do “errado”e da oralidade

Quadro 5: Rede de sentidos - língua fluida

De outro lado, localizamos a língua da *unificação, força coercitiva, disciplinante, conservadora,* portanto, a língua imaginária. Segundo Orlandi e Souza (1988), é o processo de sistematização que faz com que a língua perca a fluidez e se fixe em língua imaginária, ele coloca paradigmas e controla o uso e a forma da língua, além de não permitir que se observe qualquer fato da língua, de qualquer maneira ou perspectiva. Assim, considerando Orlandi e Souza (1988), podemos construir a seguinte rede de sentidos para representar essa língua imaginária:

Unificação = língua do sistema/norma
Força coercitiva = língua de coerções
Disciplinante = língua do correto/padrão
Conservadora = língua da escrita, patrimônio

Quadro 6: Rede de sentidos - língua imaginária

Através dos gestos de análise, depreendemos que a concepção de língua revela a tomada de posição do sujeito gramático que marca sua filiação/identificação à teoria linguística vinculada ao estruturalismo saussureano. Portanto, a perspectiva teórica estruturalista, no que tange à concepção de língua, parece ter servido de base para elaboração de gramáticas que contemporaneamente temos ao nosso dispor, neste caso, a de Rocha Lima que também sofre essa influência. Dito isso, o que podemos ressaltar é que a elaboração da GNLP é marcada por suas condições de produção e nessas histórias emergem as marcas de uma memória discursiva ressignificada que vem de outros tempos e espaços; bem como pelo trajeto de leitura de quem trabalha nela.

Para entendermos isso, recorre-se à desestabilização de evidências *da*, *na* e *pela* língua, voltando nosso olhar para a década de 50, período de elaboração da primeira edição da GNLP, nosso objeto de análise, período este marcado pela imposição de uma língua imaginária:

> [...] a dita língua nacional, da qual um dos documentos de assente e legitimação, além dos dicionários, são as gramáticas publicadas entre as década de 30 a 50 e que têm seu parâmetros estipulados a partir dos Programas de Ensino propostos nos textos que regulamentam o ensino. (RASIA, 2004, p. 257)

Mesmo com a imposição de uma regulamentação, há lugares no discurso do gramático que revelam suas filiações e posições teóricas, assim como há lugares em que deslizam vestígios próprios à língua fluida. Escapa sempre, mesmo quando acreditamos tê-la imobilizado.

Disso rompe o seguinte questionamento: o que faz a língua fluida em um lugar que não é seu? Referimo-nos aqui à GNLP, marcada pela norma, pela regra, pela fixidez e impossibilidade da heterogeneidade linguística ser-lhe constitutiva. Ora, arriscamo-nos a dizer que a língua fluida vem representar o "erro', o incorreto, que existe em oposição ao certo, aquilo que não é imobilizado no sistema, mesmo o heterogêneo sendo constitutivo da língua. A língua fluida é indelével, incontornável, impossível de ser negligenciada. Tem a força da água de um grande rio, podendo ser represada, mas está sempre lá, prestes a arrebentar as comportas e invadir espaços.

Orlandi assim define a heterogeneidade linguística: "consideramos, pois, a heterogeneidade linguística no sentido de que joga em 'nossa' língua um fundo falso, em que o 'mesmo' abriga, no entanto, um 'outro', um 'diferente' histórico que o constitui ainda que na aparência do 'mesmo' (2002, p. 23). A nossa língua significa em uma filiação de memória heterogênea.

À moda de Saussure e partindo das noções de língua imaginária e língua fluida, podemos listar algumas dicotomias, retiradas da **Sd 3**[39] que identificam essas noções:

Língua fluida	***Língua imaginária***
diferenciação	unificação
força natural	força coercitiva
espontânea	disciplinante
desagregadora	conservadora

Quadro 7: Língua fluida e língua imaginária

Os termos listados na primeira coluna remetem-nos à noção de errado/incorreto; já os termos listados na segunda coluna remetem-nos à noção de correto/certo. Desse modo, podemos observar que os termos listados nas colunas

[39] Esta SD será também utilizada na explicitação das relações entre o "mesmo" e o "diferente".

formam redes parafrásticas em que os sentidos se imbricam e se complementam. A definição de língua fluida como “língua do mundo, sem regras que a aprisiona, língua no acontecimento do significar na relação de homens com homens” forma uma rede parafrástica com outras definições como: diferenciação, força natural, espontânea e desagregadora. Enquanto a definição de língua imaginária como “língua do sistema fechado, normas, artefato do linguista e de outros” forma uma rede parafrástica com outras definições como: *unificação, força coercitiva, disciplinante e conservadora*. Formam-se, assim, redes de sentidos, em que o sujeito gramático marca a sua identificação.

Enfim, por partirmos da ideia de que estamos tratando de efeitos de evidência produzidos *na* e *pela* língua é que se tornou pertinente lançar um olhar, sob o enfoque da AD e da HIL, para se compreender o modo como o gramático Rocha Lima concebe o termo *língua* na *Introdução* de sua obra, compreender como se dá o funcionamento da relação língua fluida/língua imaginária no objeto de análise, assim como esses elementos marcam as tomadas de posição sujeito, sustentadoras do dizer do gramático, em sua relação com a língua. É interessante como ele faz questão de jogar para fora, é um movimento dos sentidos sempre na mesma direção: o que não é gramatical deve ser jogado para fora. O “mesmo” fica, o “diferente” sai! Esta é a ordem implícita na gramática, mas de difícil realização.

Norma, diversidade e heterogeneidade, o “diferente”

Nosso olhar, nesse momento, direciona-se ainda às SDs do texto de *Introdução* da GNLP, mas exploraremos outras noções também constitutivas. As sequências discursivas apresentam termos e definições que remetem aos sentidos de “norma-mesmo” (unidade, homogeneidade) e “anormal-diferente” (diversidade, heterogeneidade). Eis o quadro que reúne o nosso gesto analítico:

EM RELAÇÃO À NOÇÃO "NORMA-MESMO" (UNIDADE,HOMOGENEIDADE) DESTACAMOS:	EM RELAÇÃO À NOÇÃO DE "ANORMAL-DIFERENTE" (DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE) DESTACAMOS:
Sd 4a *- as normas que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta*	***Sd 4b*** *- dentro da ampla coesão da língua cabem vários aspectos que se influem*
Sd 5a *- fundamentam-se as regras da gramática normativa nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem, as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou*	***Sd 5b*** *– linguagem mutilada* ***Sd 5c*** *– uso de termos chulos, gravosos, pouco limpos* ***Sd 5d*** *- calão é a língua especial das classes que vivem à margem da sociedade*
Sd 6a *- (a gramática normativa) código de bem falar e escrever*	***Sd 6b*** *- língua especial dos delinquentes*
Sd 7a *- àqueles escritos de linguagem corrente, estilizada dentro dos padrões da norma culta*	***Sd 7b*** *- gíria é a língua especial de uma profissão ou ofício, caracterizada por educação idiomática deficiente*
Sd 8a *- a unificação, força coercitiva, disciplinante, conservadora*	***Sd 8b*** *- a diferenciação, força natural, espontânea, desagregadora*
Sd 9a *– ao assenhorar-se dos recursos da língua, cada indivíduo, culto ou ignorante, a executa à sua maneira...*	***Sd 9b*** *– ao assenhorar-se dos recursos da língua, cada indivíduo, culto ou ignorante, a executa à sua maneira...*

Quadro 8: "Mesmo" e "diferente"

Nesse quadro podemos observar que o sentido de norma é constituído pelo funcionamento discursivo em que entram em jogo os sentidos de: *expressão correta, classes ilustradas, ideal de perfeição, uso consagrado, bem falar e escrever* e *padrões da norma culta*, em que observamos uma rede parafrástica pela articulação de sentidos. O segundo predica e determina o sentido do primeiro termo, ou seja, não é qualquer expressão, é a expressão correta; não é qualquer padrão, é o padrão da norma culta.

Para o “diferente”, forma-se uma rede parafrástica constituída pelos sentidos de: *língua especial, língua especial dos delinquentes, educação idiomática deficiente*. Nesses casos, o segundo também predica e determina o sentido do primeiro, assim, não é qualquer língua, é, sim, a língua especial dos delinquentes. Assim, podemos perceber que ao predicar sobre a língua, o sujeito gramático marca qual é a sua posição em relação à concepção de língua e do papel do “diferente”: a língua normal é a que corresponde ao padrão culto, o que fugir disso é deficiente.

A predicação utilizada nessas expressões também indica um modo de criminalizar os falantes da língua, talvez seja esse um motivo que os levem a dizer: “Eu não sei português”. Para Mariani (2009), ao dizer que fala errado, o sujeito assume uma posição de devedor, ou seja, está em dívida com as autoridades simbólicas que zelam pela tradição de uma representação da língua e assim se institui uma relação vacilante, preconceituosa entre sujeito e língua materna.

Quando as sociedades e suas instituições são regidas por normas, sua organização é afetada pela presença de hierarquizações, atribuições de valores, criando, assim, preconceitos e processos de exclusão, pelo modo como as diferenças são significadas em um imaginário social, que supõe uma unidade imaginária em uma diversidade concreta real. Mas isso não ocorre somente na relação entre sujeitos. Na língua, aquilo que é norma também funciona como um divisor que qualifica ou desqualifica os cidadãos, dando-lhes ou excluindo-os da convivência social qualificada (ORLANDI, 2002). Desse modo, quem não se enquadra nas regras das relações sociais, ou da língua, pode ser classificado como “delinquente” e ser posto para fora do espaço regrado, normatizado, assim, o não domínio da língua imaginária mantêm os sujeitos na condição de “delinquentes linguísticos”. O mesmo ocorre com o que falha na língua, não há espaço para o equívoco, as diferenças devem ser eliminadas e servir de “mau exemplo”, ou seja, aquilo que não pode e não deve ser seguido.

Partindo das noções de normal e anormal de Canguilhem (2007), podemos listar alguns pares opositivos, retirados das sequências discursivas apresentadas no quadro anterior:

NORMAL - NORMA - “MESMO” - CORRETO	ANORMAL = “DIFERENTE” = INCORRETO
unificação	diferenciação
força coercitiva	força natural
disciplinante	espontânea
conservadora	desagregadora
culto	ignorante
código de bem falar e escrever	língua especial dos delinquentes
padrões da norma culta	educação idiomática deficiente
ideal de perfeição	linguagem mutilada
classes ilustradas	classes que vivem à margem da sociedade

Quadro 9: Normal e anormal

Podemos observar que os termos e expressões listados na coluna referente à noção de normal, o “mesmo”, formam uma rede parafrástica com outras definições como, por exemplo: *unificação, força coercitiva, disciplinante, conservadora, culto, código de bem falar e escrever, ideal de perfeição*. Forma-se, assim, uma rede de sentidos, em que o sujeito gramático marca a sua identificação à noção de normalidade e correção gramatical.

Em relação aos termos que se relacionam às noções de anormal, “diferente”, podemos observar o mesmo funcionamento discursivo: há uma solidariedade e complementaridade de sentidos que forma uma rede parafrástica com outras definições como: *delinquentes, ignorante, deficiente*, por isso, *à margem da sociedade*. E por que não dizer: os que se enquadram em uma forma de língua que se assemelha a que se descreve em tal coluna, estão à margem da língua, estão em uma posição limítrofe, mas que ainda lhes garante a posição de ser/estar sujeito da língua.

Sobre essa discussão, Barros (2008) explica que nas gramáticas brasileiras, os usos populares continuam a ser considerados viciosos, deselegantes e pouco melodiosos, acentuam-se os atributos negativos da falta de escolarização e da ignorância, sobretudo. Mas isso não é característica somente das gramáticas modernas, segundo a autora, em uma análise realizada em *A Grammatica da*

Linguagem Portuguesa, de Fernão de Oliveira (1536), o que se tem mais próximo de uma linguagem popular são os usos do aldeão sem juízo, que se opõem aos usos dos sábios, da corte, dos que leem. Esses usos podem ser observados no seguinte comparativo:

sabedoria (com juízo)	vs.	ignorância (sem juízo)
refinamento (da corte)	vs.	rusticidade (do aldeão)
escolarização	vs.	não-escolarização (analfabetismo)

Quadro 10: Linguagem popular
Fonte: Barros (2008, p. 17)

Segundo Leite (2008), essas dicotomias, como *tradição X modernidade, saber X não-saber* e outras congêneres, e a partir do nosso objeto de análise podemos incluir a dicotomia *correto X incorreto*, geram o que a autora denomina *intolerância linguística*, pois é um fenômeno ruidoso, explícito e manifesta-se, necessariamente, por um *discurso metalinguístico* calcado em dicotomias. "[...] a intolerância gera discursos sobre a verdade (ou verdades) e, também, sobre a compatibilidade/incompatibilidade teórica ou prática de duas verdades que se contrapõem" (LEITE, 2008, p. 21).

Considerando que o objeto de análise deste trabalho é uma gramática normativa, é inevitável questionar: por que se encontra o "diferente" no interior do "mesmo", partindo do princípio de que a gramática normativa representa um projeto de unicidade?

Apesar de o "diferente" não ser o modelo de língua, não é possível excluí-lo da língua. Mesmo que seja para negá-lo, o "diferente" aparece, insiste, existe e persiste. Mesmo em um instrumento linguístico que objetive prescrever uma unicidade, o heterogêneo funciona, uma vez que o "diferente" é constitutivo da língua.

Petri (2004, p. 222), já numa releitura de Guimarães, explicita:

> É por estar previsto este cruzamento de discursos que podemos observar a presença do diferente no interior do mesmo, numa alternância de efeitos de sentido determinada pela FD na qual se efetua a designação. Dessa forma, a designação vai receber sentido num determinado momento, numa determinada FD e, ao mesmo tempo, vai estar silenciando outros sentidos possíveis.

De acordo com a análise que estamos apresentando, os resultados indicam que, mesmo a gramática sendo normativa, há espaços em que o "diferente" emerge, escapa do controle prescritivo e mostra o funcionamento de um discurso sobre a língua: o que deseja o controle, a unicidade, por meio do estabelecimento de regras de "correção", mas que não nega a fluidez ao rejeitar o "erro".

É interessante observar o quanto a predicação do "diferente" é de ordem pejorativa, em oposição franca e direta ao normativo que leva à perfeição positivista. Eis que assim percebemos que estamos diante de línguas fluidas[40], e não de uma língua, pois evidenciamos que a gramática, tomada como um projeto de unicidade, quer representar uma língua imaginária, porém, a língua fluida vem à tona, mesmo que discretamente, pois conseguimos percebê-la no fio do discurso.

Petri (2007), ancorando seu dizer em Pêcheux, explicita que esse autor aponta caminhos para pensarmos o espaço teórico da gramática de uma forma que comporta a diferença, pois esse espaço já não pode ser visto como perfeitamente, completamente homogêneo. Para encerrar, arriscamo-nos a dizer, então, que o que existe é um projeto imaginário de unicidade, que é afetado pelo "diferente", mesmo sob o *status* de normativo.

Adentrando a NGB via texto de Advertência

A noção de gramático, enquanto sujeito que toma posição, ganha maior ênfase ao analisarmos o texto de *Advertência* em que observamos o funcionamento da tomada de posição do sujeito que se movimenta entre a homogeneização e a autoria no processo de emergência e instauração de uma política linguística, considerando, também, que esse sujeito discursiviza seus saberes sobre a língua e marca sua posição na e em relação à língua.

No espaço de *Advertência da terceira edição*, o autor apresenta as razões que o levam a adaptar a obra à NGB, recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura, mas adverte que procurou não deformar a "inteiriça estrutura intelectual". A sequência discursiva que segue, retirada da *Advertência da terceira edição*, explicita isso:

[40] Aqui fazemos referência às noções de língua fluida e língua imaginária, conforme as definem Orlandi e Souza (1988).

Sd 10: *Esta é a razão por quê, ao adaptá-la agora à Nomenclatura Gramatical Brasileira recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática, diligenciamos fazê-lo de sorte que não se lhe deformasse a inteiriça estrutura intelectual.*

Há uma preocupação em não se deformar a obra, pois, de acordo com o sujeito gramático:

Sd 11: *[...] julgamos de bom aviso manter-lhe a fisionomia com que fôra planejado e redigido – fisionomia cujo acêrto a consagrada carreira das edições anteriores (que se esgotaram no curto espaço de um ano e meio) patenteou de maneira solar.*

As autoras Palma e Mendes (2006), em uma releitura de Faccina, argumentam que Rocha Lima insere-se no espírito de época em que vive, na segunda metade do século XX, ou seja,

> [...] um período em que a imposição de uma gramática normativa de fácil manuseio vem dar força ao objetivo do governo de impor uma doutrina político-ideológica, estabelecendo uma política lingüística de imposição da língua culta escrita, em detrimento de qualquer outra modalidade [...]. (PALMA; MENDES, 2006, p. 148-149)

Na sequência da *Advertência da terceira edição*, Rocha Lima afirma que, apesar de realizar adequações na gramática para atender à política linguística, ele relaciona num *Apêndice* as passagens na GNLP que não coincidem com pontos da NGB. Parece-nos então que a NGB e GNLP são dois documentos/instrumentos linguísticos funcionando em paralelo, trilhando caminhos específicos e que, às vezes, tocam-se, mas jamais se complementam ou constituem uma à outra.

Isso pode ser observado nas sequências discursivas **Sd 12** e **Sd 13**:

Sd 12: *Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de DOUTRINA; e, então, não é lícito a ninguém – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino.*

Sd 13: *Para satisfazer êste último aspecto, deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de ordem doutrinária, não coincidem, em pormenores, com algumas* ***facêtas teóricas implícitas***[41] *em meia dúzia de pontos da Nomenclatura Gramatical Brasileira.*

Na **Sd 12**, o sujeito gramático marca um posicionamento que oscila entre a *homogeneização* e a *autoria*. Isso se revela na escolha discursiva dos termos *nomenclatura* e *doutrina*: *Nomenclatura* marca a posição sujeito gramático que atende à NGB; *Doutrina* marca a posição sujeito gramático que se afasta da legislação e mantém, numa posição que o autoriza para tanto, seus preceitos de normatividade, presentes em outras edições de sua gramática, e que marcam a sua regularidade discursiva.

Da **Sd 13**, destacamos *facêtas teóricas implícitas,* pois nessa passagem o autor apresenta uma visão que vem ao encontro do que argumenta Baldini (1999), que a NGB configura-se por ser um trabalho sem rigorosa filiação teórica definida. Baldini fala em "sem rigorosa filiação" e Rocha Lima em "implícita", assim, parece que o que não é rigoroso emerge implicitamente.

No final da *Advertência da terceira edição*, as convicções do autor são marcadas em sua relação com a doutrina/autoria, como pode ser observado na **Sd 14.**

Sd 14: *Assim se conciliam, no parecer, a utilização didática do livro e as linhas mestras de convicção do Autor.*

Parece-nos que o autor quer garantir a manutenção de sua posição gramático e não de mero adaptador ou comentador. Enquanto sujeito gramático, faz aparecer em seus textos suas convicções, sem que isso ocorra exclusivamente em espaços marginais, de "forma marginal"[42], como notas de rodapé, quadros no canto da página etc.

Mesmo sendo um dos membros da comissão que trabalhou na elaboração da NGB, Rocha Lima não adapta, em sua totalidade, a **Gramática Normativa da**

[41] Grifo nosso.
[42] Utilizamos essa expressão a partir de Baldini (2009).

Língua Portuguesa à legislação. Por mais que possa parecer estranho, ele não foi o único a fazer isso, outros integrantes da comissão também demonstram recusa, restrição ou negação à NGB, como revela Baldini (2009). Assim, Rocha Lima faz um movimento dentro/fora da NGB. O autor está dentro ao fazer parte da comissão e fora quando é preciso adaptar sua obra ao que recomenda o Ministério da Educação e Cultura. Isso nos remete à constituição contraditória do sujeito que ao mesmo tempo em que é assujeitado à ideologia dominante, pode resistir a ela, relacionando-se de modo singular com essa ideologia.

Rocha Lima não concorda plenamente com o que recomenda a nomenclatura oficial, pois enquanto sujeito gramático assume essa posição de autoria e defende a doutrina que marca sua GNLP. Ora oscila entre a homogeneização (Estado/o "mesmo") e a doutrina (autoria/o "diferente"). É nesse momento que podemos observar o movimento do jogo das formações imaginárias previsto por Pêcheux (1990b):

"Quem sou eu para lhe falar assim?" *Sou o Autor e sigo uma doutrina que não se entrelaça à nomenclatura, em certos aspectos.*	**Sd 14:** Assim se conciliam, no parecer, a utilização didática do livro e as linhas-mestras de convicção do **Autor**[43]. **Sd 12:** Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA muita vez se entrelaçam às de **DOUTRINA**; e, então, não é lícito a ninguém – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino.
"Quem é ele para que eu lhe fale assim?" *Leitor que precisa ser avisado que a Gramática Normativa da Língua Portuguesa consagra carreira em suas edições anteriores e, por isso, não fora adaptada integralmente à NGB.*	**Sd 11:** [...] **julgamos** de bom aviso manter-lhe a fisionomia com que fôra planejado e redigido – fisionomia cujo acêrto a **consagrada carreira das edições anteriores** (que se esgotaram no curto espaço de um ano e meio) patenteou de maneira solar.

[43] Grifos nossos.

"Quem sou eu para que ele me fale assim?" *Sou o sujeito gramático que segue uma ordem doutrinária que não condiz com aspectos previstos na NGB, mas assujeito-me inevitavelmente à ideologia dominante (ao Estado), mas do meu modo; satisfaço o que preconiza a recomendação do Ministério da Educação e Cultura, mas de modo singular.*	**Sd 13:** Para **satisfazer** êste último aspecto, deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, as passagens (aliás, muito poucas) da Gramática Normativa que, por mergulharem raízes em matéria de **ordem doutrinária**, não coincidem, em pormenores, com algumas facêtas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da **Nomenclatura Gramatical Brasileira.**
Quem é ele para que fale assim? *Leitor, estudioso da língua, a ele devo satisfação acerca do que recomenda, diligencia o Estado sobre a adaptação de instrumentos linguísticos à NGB.*	**Sd 10:** Esta é a razão por quê, ao adaptá-la agora à Nomenclatura Gramatical Brasileira recomendada pelo **Ministério da Educação e Cultura**[44] para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática, **diligenciamos** fazê-lo... **Sd 12:** Mas, como é notório, as questões de **NOMENCLATURA** muita vez se entrelaçam às de DOUTRINA; e, então, não é lícito a ninguém – por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino.

Quadro 11: Formações imaginárias e *Advertência*

Ao darmos voz ao sujeito do discurso, numa tentativa de responder às questões formuladas por Pêcheux, percebemos que, ao mesmo tempo, o sujeito gramático se movimenta produzindo um discurso sobre a presença/ausência da NGB em sua gramática, primeiramente direcionado ao público interessado nesse

[44] Grifos nossos.

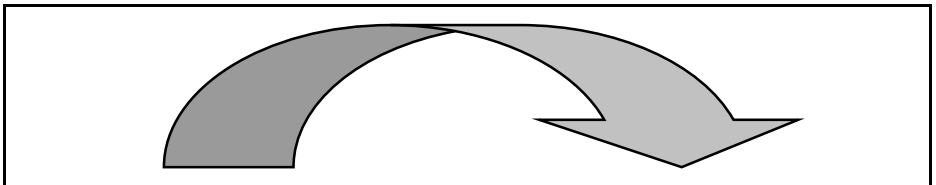
instrumento linguístico, e, de modo secundário, dá alguma satisfação ao Estado, como aquele de recomenda a adaptação desses instrumentos à NGB.

Em resposta às mesmas questões, conseguimos, pelo fio do discurso e pela falha, ver como Rocha Lima também se move entre a presença/ausência, ou um dentro/fora da e na NGB. Acreditamos que apesar do Estado buscar um efeito de homogeneização das nomenclaturas, esse efeito, arriscamo-nos dizer é, de certa forma, ilusório. Tal homogeneização não alcança uma totalidade e completude, pois a heterogeneidade é constitutiva da língua.

3.3 Entre a imagem e o " verbo": alguns apontamentos

Compreendemos que as capas carregam imagem, texto e história (memória), constituindo um lugar privilegiado de discurso sobre a obra, é o primeiro contato que o leitor tem com a obra, um contato visual, é nesse momento que acontece a primeira produção de discurso, pois a leitura da capa faz com que o leitor produza sentidos.

É interessante observar que nas capas analisadas não ocorreu nenhum movimento de reintitular a gramática, inferimos que nesses casos é o processo parafrástico que funciona, "o mesmo" se institui na repetição verbal. Percebemos que o título da gramática não se altera, sempre permanece, mas as imagens são alteradas, ou seja, nas capas, "o diferente" emerge via discurso gráfico-imagético, que marca as diferentes relações que se constituem na produção gramatical brasileira. Arriscamo-nos a dizer que no título da GNLP, uma palavra que se repete não significa sempre o mesmo, pois sua disposição gráfica mostra que os sentidos que funcionam são diferentes. De tal modo que, remontando à memória da GNLP, observamos o seguinte:



Gramática Normativa da Língua Portuguesa	ROCHA LIMA

Quadro 12: Título

De *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, passamos para *Rocha Lima*. Inferimos que uma palavra passa a ser tomada por outra, não por perder sua importância, mas porque as condições de produção não são mais as mesmas: da necessidade de constituição de uma identidade nacional passa-se à consolidação de um processo de autoria. "O nome do autor vai sendo reconhecido frente ao conhecimento a partir da circulação da (re)produção do conhecimento"[45]. E assim vão sendo movimentados os sentidos que acreditamos consolidar uma relação entre a tomada de posição-sujeito gramático e o instrumento linguístico gramática.

Em relação às discursividades textuais analisadas, observamos o funcionamento do "diferente" no "mesmo" em vários momentos. O *Sumário* da GNLP, por exemplo, revela as marcas da resistência e também da memória. Pela resistência, tem-se a entrada do "diferente" que também marca a tomada de posição do sujeito gramático em relação à NGB. O "mesmo" mostra-se pela manutenção, pela regularidade do discurso gramatical em que emerge a memória do saber sobre a língua.

No texto de *Introdução,* as concepções de língua, língua fluida, língua imaginária, por exemplo, constituem sentidos na articulação de redes parafrásticas que mostram de um lado o "diferente" movimentando-se por algumas definições como: *diferenciação, força natural, espontânea e desagregadora*, e de outro mostram o "mesmo" que se mantém pelo funcionamento de definições como: *unificação, força coercitiva, disciplinante e conservadora.* Há também que se destacar que o espaço/funcionamento de noções advindas da Linguística marcam a entrada do "diferente" no fazer gramática normativa no Brasil.

Na *Advertência*, constatamos que as tomadas de posição-sujeito mostram: a resistência (não ao projeto de homogeneização proposto pelo Estado) ao meio de institucionalização de uma política linguística materializada na NGB; e a manutenção da doutrina que marca sua autoria na produção da GNLP. O sujeito gramático, ao produzir esse instrumento linguístico, mesmo à luz de uma política linguística, deixa escapar no fio do discurso suas convicções doutrinárias, constitutivas de seus saberes sobre a língua, bem como, de sua relação com a língua, em espaços marginais da gramática ou no próprio corpo do texto, em um espaço autorizado.

[45] Conforme Juciele Pereira Dias (2009, p. 84).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre o “diferente” no “mesmo”

Cabe-nos refletir sobre o desenvolvimento e os resultados da pesquisa que agora se finda. Desenvolvemos este trabalho em três partes, sendo que cada uma revelou especificidades de nosso olhar, conforme segue:

- na **Parte I**, “*O ‘diferente’ no ‘mesmo’: o objeto do olhar sob um ponto de vista discursivo”*, apresentamos o tema e a pesquisa teórica realizada, elegendo os conceitos e as referências que sustentam o dispositivo analítico mobilizado no desenvolvimento do trabalho;

- na **Parte II**, “*E a Gramática Normativa vai surgindo...”,* explicitamos o processo de circunstancialização do objeto de análise, considerando para tanto elementos histórico-discursivos, numa tentativa de resgatar os entornos teóricos de produção da GNLP e as condições de produção nas quais se insere o sujeito gramático;

- na **Parte III**, “*Remontemo-nos de Rocha Lima à Gramática Normativa”*, apresentamos as análises desenvolvidas com vistas a mostrar os movimentos e funcionamentos do “diferente” no “mesmo”. Iniciamos nossa pesquisa já partindo do pressuposto que o “diferente” está presente na GNLP, mas desejávamos compreender de que modo ele emergia no discurso gramatical, que lugares na gramática, um espaço de contensão de sentidos, poderiam abrigar o equívoco, a falha, o deslize, enfim, o “diferente”. Foram as leituras teóricas, as relações com o *corpus* e o desenrolar dos movimentos de análise que nos possibilitaram isso.

Considerando, então, as análises dos movimentos e funcionamentos que fazem emergir a heterogeneidade no discurso que prefacia a gramática, empreendemos a difícil tarefa de organizar e descrever metodologicamente o que estávamos analisando. Todo o trajeto de leituras nos conduziu a uma subdivisão interna das análises em dois movimentos:

- o **primeiro** que revela, nas capas, uma regularização verbal e renovação gráfico-imagética que mostram o funcionamento de sentidos diferentes, afetados pelas condições de produção do fazer gramática normativa no Brasil no século XX. Selecionamos uma materialidade discursiva que traz à tona uma memória já existente e, como consequência, leva-nos à produção de novos sentidos que

implicam na reorganização da memória. As apresentações gráfico-imagéticas da GNLP remeteram os movimentos de análise, ora para uma naturalização da designação Língua Portuguesa, ora para um embate na tentativa de marcar a identidade da língua em sua designação. Nessa seção elencamos também outras materialidades que nos pareceram, no momento da análise, bastante ilustrativas: a capa de outro instrumento linguístico, revelando relações entre o prefaciar, o designar e o produzir sentidos na e sobre a língua.

- no **segundo movimento**, nos textos que compõem o pré-faciamento da GNLP, identificamos marcas de resistência, de memória, de regularidade, do fluido e do imaginário, do "diferente" no "mesmo". Nos **sumários,** ao observar os movimentos de inclusão, exclusão e mudança de conteúdos, bem como alterações nos nomes dos conteúdos, constatamos que esse espaço da gramática, além de orientar o leitor, constitui-se num espaço discursivo em que se mostra a regularização do discurso gramatical por meio da repetição, ou seja, o funcionamento do "mesmo", da memória discursiva, do já dito. Eis que a norma não se apresenta somente na regra, há outros lugares nos quais emerge. Observamos que as alterações realizadas nos sumários são mínimas, mas se justificam pela necessidade de o sujeito gramático, nessa tomada de posição, atender às CP de cada edição, bem como de marcar sua identificação ou não às orientações em vigor. A resistência não se dá em relação ao projeto de homogeneização proposto pelo Estado, mas ao meio de institucionalização de uma política linguística materializada na NGB. Nesse sentido, o sujeito gramático mantém sua "doutrina" no discurso gramatical como uma marca de resistência ao que determina o Estado; mas, ao mesmo tempo, reproduz a norma, o que está estipulado como Língua Portuguesa Padrão. Assim, podemos dizer que no *Sumário* funcionam o "diferente" e o "mesmo" sob as marcas da resistência e da regularidade.

Nas análises de **concepção de língua**, depreendemos que a concepção de língua revela a tomada de posição do sujeito gramático que marca sua filiação/identificação à teoria linguística vinculada ao estruturalismo saussureano, pois a elaboração da GNLP é marcada por suas condições de produção e nessas histórias emergem as marcas de uma memória discursiva ressignificada; bem como pelo trajeto de leitura de quem trabalha nela. Rocha Lima não esteve alheio às discussões linguísticas e gramaticais, pois incorporou noções que vem do campo linguístico (o "diferente") na produção de sua gramática normativa (o "mesmo").

Assim, explicita-se a relação entre o “diferente” e o “mesmo”, na presença do “diferente” no “mesmo”.

Quanto ao funcionamento das noções de **língua fluida, língua imaginária**, **“norma-mesmo”** e **“anormal-diferente”**, observamos que há o funcionamento de um discurso que põe em relação de identidade as noções de língua fluida e anormal, por meio da articulação de redes parafrásticas que remetem às definições de *delinquentes, ignorante, deficiente,* entre outras; e outro discurso que põe em relação de identidade as noções de língua imaginária e norma, por meio da articulação de redes parafrásticas que remetem a definições de *unificação, força coercitiva, disciplinante, conservadora, culto, código de bem falar e escrever, ideal de perfeição*, entre outras possíveis. No que tange às contradições, podemos dizer que são inerentes à constituição do instrumento linguístico em questão e que revelam as relações contraditórias do sujeito gramático com sua própria língua.

Na análise do texto de *Advertência* observamos o funcionamento da tomada de posição do sujeito que se movimenta entre a homogeneização (“mesmo”) e a autoria (“diferente”) no processo de emergência e instauração de uma política linguística. O “diferente” mostra-se pela resistência marcada pela tomada de posição do sujeito gramático em relação à adesão à Nomenclatura Gramatical Brasileira. O “mesmo” mostra-se pela manutenção, pela regularidade do discurso gramatical em que emerge a memória do saber sobre a língua.

A análise dessas materialidades discursivas mostrou-nos que o projeto imaginário de gramática normativa também se constitui pelo o que falha na língua, pois o heterogêneo emerge, desliza e funciona, logo, movimenta-se no “mesmo”, uma vez que o “diferente” é constitutivo da gramática da língua.

A questão que reclamou por sentidos na introdução deste trabalho, “s*e estudas o ‘diferente’, por que o que normativo te seduz tanto?”,* também se movimenta quando tentamos pôr um ponto final. Compreendemos que esse clamor e essa possibilidade de movimentação constante são próprios da AD, pois, ao mesmo tempo em que instiga, também inquieta.

Iniciamos esta dissertação falando a partir das tomadas de posição de pesquisadora e professora, o que sentimos a necessidade de retomar agora, para finalizar ou pelo menos produzir o efeito de encerramento.

Como professores de língua ainda somos perseguidos pela gramática. São tantas vezes repetidas as seguintes perguntas: Professora, quando nos ensinará a

gramática? Por que o português é tão difícil? Por que não podemos escrever como falamos? Por que para quase toda a regra há uma exceção? Por que você é professora de português? Por quê? Também há situações em que nos questionamos, principalmente quando surgem algumas afirmações generalistas do tipo: eu odeio português; preciso estudar mais gramática para escrever melhor; eu não sei falar português; professor bom é aquele que ensina gramática... O imaginário que se construiu sobre língua, gramática e professor de português é facilmente compreendido a partir das questões ou afirmações listadas. Percebe-se que a língua é vista de modos distintos, temos a língua que se fala e a língua que se escreve, a primeira soa não ter limites, flui, transborda, não é complicada, é ideal; já a segunda é limitada, regrada, fechada, é complicada, idealizada.

Como pesquisadores de língua, e sob o aparato da AD, construímos nossa identificação em um movimento entre o fluido e o imaginário, numa tentativa de compreender questões que nos instigam como falantes da língua, professores e pesquisadores. Arriscamo-nos, nossas respostas são parciais, incompletas, sujeitas a movimentos. Na verdade, não acreditamos na completude da gramática normativa, pois compreendemos que o “diferente” está nela, desde a capa até a sua constituição interna; assim como a ideia de que a língua não se constitui como um objeto homogêneo e sim como um conjunto em que tem lugar a diversidade/heterogeneidade, o “diferente”; e, apesar de o “diferente” não ser o modelo de língua, não é possível excluí-lo da língua. Mesmo em um instrumento linguístico que objetive prescrever uma unicidade e uma unidade, o heterogêneo emerge, desliza e funciona, logo, movimenta-se no “mesmo”, uma vez que o “diferente” é constitutivo da língua.

Isso também nos leva a refletir sobre a constituição do sujeito em relação aos instrumentos linguísticos, seja o sujeito que toma a posição de gramático; seja o que toma a posição de professor e faz da gramática sua principal ferramenta de trabalho; seja do sujeito que estuda a língua e que consulta a gramática, que trava embates, luta e é capaz de oferecer resistência, mas que jamais poderá ignorá-la, já que a presença indelével nos seduz, atrai e depois nos trai pela fluidez que carrega e que nega, pelo desejo de completude jamais alcançado, mas sempre tão desejado. Para concluir, parafraseando o que nos ressoa ainda muito forte, no tocante à noção de sujeito para a AD, talvez o estranhamento que nos seduz esteja no que falha, como nos diz Pêcheux (1995) “só há causa daquilo que falha”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUSTINI, C. L. H. **A estilística do discurso da gramática**. São Paulo: Pontes, 2004.

ALTMAN, C. **A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988).** São Paulo: Humanitas, 2004.

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas: FUCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1992.

_____. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, E. P. (org). **Gestos de leitura:** da história do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

BALDINI, L. J. S. **A nomenclatura gramatical brasileira:** análise discursiva do controle da língua. Campinas: Editora RG, 2009.

BARROS, D, L. **Linguagem popular na gramática e no dicionário.** 2008**.** Disponível em: <www.ufpe.br/pgletras/Investigacoes/Volumes/.../Diana_Barros.pdf> . Acesso em: 13 jan. 2010.

BAUMAN, Z. **Modernidade líqüida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BELMIRO, C. A. A imagem e suas formas de visualidade nos livros didáticos de Português. In: **Educação & Sociedade**, ano XXI, n. 72, ago./2000.

BISINOTO, L. S. J. **Migrações internas, norma e ensino da língua portuguesa**. Campinas: Editora RG, 2009.

CÂMARA JÚNIOR, J. C. **Dicionário de Lingüística e gramática**: referente à língua portuguesa. Petrópolis, Vozes, 1986.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHAVES DE MELO, G. **Iniciação à Filologia e à Língua Portuguêsa.** Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

COURTINE, J. J. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures em analyse du discours. **Philosophiques**, Vol. IX, n. 2, oct., 1982.

_____. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

CURRY, S. P. **O discurso de apresentação da gramática:** a emergência do sujeito contraditório. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

DAVALLON, J. A imagem: uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre. **Papel da memória.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

DIAS, L. F. Gramática e política da língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Política lingüística no Brasil**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007.

_____. A gramática no período JK. In: MARIANI, B.S. **Estudos da linguagem no período JK** (prov). Rio de Janeiro, 2009 (no prelo).

DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES E.; ZOPPI-FONTANA, M.. **Introdução às ciências da linguagem**: a palavra e a frase. Campinas: Pontes, 2006.

DIAS, J. P. **O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara**. 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

DURAND, G. **O imaginário:** ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 2004.

FÁVERO, L. L. **As concepções lingüísticas no Século XIX:** a gramática no Brasil. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERREIRA, M. C. L. Saussure, Chomsky, Pêcheux: a metáfora geométrica do *dentro/fora* da língua. In: **Linguagem & Ensino**, Vol. 2, n. 1, 1999 (123 – 137).

_____. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil. In: **Letras**/Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras. n. 27, jul./dez. 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível:** o discurso na história da lingüística. Campinas, SP: Pontes, 2004.

GREGOLIM, M. R. V. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: GREGOLIM, M. R. V. (org.). **Filigranas do discurso**: as vozes da História. Araraquara: FCL – UNESP, 2000. p. 19-33.

_____. Michel Pêcheux e a História Epistemológica da Lingüística. In: **Estudos da Língua(gem):** Michel Pêcheux e a Análise de Discurso, Vitória da Conquista, n. 1, p.99 – 111, jun./2005.

_____. O que quer, o que pode esta língua? Teorias Lingüística, ensino de língua e relevância social. In: FARACO, C. A. [et al.]. **A relevância social da Lingüística**: linguagem, teoria e ensino. São Paulo: Parábola Editoria; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

GUIMARÃES, E. **Os limites do sentido**. Campinas, SP: Pontos, 1995.

_____. Sinopse dos estudos do Português do Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (orgs.). **Língua e cidadania:** o Português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. Enunciação e política de línguas no Brasil. In: **Letras**/Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras**,** n. 27, jul./dez. 2003.

_____. **História da Semântica**: sujeito, sentido e gramática no Brasil. São Paulo: Pontes, 2004a.

_____. Apresentação. In: AGUSTINI, C. L. H. **A estilística do discurso da gramática**. São Paulo: Pontes, 2004b.

_____. **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. 2 ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Apresentação à segunda edição. In: GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Editora RG, 2008.

_____. **Língua Oficial**. [s. d.] Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm>. Acesso em: 10 jan. 2010.

HENRIQUES, C. C. **Nomenclatura gramatical brasileira:** 50 anos depois. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HENRY, P. A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (org). **Gestos de leitura:** da história do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

HORTA NUNES, J. **Dicionários no Brasil:** análise e história do século XVI ao XIX. Campinas, SP: Pontes Editores; São Paulo, SP: Fapesp; São José do Rio Preto, SP: Faperp, 2006.

_____. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda (org.). **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

_____. Uma articulação da análise de discurso com a história das idéias lingüísticas. In: **Letras**/Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 37, jul./dez. 2009.

LAGAZZI, S. De repente, bem mais que ‘de repente’. In: GUIMARÃES, E. (org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas, SP: Editora RG, 2008.

LEITE, M. Q. **Metalinguagem e discurso.** A configuração do purismo brasileiro. São Paulo: Humanitas, 1999.

_____. **Preconceito e intolerância na linguagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MACHEREY, P. A filosofia da ciência de Georges Canguilhem. In: CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

MALDIDIER, D. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Campinas, SP: Pontes, 2003.

MARIANI, B. Entre a evidência e o absurdo: sobre preconceito lingüístico. In: **Letras** /Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, n. 37, jul./dez. 2009.

MARIANI, B.; MEDEIROS, V. G. Notícias de duas pesquisas: idéias lingüísticas e governo JK. In: **Veredas** online – Atemática – 1, Revista de Estudos Lingüísticos, PPG Lingüística/UFJF, 2007.

MASAGÃO, A. M. A gramática do corpo e a escrita do nome. **Psicologia**, USP, vol.15 n.1-2, São Paulo, jan./jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642004000100024&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#tx01>. Acesso em: 30 maio 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Brasil). **Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: CADES, 1959.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento:** as formas do discurso. 2. ed. rev. aum. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. In: **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

_____. **Interpretação**; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Uma amizade firme, uma relação de solidariedade e uma afinidade teórica. In: ORLANDI, E. P. (org). **Gestos de leitura:** da história do discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. Ética e política lingüística. In: **Língua e instrumentos lingüísticos**. Universidade Estadual de Campinas, SP: Ponte Editores e Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil, 1998.

_____. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (orgs.). **Sentido e memória.** Campinas, SP: Pontes, 2005a.

_____. A língua brasileira. **Ciência e Cultura**, São Paulo, vol. 57, n. 2, June 2005b. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009 67252005000200016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 jan. 2010.

_____. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2005c.

_____. **As formas do silêncio***:* no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007a.

_____. (org.). **Política lingüística no Brasil**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007b.

_____. **Língua brasileira e outras histórias:** discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas, SP: Editora RG, 2009.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, E. P. **Política lingüística na América Latina**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (org.). **História das idéias lingüísticas:** construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes; Cárceres, MT: Unemat Editora, 2001.

PALMA, D. V.; MENDES, M. F. A Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima: a continuidade nos estudos gramaticais. In*:* BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. In: **História Entrelaçada 2**: a construção de gramática e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do Século XX. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

PAYER, M. O. Entre a Língua Nacional e a Língua Materna. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, M. C. L. (orgs.) **Análise do Discurso no Brasil**. Mapeando conceitos, confrontando limites (Textos do II Sead, 2005). São Carlos: Claraluz; Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: FUCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP, 1995.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos. In: **Caderno de Estudos Lingüísticos**, (19): 7-24, jul./dez. 1990a.

_____. **Por uma análise automática do discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990b.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento? Campinas, SP: Pontes, 2006.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, P. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 2007.

PETRI, V. **Imaginário sobre o *gaúcho* no discurso literário:** da representação do mito em *Contos Gauchescos*, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins. 2004. 322 f.. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. Michel Pêcheux e a teoria do discurso nos anos 60. **Expressão** (Santa Maria), v. 1, p. 186-192, 2006.

_____. Algumas reflexões sobre discursividade, gramática e sintaxe. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (orgs). **Michel Pêcheux e a análise do discurso:** uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2007.

RASIA, G. L. S. **Os discursos sobre língua e o ensino no Brasil da 1ª e da 2ª República:** o duplo lugar da determinação e da contradição. 2004. 297 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SANTOS, B. S. **A Gramática do Tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral.** São Paulo: Editora Cultrix, 1995.

SCHERER, A. E. A constituição de sentido nas fronteiras do eu: memória da língua e língua da memória. In: **Letras**/Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Artes Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, vol. 26, p. 119-130, 2003.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural:** um estudo da repetição na discursividade. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

SOUZA, T. C. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. In: **Rua**, Campinas, 7: 65-94, 2001.

VENTURINI, M. C. **Imaginário urbano**: espaço da rememoração/comemoração. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2009.

VIRNO, P. **Gramática da Multidão.** Para uma Análise das Formas de Vida Contemporâneas. Trad. de Leonardo Retamoso Palma. Santa Maria, RS. 2003.

Disponível em: <http://br.geocities.com/autoconvocad/gramatica_da_multidao.html>. Acesso em: 18 ago. 2009.

Gramáticas analisadas

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Briguiet, 1957.

_____. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Briguiet, 1959.

_____. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.

_____. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa.** 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

ANEXOS

ANEXO A: Nomenclatura Gramatical Brasileira

NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA (NGB)

Uniformização e simplificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, de acordo como trabalho aprovado pelo Sr. Ministro Clóvis Salgado, elaborado pela Comissão designada na Portaria Ministerial número 152/57, constituída pelos Professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rêgo Monteiro, Cândido Jucá (filho), Carlos Henrique da Rocha Lima e Celso Ferreira da Cunha, e assessorada pelos Professores Antônio José Chediak, Serafim Silva Neto e Silvio Edmundo Elia.

Rio de Janeiro, 1958.
Exmo Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura

A Comissão, abaixo assinada, tem a honra de passar às mãos de V.Ex.a o Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, já em redação final.

O presente Anteprojeto é resultante não só de um reexame, pela Comissão, do primitivo, mas ainda do estudo, minucioso e atento, das contribuições remetidas à CADES pela Academia Brasileira de Filologia do País, pela Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul e, individualmente, por numerosos e abalizados professores de Português.

Releva salientar que a Comissão, ao considerar as modificações propostas, teve sempre em mira a recomendação de V.Ex.a constante da Portaria Ministerial nº 152- "uma terminologia simples, adequada e uniforme"- bem como atender ao tríplice aspecto fixado nas Normas Preliminares de Trabalho:

a) a exatidão científica do termo;
b) a sua vulgarização internacional;
c) a sua tradição na vida escolar brasileira.

Agradecendo, mais uma vez, nesta oportunidade, a distinção e a confiança com, que contemplou V.Ex.a, a Comissão renova a V.Ex.a os protestos de alto apreço e distinta consideração.

Antenor Nascentes
Clóvis do Rêgo Monteiro
Cândido Jucá (filho)
Carlos Henrique da Rocha Lima
Celso Ferreira da Cunha

Assessores:
Antônio José Chediak
Serafim Silva Neto
Silvio Edmundo Elia.

PORTARIA Nº 36, DE 28 DE JANEIRO DE 1959

O Ministro do Estado da Educação e Cultura, tendo em vista as razões que determinaram a expedição da Portaria nº 152, de 24 de abril de 1957, e considerando que o trabalho proposto pela Comissão resultou de minucioso exame das contribuições apresentadas por filólogos e lingüistas, de todo o País, ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, resolve:

Art.1º - Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art.2º - Aconselhar que entre em vigor:
a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;
b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art. 91 a, partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960.
Clóvis Salgado

DIVISÃO DA GRAMÁTICA: Fonética, Morfologia e Sintaxe.
INTRODUÇÃO: Tipos de Análise: Fonética, Morfológica e Sintática.

PRIMEIRA PARTE
Fonética

I – A FONÉTICA pode ser: Descritiva, Histórica e Sintática.

II – FONEMAS: vogais, consoantes e semivogais.

1. Classificação das vogais – Classificam-se as vogais:
a) quanto à zona de articulação, em: anteriores, médias e posteriores;
b) quanto ao timbre, em: abertas, fechadas
e reduzidas;
c) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: orais e nasais;
d) quanto à intensidade, em: átonas e tônicas.

2.Classificação de consoantes – classificam-se as consoantes:
a) quanto ao modo de articulação, em: oclusivas, constritivas: fricativas, laterais e vibrantes;
b) quanto ao ponto de articulação, em: bilabiais, labiodentais, linguodentais, alveolares, palatais e velares;
c) quanto ao papel das cordas vocais, em: surdas e sonoras;
d) quanto ao papel das cavidades bucal e nasal, em: orais e nasais.

III – 1. Ditongos – Classificam-se os ditongos em: crescentes e decrescentes; orais e nasais.
2. Tritongos – Classificam-se os tritongos em: orais e nasais.
3. Hiatos.
4. Encontros Consonantais.
Nota: Os encontros – ia, ie, io, ua, eu, uo finais, átonos, seguidos ou não de s, classificam-se quer como ditongos, quer como hiatos uma vez que ambas as emissões existem no domínio da Língua Portuguesa: histó-ri-a e histó-ria; sé-ri-e e sé-rie; pá-ti-o e pá-tio; ár-du-a e ár-dua; tê-nu-e e tê-nue; vá-cu-o e vá-cuo.

IV – Sílaba – Classificam-se os vocábulos, quanto ao número de sílabas, em: monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos

V – Tonicidade:
1. Acento: principal e secundário.
2. Sílabas: átonas: pretônicas e postônicas; subtônicas; tônicas.
3. Quanto ao acento tônico, classificam-se os vocábulos em: oxítonas, paroxítonas e proparoxítonas.
4. Classificam-se os monossílabos em: átonos e tônicos.

5. Rizotônico; arrizotônico.
6. Ortoepia.
7. Prosódia.

Nota: São átonos os vocábulos sem acentuação própria, isto é, os que não têm autonomia fonética, apresentando-se como sílabas átonas do vocábulo seguinte ou do vocábulo anterior.
São tônicos os vocábulos com acentuação própria, isto é, os que têm autonomia fonética.
Pode ocorrer que, conforme mantenha, ou não, sua autonomia fonética, o mesmo vocábulo seja átono numa frase, porém, tônico em outra. Tal pode acontecer, também, com vocábulos de mais de uma sílaba: serem átonos numa frase, mas tônicos em outra.

SEGUNDA PARTE
Morfologia

Trata a Morfologia das palavras:
1. Quanto a sua estruturação e formação.
2. Quanto a suas flexões e
3. Quanto a sua classificação.

I - Estrutura das palavras:
a) Raiz; Radical; Tema; Afixo; prefixo e sufixo; Desinência: nominal e verbal; Vogal temática; Vogal e Consoante de ligação.
b) Cognato.

II – Formação das palavras: 1 – Processo de formação de palavras: Derivação; Composição; 2 – Hibridismo.

III – Flexão das palavras: quanto à sua flexão as palavras podem ser: variáveis ou invariáveis.

IV - Classificação das palavras: substantivos, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo advérbio, preposição, conjunção e interjeição.

I – Substantivos
1. Classifica-se os substantivos em: comuns e próprios; concretos e abstratos.
2. Formação do substantivo: primitivo e derivado; simples e composto.
3. Flexão do substantivo:
a) em gênero: masculino; feminino, epiceno; comum de dois gêneros; sobrecomum.
b) em número: singular e plural;
c) em grau: aumentativo; diminutivo.

II – Artigo
1. Classificação do artigo: definido, indefinido.
2. Flexão do artigo:
a) gênero: masculino e feminino;
b) número: singular e plural.

III – Adjetivo:
1. Formação do adjetivo: primitivo e derivado; simples e composto.
2. Flexão do adjetivo:
a) em gênero: masculino e feminino;
b) em número: singular e plural;

c) em grau: comparativo de igualdade; de superioridade (analítico e sintético); de inferioridade. Superlativo: relativo (de superioridade de inferioridade); absoluto (sintético e analítico).
3. Locução adjetiva.

IV – Numeral:
1. Classificação do numeral: cardinal, ordinal, multiplicativo e fracionário.
2. Flexão do numeral: em gênero: masculino e feminino; em número: singular e plural.

V – Pronome
1. Classificação do pronome: pessoal: reto, oblíquo (reflexivo, não reflexivo); de tratamento; possessivo; demonstrativo; indefinido; interrogativo; relativo.
Nota: Os que fazem as vezes de substantivos chama-se pronomes substantivos; os que acompanham os substantivo, pronomes adjetivos.
2. Flexão do pronome:
a) em gênero: masculino e feminino.
b) em número: singular e plural.
c) em pessoa: primeira, segunda e terceira.
3. Locução pronominal.

VI – Verbo
1. Classificação do verbo: regular, irregular, anômalo, defectivo, abundante, auxiliar.
2. Conjugações: três são as conjunções: a primeira com o tema terminado em "A"; a Segunda com o tema terminado em "E"; a terceira com o tema terminado em "I".
Nota: O verbo "pôr" (e os dele formados) constitui anomalia da 2ª conjugação.
3. Formação do verbo: primitivo e derivado; simples e composto.
4. Flexão do verbo:
a) de modo: indicativo, subjuntivo e imperativo;
b) formas nominais do verbo: infinitivo: pessoal (flexionado e não flexionado), impessoal; gerúndio; particípio;9
c) de tempo: presente; pretérito: imperfeito (simples e composto); perfeito (simples e composto); mais que perfeito (simples e composto); futuro do presente (simples e composto) e do pretérito (simples e composto).
Nota: A denominação futuro do pretérito (simples e composto) substitui a de condicional (simples e composto);10
d) de número: singular e plural;
e) de pessoa: três são as pessoas do verbo: 1ª, 2ª e 3ª;
f) de voz: ativa; passiva (com auxiliar, com pronome apassivador); reflexiva.11
5. Locução verbal.

VII – Advérbio:
1. Classificação do advérbio:
a) de lugar; de tempo; de modo; de negação; de dúvida; de intensidade; de afirmação;
b) advérbios interrogativos: de lugar, de tempo, de modo, de causa.
2. Flexão do advérbio: de grau: comparativo; de igualdade, de superioridade e de inferioridade; superlativo absoluto (sintético e analítico); diminutivo.
3. Locução adverbial.
Notas:
a) Podem alguns advérbios estar modificando toda a oração.

b) Certas palavras, por não se poderem enquadrar entre os advérbios terão classificação à parte. São palavras que denotam exclusão, inclusão, situação, designação retificação, afetividade, realce, etc.

VIII – Preposição:
1. Classificação das preposições: essenciais, acidentais.
2. Combinação.
3. Contração.
4. Locução prepositiva.

IX – Conjunção:
1. Classificação das conjunções: coordenativas: aditivas, adversativas, alternativas, conclusivas, explicativas; subordinativas: integrantes, causais, comparativas, concessivas, condicionais, consecutivas, finais, temporais, proporcionais e conformativas.14
Nota: As conjunções que, porque, porquanto, etc., ora têm valor coordenativo, ora subordinativo; no primeiro caso, chama-se explicativas, no segundo, causais.15
2. Locução conjuntiva

X - Interjeição
Locução interjectiva.

XI – 1. Palavra.
2. Vocábulo.
3.Sincretismo. Sincrético.
4. Forma variante.
5. Conetivo.

TERCEIRA PARTE
Sintaxe

A – Divisão da sintaxe:
a) Concordância: nominal e verbal.
b) Regência: verbal e nominall
c) Colocação.
Nota: Na colocação dos pronomes oblíquos, adotem-se as denominações de próclise, mesóclise e ênclise.

B – Análise Sintática:
I – Da Oração:
1. Termos essenciais da oração: sujeito e predicado.
a) Sujeito: simples, composto, indeterminado; oração sem sujeito.
b) Predicado: nominal, verbal, verbo-nominal.
c) Predicativo: do sujeito e do objeto.
d) Predicação verbal: verbo de ligação; verbo transitivo (direto e indireto); verbo intransitivo.
2. Termos integrantes da oração:
a) complemento nominal;
b) complemento verbal: objeto (direto e indireto);
c) agente da passiva.
3. Termo acessórios da oração:

a) adjunto adnominal;
b) adjunto adverbial;
c) aposto.
4. Vocativo

II – Do período:
1. Tipos de período: simples e composto.
2. Composição do período: coordenação e subordinação.
3. Classificação das orações:
a) absoluta;
b) principal;
c) coordenada: assindética; sindética: aditiva, adversativa, alternativa, conclusiva, explicativa;
d) subordinada; substantiva: subjetiva, objetiva (direta e indireta), completiva-nominal, apositiva, predicativa; consecutiva, concessiva, condicional, conformativa, final, proporcional e temporal.18
As orações subordinadas podem apresentar-se, também, com os verbos numa de suas FORMAS NOMINAIS; chamam-se, neste caso, reduzidas: de infinitivo, de gerúndio, de particípio, as quais se classificam como as desenvolvidas: substantivas (subjetiva etc.), adjetivas adverbiais (temporais etc.).
Notas: 1. Coordenadas entre si podem estar quer principais, quer independentes quer subordinadas (desenvolvidas ou reduzidas).
2.Devem ser abandonadas as classificações:
a) de lógico e gramatical, ampliado e inampliado, completo e incompleto, total, parcial, para qualquer elemento oracional;
b) de oração quanto à forma (plena, elítica etc.), quanto ao conetivo (conjuncional, não conjuncional, relativa).
3. Na classificação da oração subordinada bastará dizer-se: oração subordinada substantiva (subjetiva etc.); oração subordinada adjetiva (restritiva, explicativa); oração subordinada adverbial (causal etc.).

APÊNDICE
I – Figuras de Sintaxe – Anacoluto, elipse, pleonasmo e silepse.
II – Gramática Histórica – Aférese, altura (som), analogia, apócope, assimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), consonantismo, dissimilação (total, parcial, progressiva, regressiva), ditongação, divergente, elisão, empréstimo, epêntese, etimologia, haplologia, hiperbibasmo, intensidade (som), metáfase, mesalização, neologismo, palatalização, paragoge, patronímico, prótese, síncope, sonorização, substrato, superstato, vocalismo, vocalização.
III – Ortografia – Abreviatura, alfabeto, dígrafo (grupo de letras que representam um só fonema. Ex.: ch (chave), gu (guerra), qu (quero), rr (carro), lh (palha), ss (passo), nh (manhã);21 homógrafo, homônimo, letra (maiúscula e minúscula). Notações léxicas: acento agudo, grave, circunflexo, apóstrofo, cedilha, hífen, til e trema, sigla.
IV – Pontuação – Aspas, asteriscos, colchete, dois-pontos, parágrafo(§), parênteses, ponto-de-exclamação, ponto-de interrogação, ponto-e-vírgula, ponto-final, reticências, cedilha, travessão, vírgula.
V – Significação das palavras – Antônimo, homônimo, sentido figurado.
VI – Vícios de linguagem – Barbarismo, cacofonia, preciosismo, solecismo.

ANEXO B: Texto de *Advertência* – 3ª edição da GNLP

AO PROFESSOR

(Advertência da terceira edição)

Não se destinando êste livro exclusivamente a estudantes de curso secundário senão que a público mais geral, julgamos de bom aviso manter-lhe a fisionomia com que fôra planejado e redigido — fisionomia cujo acêrto a consagradora carreira das edições anteriores (que se esgotaram no curto espaço de um ano e meio) patenteou de maneira solar.

Esta é a razão por quê, ao adaptá-lo agora à Nomenclatura Gramatical Brasileira, *recomendada pelo Ministério da Educação e Cultura para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática, diligenciamos fazê-lo de sorte que não se lhe deformasse a inteiriça estrutura intelectual.*

Por já existir notável convizinhança entre a terminologia nêle adotada desde a primeira edição e a que houve por bem preferir a norma oficial, foi-nos emprêsa sobremodo fácil — no caso de simples opção entre nomes — *proceder a completo reajustamento, que realizamos no próprio corpo da obra.*

Mas, como é notório, as questões de NOMENCLATURA *muita vez se entrelaçam às de* DOUTRINA*; e, então, não é lícito a ninguém renunciar -- por mais que sejam dignos de louvor os propósitos da unificação preconizada pela boa política do ensino.*

Para satisfazer êste último aspecto, deliberamos relacionar à parte, num APÊNDICE, *as passagens (aliás, muito poucas) da* Gramática Normativa *que, por mergulharem raízes em matéria de ordem doutrinária, não coincidem, em pormenores, com algumas facêtas teóricas implícitas em meia dúzia de pontos da* Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Assim se conciliam, ao parecer, a utilização didática do livro e as linhas-mestras das convicções do Autor.

ROCHA LIMA.

ANEXO C: Texto de *Introdução* - 31ª edição da GNLP

LINGUAGEM

Em sentido amplo, pode-se entender por linguagem* *qualquer processo de comunicação:*

a) *A mímica, usada pelos surdos-mudos e pelos estrangeiros que não sabem a língua de um país.*

b) *O semáforo, sistema de sinais com que se dão avisos aos navios e aviões que se aproximam das costas ou dos aeroportos.*

c) *A transmissão de mensagens por meio de bandeiras ou espelhos ao sol, empregado por marujos, escoteiros, etc.*

Para a lingüística, porém, só apresenta interesse aquele tipo de linguagem que se exterioriza pela palavra humana, fruto de uma atividade mental superior e criadora.

Há dois tipos de expressão lingüística: a falada *e a* escrita.

Na comunicação escrita, os sons da fala (que, em essência, constituem a linguagem dos homens) passam a ser apenas evocados mentalmente por meio de símbolos gráficos; a rigor, ela não se apresenta senão como um imperfeito sucedâneo da fala. Esta é que abrange a revelação do eu *em sua totalidade, pressupondo, além da significação*

---

* Acerca da amplitude e complexidade dos problemas de linguagem em geral e os do nosso idioma nacional em particular, cf. Antônio Houaiss, "Línguas e a língua portuguesa", na *Revista do Brasil*, ano 5, nº 12/90. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro / Rio Arte / Fundação Rio, pp. 14-41.

dos vocábulos e das frases, o timbre da voz, a entoação, os elementos subsidiários do gesto e do jogo fisionômico.

Por isso, para bem se compreender a natureza e o funcionamento da linguagem, é preciso partir da fala *para se examinar em seguida a* escrita, *a qual se entenderá, assim, como uma espécie de linguagem mutilada, cuja eficácia estará na dependência da maior ou menor habilidade com que conseguirmos obviar à falta inevitável dos elementos expressivos auxiliares.*

LÍNGUA E ESTILO

A LÍNGUA *é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens.*

Fato social por excelência, é aquele acervo de sons, estruturas vocabulares e processos sintáticos que a sociedade põe à disposição dos membros de uma comunidade lingüística.

Do equilíbrio de duas tendências resulta sua estabilidade pelos tempos fora: de um lado, a diferenciação, *força natural, espontânea, desagregadora; de outro, a* unificação, *força coercitiva, disciplinante, conservadora.*

Ao assenhorear-se dos recursos da língua, cada indivíduo, culto ou ignorante, a executa à sua maneira, de acordo com a sua feição, com o seu temperamento: um é aparatoso, verbalista, ama a riqueza das imagens, a veemência das antíteses, a audácia dos adjetivos extravagantes; outro é sóbrio, cheio de delicadeza e pudor, prefere o desataviado da expressão direta, a singeleza de um vocabulário comum.

A contribuição pessoal do indivíduo, manifestada na seleção, por ele feita, dos recursos que a língua subministra, é o que se chama, em sentido lato – ESTILO, *que Sêneca já havia definido como "o espelho da alma".*

Sem embargo de se prestar à floração de mil estilos individuais, a língua não se desfigura: seu sistema permanece uno e íntegro. É a variedade na unidade — a preservação histórica do seu gênio, *da sua* índole, *à qual se hão de adaptar todas as particularizações.*

LÍNGUA-COMUM E SUAS DIFERENCIAÇÕES

A este instrumento de comunicação geral, aceito por todos os componentes de uma coletividade para assegurar a compreensão da fala, denomina-se LÍNGUA-COMUM, *ou* coiné.

Mas, dentro da ampla coesão da língua, cabem vários aspectos, que se influem mutuamente, determinados não só pela situação cultural, ou psicológica, dos que usam dela, senão também pela ação de fatores geográficos, ou sociais.

DIALETO E LÍNGUA ESPECIAL

Os aspectos regionais *de uma língua, que apresentam entre si coincidência de traços lingüísticos fundamentais, constituem os* DIALETOS.

Paralelamente a eles, sublinhem-se os aspectos grupais, *nascidos por imposição da solidariedade que congrega os indivíduos da mesma esfera social, enlaçados por interesses comuns, ou pelas exigências da mesma profissão; eis as* LÍNGUAS ESPECIAIS.

Aqui, é necessário distinguir três modalidades: calão, gíria *e* língua profissional.

CALÃO, GÍRIA E LÍNGUA PROFISSIONAL

CALÃO é a língua especial das classes que vivem à margem da sociedade, de caráter acentuadamente esotérico, artificialmente 'fabricada' — diz Dauzat — para se poderem compreender entre si os indivíduos de certo grupo, sem serem entendidos pelos não-iniciados.

Inspirada na dissimulação dos malfeitores, cria um conjunto de convenções que a estremam da língua-comum a que pertence, posto que nesta se desenvolva e emaranhe.

Estão neste caso o argot *dos franceses; a* germanía *dos espanhóis; o* furbesco *dos italianos; o* cant *dos ingleses; o* slang *dos americanos; o* Rotwelsch *dos alemães; o* dieventael *dos holandeses; o* afinskoe *dos russos, etc.*

Para o lingüista, pois, calão é a língua especial dos delinqüentes portugueses e brasileiros. Como a fala das mais baixas camadas sociais, por exprimir a vida desses grupos, é naturalmente disfêmica, a palavra adquiriu a acepção vulgar de uso de termos chulos, gravosos, pouco limpos.

GÍRIA é a língua especial de uma profissão ou ofício, de um grupo socialmente organizado, quando implica, por sua vez, educação idiomática deficiente.

A gíria atinge a fraseologia e, especialmente, o vocabulário, já pela criação de palavras, já por se atribuírem novos valores semânticos às existentes. Freqüentemente, a serviço da expressividade, ela se insinua na linguagem familiar de todas as camadas sociais.

Às gírias dos grupos sociais de cultura elevada dá-se o nome de LÍNGUAS PROFISSIONAIS ou TÉCNICAS. Em diferentes graus, têm sua linguagem mais ou menos especializada os médicos, os engenheiros, os filósofos, os diplomatas, os economistas, etc.

GRAMÁTICA NORMATIVA: SEU CONCEITO E DIVISÕES

É uma disciplina, didática por excelência, que tem por finalidade codificar o 'uso idiomático', dele induzindo, por classificação e sistematização, as normas *que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta.*

"Son formas correctas *de decir aquellas aceptadas y usadas por los grupos más cultos de la sociedad.* Corrección *quiere decir aquí prestigio social de cultura."**

*Fundamentam-se as regras da gramática normativa** nas obras dos grandes escritores, em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição, porque nela é que se espelha o que o uso idiomático estabilizou e consagrou.*

---

* Amado Alonso e Pedro Henríquez Ureña, *Gramática castellana*, 4ª ed., 2 vols., Buenos Aires, Losada, 1943, vol. 1, p. 16.

** Distingue-se, assim, a gramática *normativa* da gramática *descritiva*, que examina a língua como 'sistema de meios de expressão', sem levar em conta a sua utilização imediata como código de bem falar e escrever. É claro que se trata de disciplinas interdependentes, porém de finalidades distintas.

Refiro-me, decerto, àqueles escritores de linguagem corrente, estilizada dentro dos padrões da norma culta. Excetuam-se, pois, os regionalistas acentuadamente típicos, assim como os experimentalistas de todos os matizes —, por admiráveis que possam ser uns e outros. Estes últimos apreciam-se no âmbito da estética literária, mas não se prestam a abonar fatos da língua-comum.

Quanto a Ortografia, *está fixada pelo* Pequeno vocabulário ortográfico da língua portuguesa, *publicado, em 1943, pela Academia Brasileira de Letras, com as alterações que lhe introduziu, no capítulo da acentuação gráfica, a lei n.º 5.765, de 20-12-1971. Em 1981, a Academia Brasileira de Letras publicou a 2.ª edição dessa obra, com o título de* Vocabulário ortográfico da língua portuguesa, *no qual se amplia consideravelmente o universo vocabular do idioma e se retificam lapsos da obra anterior, já aliás, apontados, na maioria, pelo acadêmico Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.*

Compreende a gramática três partes: fonética *e* fonologia; morfologia; *e* sintaxe.

FONÉTICA e FONOLOGIA: estudo dos fonemas e sua combinação, e dos caracteres prosódicos da fala, como o acento e a entoação.

MORFOLOGIA: estudo das formas, sua estrutura e classificação.

SINTAXE: estudo da construção da frase.